

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FABIO MESQUITA

AS MUITAS DEFINIÇÕES DE ANÁFORA, DÊIXIS
E CORREFERÊNCIA

CURITIBA

2013

FABIO MESQUITA

AS MUITAS DEFINIÇÕES DE ANÁFORA, DÊIXIS
E CORREFERÊNCIA

Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos
pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Luiz Arthur Pagani

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mesquita, Fabio

As muitas definições de anáfora, dêixis e correferência. /
Fabio Mesquita. – Curitiba, 2013.

125 f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Luiz Arthur Pagani

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Anáfora (Linguística). 2. Linguística – Teoria. 3. Dêixis.
4. Correferência. I. Título.

CDD 410



PARECER

Defesa de dissertação do mestrando FABIO LUIS FERNANDES MESQUITA para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados LUIZ ARTHUR PAGANI, JOSÉ BORGES NETO e RODOLFO ILARI arguíram, nesta data, o candidato, o qual apresentou a dissertação:

“AS MUITAS DEFINIÇÕES DE ANÁFORA, DÊIXIS E CORREFERÊNCIA”

Procedida a arguição segundo o protocolo que foi aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que o candidato está apto ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	APROVADO Não APROVADO
LUIZ ARTHUR PAGANI		aprovado
JOSÉ BORGES NETO		A
RODOLFO ILARI		Aprovado

Curitiba, 01 de março de 2013

Prof.ª Dr.ª Teresa Cristina Wachowicz
Vice-Coordenadora



Ata quingentésima octogésima sétima, referente à sessão pública de defesa de dissertação para a obtenção de título de mestre a que se submeteu o mestrando **FABIO LUIS FERNANDES MESQUITA**. No dia primeiro de março de dois mil e treze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 1020, 10.º andar, no Edifício Dom Pedro I, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores Doutores: **LUIZ ARTHUR PAGANI**, Presidente, **JOSÉ BORGES NETO** e **RODOLFO ILARI**, designados pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Letras, para a sessão pública de defesa de dissertação intitulada: “AS MUITAS DEFINIÇÕES DE ANÁFORA, DÊIXIS E CORREFERÊNCIA” apresentada por **FABIO LUIS FERNANDES MESQUITA**. A sessão teve início com a apresentação oral do mestrando sobre o estudo desenvolvido. Logo após o senhor presidente dos trabalhos concedeu a palavra a cada um dos Examinadores para as suas arguições. Em seguida, o candidato apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor **LUIZ ARTHUR PAGANI** retomou a palavra para as considerações finais. Na continuação, a Banca Examinadora, reunida sigilosamente, decidiu pela aprovação do candidato. Em seguida, o senhor Presidente declarou **APROVADO** o candidato, que recebeu o título de **Mestre em Letras**, área de concentração **Estudos Linguísticos**, devendo encaminhar à Coordenação em até 60 dias a versão final da dissertação. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e pelo candidato. Feita em Curitiba, no dia primeiro de março de dois mil e treze. xxxxxxxxxxxxxxx



Dr. Luiz Arthur Pagani



Dr. José Borges Neto



Dr. Rodolfo Ilari



Fábio Luis Fernandes Mesquita

AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos nos quais esta dissertação de mestrado estava sendo escrita, eu sabia que podia sempre contar com aquele *time de apoio* do qual todo acadêmico necessita. Muitas das ideias para este trabalho surgiram, por exemplo, ao ler a tese de doutorado do prof. Renato Miguel Basso, ou das muitas conversas com o prof. José Borges Neto, a prof. Lígia Negri e meu orientador, prof. Luiz Arthur Pagani, além de muitos colegas da UFPR.

Meu sentimento de gratidão se estende a todas as pessoas que torceram para que esta empreitada desse certo.

À minha família e meus amigos, agradeço pelo apoio irrestrito à minha decisão de me dedicar ao trabalho acadêmico. Em especial, quero agradecer aos meus pais e às minhas irmãs pelo suporte incondicional e por sempre acreditarem em mim.

Aos colegas da universidade, muito obrigado pelo debate e pelas dicas que, de uma forma ou de outra, estão presentes neste trabalho.

Aos professores do curso de Letras e de pós-graduação da UFPR, sou profundamente grato pelos conselhos e pelos inúmeros momentos de conhecimento compartilhado, seja através das aulas, das conversas de corredor ou das avaliações dos meus textos.

Um agradecimento particular devo fazer à prof. Lígia Negri, que é uma fonte de inspiração para mim pelo interesse e disposição em discutir questões linguísticas, e também ao prof. Renato Miguel Basso pelas ótimas observações sobre este texto.

Um obrigado especial faço ao professor José Borges Neto, por me mostrar a Ciência. Outro, a Rodolfo Ilari, pela inspiração através dos textos e pela participação na banca de defesa.

E, é claro, agradeço profundamente ao grande responsável por este mestrado ter acontecido: Luiz Arthur Pagani, meu orientador e conselheiro, que, com muita inteligência e dedicação, faz todo o possível para que eu realize meu grande desejo, que é de me tornar um cientista da linguagem.

*Um homem com um relógio sabe que horas são.
Com dois relógios, já não tem certeza.*

Anônimo

RESUMO

Diante das inúmeras definições de anáfora disponíveis em diferentes estudos linguísticos, não podemos realmente ter certeza de que exista uma definição (que não seja inconvenientemente genérica) que possa ser atribuída univocamente ao conceito de *anáfora* dentro da Linguística. As definições existentes variam em função de pressupostos dados pelo recorte teórico, ou seja, a anáfora acaba sendo aquilo que chamamos de anáfora, de acordo com a necessidade dos autores. Este trabalho pretende mapear as diversas definições de anáfora e seus conceitos primos, *dêixis* e *correferência*, nas diferentes vertentes de estudos linguísticos, tentando capturar as principais distinções de suas assunções teóricas. O objetivo principal deste levantamento é chegar a generalizações possíveis sobre estes conceitos, do tipo “*os estudos que assumem uma ontologia que permite objetos do discurso tendem a adotar um tipo de anáfora que não pressupõe correferência*”. Propomos, para isso, uma metodologia falseacionista baseada na tentativa de refutar hipóteses iniciais sobre o uso dos conceitos em diferentes estudos, postulando-se tipos de anáfora comparadas com correferência e tipos de anáfora comparada com dêixis. O desafio maior é de identificar quais dessas assunções teóricas são relevantes. São propostas categorias como *natureza ontológica dos objetos referidos* (objetos E *versus* objetos I) e *domínio da anáfora* (nível da sentença *versus* nível de texto), para que elas sejam relacionadas diretamente com os tipos de anáfora postulados.

Palavras-chave: anáfora, correferência, dêixis, teorias linguísticas

ABSTRACT

Since many different definitions of anaphora are available in linguistic studies, we can not really be sure that there is a single non-generic definition which can be definitely attributed to anaphora in Linguistics. The different definitions vary according to presuppositions given by the theory in question and the authors' immediate necessity. This work intends to map definitions of anaphora and their cousin concepts, *deixis* and *coreference*, in several domains of Linguistics in order to capture the main distinctions among theoretical assumptions. The main objective of this survey is to draw possible generalizations like "studies that assume an ontology allowing discourse objects are prone to adopt a type of anaphora which doesn't presuppose coreference". We propose a falsifiability-based methodology which attempts to refute initial hypothesis about the use of these concepts in different studies, postulating two types of anaphora: *compared with coreference* and *compared with deixis*. Our hardest challenge will be to identify which of these theoretical assumptions are relevant. We propose categories like *referred objects' ontological status* (objects E versus objects I) and *anaphora domain* (sentence-level versus text-level), so we can relate these categories directly to our postulated types of anaphora.

Keywords: anaphora, coreference, deixis, linguistic theories

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (EXEMPLO).....	43
TABELA 2 - ANÁFORA SEGUNDO ILARI E PADUČEVA.....	57
TABELA 3 - ANÁFORA SEGUNDO ILARI E PADUČEVA (REFORMULADO).....	59
TABELA 4 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (RESULTADOS PARCIAIS)	63
TABELA 5 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (RESULTADOS PARCIAIS)	64
TABELA 6 - OS TIPOS DE ANÁFORA DE EVANS (1980).....	81
TABELA 7 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (MAIS RESULTADOS PARCIAIS) ..	88
TABELA 8 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (MAIS RESULTADOS PARCIAIS) ..	90
TABELA 9 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (RESULTADOS FINAIS)	106
TABELA 10 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (RESULTADOS FINAIS)	111
TABELA 11 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 3 (RESULTADOS FINAIS)	114

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DEFINIÇÕES DE REFERÊNCIA POR H&H.....	48
--	----

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO	13
1.1 ALGUNS CONCEITOS PRELIMINARES	14
1.2 ANÁFORA E DÊIXIS: TERMOS MILENARES.....	16
1.3 CORREFERÊNCIA	20
1.4 REFERÊNCIA.....	21
1.4.1 <i>Críticas à aplicação do conceito fregeano de referência</i>	<i>23</i>
1.4.2 <i>Implicações da concepção de referência para se definir a anáfora e dêixis.....</i>	<i>28</i>
CAPÍTULO 2. OBJETIVOS, CORPUS E METODOLOGIA	32
2.1 AS CATEGORIZAÇÕES	32
2.2 A DICOTOMIA <i>OBJETOS E</i> VERSUS <i>OBJETOS I</i>	37
2.3 A DICOTOMIA <i>SENTENÇA</i> VERSUS <i>TEXTO</i>	39
2.4 TESTANDO AS HIPÓTESES	41
2.4.1 <i>As tabelas comparativas.....</i>	<i>43</i>
2.5 CORPUS.....	45
CAPÍTULO 3. AS MUITAS DEFINIÇÕES DE REFERÊNCIA (E CORREFERÊNCIA)	47
3.1 A NOÇÃO DE REFERÊNCIA DE HALLIDAY & HASAN (1976) (H&H).....	47
3.2 A NOÇÃO DE REFERÊNCIA DE MILNER (1982).....	50
3.3 OS ESTUDOS DE ILARI (2001A) E PADUČEVA (1970)	54
3.4 O ESTUDO DE KOCH (2004).....	59
3.5 PRIMEIRAS CATEGORIZAÇÕES	62
3.6 O ESTUDO DE CHOMSKY (1980).....	64
3.7 O ESTUDO DE REINHART (1983).....	72
3.8 O ESTUDO DE EVANS (1980).....	76
3.9 O ESTUDO DE HEIM & KRATZER (1998) (H&K).....	81
3.10 O ESTUDO DE KAMP & REYLE (1993) (K&R)	83
3.11 CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS TIPOS DE ANÁFORA COMPARADA À CORREFERÊNCIA	88

CAPÍTULO 4. COMPARAÇÕES ENTRE DÊIXIS E ANÁFORA	92
4.1 OS ESTUDOS DE KLEIN-ANDREU (1996) E LYONS (1977).....	92
4.2 O ESTUDO DE CAVALCANTE (2005)	96
4.3 A DÊIXIS DE HEIM & KRATZER (1998) E REINHART (1983).....	98
4.4 O ESTUDO DE BASSO (2009)	100
4.5 A DÊIXIS DE KAMP & REYLE (1993)	102
CAPÍTULO 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
5.1 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 1	105
5.2 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 2	110
5.3 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 3	114
5.4 DISCUSSÃO	117
REFERÊNCIAS.....	123

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Quando os estruturalistas americanos, na década de 1930, faziam uso corrente da noção de *fonema*, que era então relativamente recente, W. F. Twaddell publicou o artigo *On defining the Phoneme* (TWADELL, 1935), no qual fazia um levantamento das diversas definições de fonemas disponíveis. Estas definições eram provenientes de estudiosos como Trubetzkoy, Bloomfield, entre outros, e variavam tanto do ponto de vista epistemológico, quanto de acordo com as necessidades dos especialistas.

Twaddell fez críticas à confusão terminológica e às definições em si, e propôs sua própria conceituação de fonema como uma abstração relativamente independente dos fenômenos físicos, por um lado, e isenta de realidade psicológica, por outro. A proposta parece ter representado um avanço para a fonologia, já que as noções de fonema anteriores não se parecem muito com as definições com que nos deparamos nos estudos fonológicos posteriores.

O que vemos hoje na Linguística moderna em relação à *anáfora* e seus conceitos primos, *dêixis* e *correferência*, é uma profusão de conceitos distintos em diversos quadros teóricos que pode realmente confundir tanto leigos como especialistas. E há um agravante, teoricamente falando, em relação à história do fonema: a anáfora interessa aos estudiosos de diversas áreas, desde aqueles envolvidos em linguística textual aos que trabalham com teorias formalistas, passando por filósofos e especialistas em linguística computacional.

O presente trabalho, ao contrário da ideia de Twaddell, não pretende propor uma definição definitiva de anáfora, dêixis ou correferência, nem tampouco realizar uma análise de comensurabilidade entre teorias linguísticas (é possível que ambas as tarefas sejam inexecutáveis). Ele pretende apenas mostrar como as delimitações

dadas a esses conceitos variam em função dos pressupostos dados pelo recorte teórico.

1.1 ALGUNS CONCEITOS PRELIMINARES

A tarefa de se delimitar **conceitos** não é fácil. Conceitos não pertencem ao mundo real, eles são *abstrações* criadas pelos homens de maneira que eles entendam melhor a realidade, ou seja, os conceitos fazem parte do que Popper (1978) chamaria de “mundo das ideias”, ou dos produtos da mente humana.

Conceitos também podem ser criados de acordo com a necessidade de entendimento de alguma teoria, o que é feito o tempo todo em ciência. O conceito de fonema é um exemplo de criação abstrata dentro da fonologia, e, apesar de se poder dizer que o acúmulo de conhecimento na área permite hoje um entendimento melhor sobre o assunto, os conceitos de fonema adotados ainda divergem bastante (às vezes, simplesmente são abandonados).

Já que estamos tratando de terminologia neste estudo, vamos delimitar alguns conceitos que serão adotados aqui. Assumimos então que:

Definição é uma descrição linguística de um conceito. Por exemplo:

Indexicais são expressões linguísticas cuja referência muda de contexto para contexto: alguns exemplos paradigmáticos são ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’, ‘hoje’, ‘ele’, ‘ela’ e ‘aquilo’. (Stanford Encyclopedia of Philosophy, <http://plato.stanford.edu/entries/indexicals/> acessado em 3/2/2013)¹

Geralmente, as definições são insuficientes para se delimitar satisfatoriamente o conceito, o que pode ocorrer devido à sua complexidade (tente definir o conceito de *justiça*, por exemplo), ou às vezes porque a melhor maneira de delimitação é através de exemplos e da aplicação ao longo do estudo. Quando

¹ As citações em português de referências bibliográficas em inglês são traduções minhas.

mencionamos 'anáfora' neste estudo, por exemplo, estamos quase sempre nos referindo ao conceito.

Fenômenos são acontecimentos observáveis da realidade. Numa explicação larga, eles são aquela parte da realidade que conseguimos apreender por meio de nossa percepção (ou através de aparelhos).

Estas definições são simplificadas, o que é provavelmente bom. Para nós, o importante é a distinção que pode ser expressa da seguinte forma:

1. Definição pertence ao plano da língua.
2. Conceito (ou noção) pertence ao plano das ideias.
3. Fenômeno pertence ao plano das manifestações da realidade.

É importante notar que esta divisão ontológica, embora inspirada na proposta filosófica dos três mundos de Popper (1978), não corresponde exatamente à do filósofo austríaco. Popper pretendia separar as coisas entre aquelas dos objetos reais (mundo 1), dos estados psicológicos ou experiências subjetivas (mundo 2), e, finalmente, das ideias ou produtos da mente humana, "como as línguas" (mundo 3).

A nossa divisão desconsidera o mundo das experiências subjetivas (mundo 2), e ainda separa a *língua* daquilo que são *conceitos extra-linguísticos*, que, grosso modo, podem ser considerados sobre *o que* a língua fala. A divisão proposta é estratégica por dois motivos.

Em primeiro lugar, ela auxilia a visualização do fato de que, nos estudos linguísticos, nem sempre as definições de anáfora, dêixis e correferência correspondem exatamente ao conceito realmente adotado pelo mesmo estudo. Muitas vezes, os conceitos nem são delimitados dentro dos estudos. Como as definições representam o acesso, através da língua, que temos a esses conceitos, em alguns momentos será necessário parafrasear ou mesmo definir indutivamente estes conceitos de acordo com seu uso ao longo do estudo. Assim, a distinção entre definição e conceito nos será útil.

Em segundo lugar, os conceitos de anáfora, dêixis e correferência envolvem relações entre expressões linguísticas e algo externo a elas. Será de grande valia, portanto, pensar em um critério de demarcação entre diferentes concepções ontológicas presentes nos estudos semânticos. A primeira delas é dada pelo *realismo semântico* adotado por filósofos como Frege e Russel, que estabelecem relações entre *língua* e *mundo*. Outras abordagens concorrentes servem de contraponto a esta concepção realista: algumas preferem considerar relações entre *língua* e *mente*, como as semânticas conceituais (que não serão tratadas aqui), e outras, como os *estudos textuais* que analisaremos neste trabalho, assumem que objetos seriam, ao invés de preexistentes, construídos pelo discurso, e ainda estariam sujeitos a interpretações de cunho sócio-cognitivista.

1.2 ANÁFORA E DÊIXIS: TERMOS MILENARES

Como veremos a seguir, um termo como **anáfora** não designa um único *fenômeno* (nem tampouco um único conceito). Veremos como, na tentativa de descrever algo que supostamente se caracterizaria como um fenômeno simples da língua, podemos chegar a conceitos relativamente distantes entre si.

Já se falava em *anáfora* e *dêixis* desde os gregos antigos – ambos os termos estão presentes na gramática de Dionísio Trácio, escrita por volta do século 2 a.C., e estavam associados ao que nossa gramática moderna chama de *demonstrativos* (CHAPANSKI, 2003).

A *Tékhne Grammatikē*, de Dionísio, chamava de *artigo* (*arthrón*) uma série de palavras que correspondem aos nossos artigos definidos, demonstrativos e até pronomes relativos. O vocábulo *ho*, por exemplo, podia ser usado como *preposto*, funcionando como nossas partículas definidas (nossos *artigos definidos* modernos, *demonstrativos* etc.), ou *posposto*, funcionando como *pronome relativo*.

Funcionalmente, o artigo preposto realiza anáfora e dêixis, e o posposto, anáfora, como um pronome, realmente. Veja-se um exemplo de funcionamento de ambos os artigos:

(1) **Ho** anêr trékhei.

O homem corre.

(2) Anêr, **hós** trékhei, kámnei.

Um homem, **que** corre, sofre.

(CHAPANSKI, 2003, p. 167)

Com estes exemplos, vemos que um *arthrón* como ‘*ho*’ (cuja estrutura morfológica variaria em função do ambiente gramatical, segundo Dionísio) poderia apresentar funções dêiticas e/ou anafóricas, de acordo com o uso. Podemos sugerir, baseados em nossas concepções modernas, que no estudo de Dionísio a anáfora está relacionada à noção de *retomada*, enquanto que a dêixis remonta à noção de *apontamento*.

Pelo menos quanto à anáfora, podemos justificar nossa afirmação de que ela esteja associada à noção de *retomada* pela citação abaixo:

Além disso, é possível também entender que sua designação [do artigo] se deve à sua capacidade de articular novos conhecimentos a outros pré-existentes (anáfora). (CHAPANSKI, 2003, p. 168)

A ideia de relacionar conhecimentos novos a anteriores mostrada acima parece bastante vasta, a ponto de englobar tanto a noção de *retomada* como tantas outras características da linguagem, mas talvez as noções de dêixis e anáfora de Dionísio sejam mais específicas. Vemos, pelos exemplos (1) e (2), que ‘*ho*’ pode tanto estar apontando algum homem no contexto da enunciação quanto retomando algum outro homem já mencionado anteriormente (ou seja, pode ser tanto dêitico como anafórico), enquanto que ‘*hós*’ deve estar retomando a expressão ‘o homem’, que acabou de ser mencionada (ou seja, ‘*hós*’ é anafórico). Estas concepções não são muito distintas dos conceitos modernos de dêixis e anáfora.

Segundo outra tradição grega, a *retórica*, a linguagem humana se prestava a uma função predominantemente argumentativa, e, neste caso, a anáfora era descrita como uma figura de linguagem que se constituía da *repetição de expressões linguísticas*, o que teria por propósito dar força ao argumento destinado a convencer o interlocutor. Também poderia ser um recurso literário utilizado para

fins de ênfase do termo repetido, ou qualquer outro efeito artístico desejado pelo autor.

As noções gregas ecoam em nossos tempos. Aqui está uma definição em português de *anáfora* do *website* Wikipedia, uma enciclopédia colaborativa *on-line* fundada em 2001:

Em retórica, *anáfora* é a repetição da mesma palavra ou grupo de palavras no princípio de frases ou versos consecutivos. É uma figura de linguagem muito usada nos quadrinhos populares, música e literatura em geral, especialmente na poesia.

Exemplos:

Nem tudo que ronca é porco ,

Nem tudo que berra é bode,

Nem tudo que reluz é ouro,

Nem tudo falar se pode.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anáfora> acessado em 3/2/2013)

O mesmo *website* traz, como forma de desambiguação, um conceito de *anáfora* próprio da linguística:

Em linguística, *anáfora* é uma expressão que se refere a uma outra que ocorre na mesma frase ou texto.

Em algumas teorias, a definição estrita de *anáfora* inclui somente referências a expressões anteriores. Nestas teorias, chama-se *catáfora* às referências a expressões posteriores, e, mais genericamente, *endófora* a ambos os tipos de referências.

Exemplos [...]

- Chomsky é um linguista norte-americano. Ele é conhecido por ter criado a gramática gerativa. "**Ele**" refere-se a "**Chomsky**".

- Chegaram então à estação. Lá, puderam finalmente comprar os tão esperados bilhetes. "**Lá**" refere-se a "**estação**".

([http://pt.wikipedia.org/wiki/Anáfora \(linguística\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anáfora_(linguística)) acessado em 3/2/2013)

As definições da retórica e da linguística acima apresentam algumas distinções significativas. Podemos apontar as mais visíveis.

1. A primeira nos mostra que qualquer tipo de expressão linguística que se repete em intervalos pequenos dentro de um certo domínio (um parágrafo, por exemplo) constitui *anáfora*. Esta é uma definição na qual o “conteúdo” das expressões fica em segundo plano – é o efeito (retórico ou literário) produzido no interlocutor que a *anáfora* caracteriza.

2. Já a segunda leva em conta uma restrição ao tipo de expressão linguística que pode ser considerada anafórica: somente seriam anafóricos nomes e pronomes. Esta restrição se deve ao fato de que somente estes tipos de expressão podem se referir a alguma coisa no mundo, como Chomsky ou uma estação, por exemplo. Além disso, não há necessariamente repetição de expressões linguísticas. O que acontece é a retomada de referentes.

Veremos nas seções seguintes que as noções modernas de anáfora diferem ainda mais destas tradicionais mostradas acima. Em alguns casos, ela pode ser tomada como um fenômeno puramente sintático. Em outros, fatores semânticos e/ou pragmáticos estão envolvidos. De qualquer forma, já podemos entrever que a concepção de língua exerce um grande papel na conceituação da anáfora. No caso dos gregos estudiosos da retórica, por exemplo, ela tem um papel argumentativo, enquanto que na gramática de Dionísio Trácio, anáfora é uma classificação lexical.

No caso da **dêixis**, também encontramos muitas divergências. A visão popular (encontrada em sites educacionais e enciclopédias), por exemplo, se vale de um conceito que podemos chamar de *lexical*: **dêiticos** seriam *palavras* como ‘ele’, ‘aqui’, ‘ontem’, que ganham significado no contexto no qual são proferidas, noção que lembra aquela de *indexicais* mostrada acima.

Em outros casos, no entanto, como em alguns estudos de semântica, podemos nos deparar com a ideia de que a dêixis é a *introdução de um referente novo no universo do discurso através de uma expressão referencial*, enquanto que a anáfora é a *recuperação de referentes deste universo*. E ainda veremos casos nos quais os autores consideram a distinção teórica entre dêixis e anáfora simplesmente irrelevante.

Diante do fato de que temos o mesmo termo para nomear conceitos distintos (apesar de que eles geralmente compartilham algumas propriedades), podemos visualizar dois tipos de atitude a se tomar nestes casos:

1. Reclamar que há uma confusão terminológica em curso, o que prejudicaria o entendimento dos conceitos entre os estudiosos, e, em alguns casos, propor uma nova terminologia.
2. Reconhecer que esta confusão é inevitável devido às constantes descobertas sobre o assunto e à pluralidade das visões teóricas vigentes, e que o melhor a se fazer é esclarecer como os conceitos divergem apesar da homonímia terminológica.

A proposta do presente estudo requer assumir a segunda posição. Assim, vamos estabelecer que a anáfora deve ser considerada um fenômeno complexo, multifacetado, que pode ser descrito através de conceitos distintos arrolados sob o mesmo termo, o que também ocorre com dêixis e correferência. Pretendemos mostrar, ao longo do texto, que as razões para esta pluralidade de conceitos se deve ao tipo de questão que os estudos pretendem responder, e conseqüentemente, às assunções que são feitas sobre a concepção de língua decorrente destas questões.

Estes exemplos de definições da antiguidade clássica expostas nesta introdução servem para destacar que, mesmo que o termo seja usado para designar conceitos distintos, o assunto do apontamento e retomada de objetos (ou expressões) é antigo, e também que a tradição tem uma influência considerável em nossas modernas concepções de língua.

1.3 CORREFERÊNCIA

A **correferência**, como o próprio nome sugere, ocorre quando duas ou mais expressões linguísticas possuem um mesmo referente. Esta definição, alguns diriam, coloca a correferência como um sinônimo de anáfora. Veremos que esta posição é adotada por alguns estudiosos, mas também criticada por muitos. Alguns afirmam, por exemplo, que correferência pressupõe *referência*, o que não seria necessariamente o caso da anáfora. Outros ainda dizem que a anáfora só ocorre em encadeamentos encabeçados por um antecedente, dentro de um certo domínio textual, e que a correferência, por sua vez, pode ocorrer livremente dentro do texto.

Por ser um conceito aparentemente mais restrito, nascido de uma tradição própria de estudos semânticos, as definições de correferência utilizadas em estudos linguísticos tendem a variar menos, o que não impede que nos deparemos com algumas divergências significativas. As principais delas são relativas à natureza dos possíveis referentes. É fácil visualizar, por exemplo, que na sentença

(3) **Pedro** comeu a maçã que **ele** tinha comprado ontem.

as expressões 'Pedro' e 'ele' podem ser correferentes, pois a um indivíduo existente no mundo como Pedro pode-se atribuir sem problemas as referências de ambas as expressões. No entanto, imagine que a história de Pedro iniciada em (3) continua com a sentença

(4) Foi **isto** que fez mal a ele.

Notamos que há uma conexão entre a expressão 'isto' em (4) e o evento expresso por toda a sentença (3). Podemos afirmar então que a sentença (3) e 'isto' correferem? Se a resposta for "sim", algo na proposta de *referência* que assumiremos aqui teria de ser reformulada, e **eventos** passariam a possuir um status ontológico semelhante a objetos do mundo, o que realmente é proposto por autores como Davidson (1967). Esta assunção teórica, no entanto, não se mostra livre de críticas, como mostra Basso (2009), por exemplo.

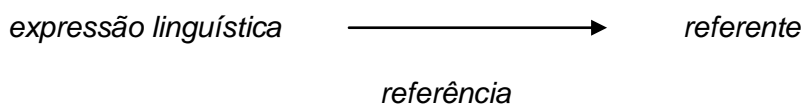
Para melhor compreender as divergências entre noções de correferência, no entanto, é melhor nos reportarmos à noção na qual ela se baseia.

1.4 REFERÊNCIA

Referência é um conceito muito importante nos estudos de significado, e também será para nós, pois muitas concepções de anáfora e dêixis se baseiam nele. A ideia de referência é alvo de muita discussão teórica, e o termo também é utilizado para definir conceitos distintos o tempo todo.

A propósito, já que estamos tratando de terminologia, vamos estabelecer de início uma pequena desambiguação em relação ao uso deste termo. É comum ver em estudos linguísticos o termo ‘referência’ sendo usado para designar tanto o processo como a coisa referida. Podemos nos deparar, por exemplo, com a afirmação de que o indivíduo Pedro é a *referência* da expressão ‘Pedro’, ao mesmo tempo em que há *referência* entre a expressão e o indivíduo referido.

Aqui neste estudo, vamos adotar a ideia de que *referência* é a relação, e a coisa na extremidade desta relação, o **referente**.



A ideia de referência da qual estamos falando aqui é aquela proposta pelo filósofo alemão Gottlob Frege (1892). Ela foi concebida basicamente como uma relação que pode ocorrer entre certas expressões linguísticas (como ‘a estrela da tarde’, por exemplo) e algo no mundo (como o planeta Vênus). Com esta concepção, Frege pôde operacionalizar sua proposta de aplicar funções matemáticas às sentenças da língua natural. A ideia era basicamente esta:

(5) Pedro é matemático.

A sentença acima pode ser traduzida para $M(x)$, ou seja, “ser matemático” é uma função M que toma como argumento um indivíduo x . Caso o indivíduo referido no mundo seja Pedro ($x = \text{Pedro}$), e este for matemático, a função retorna um valor de verdade V (verdadeiro). Caso contrário, retorna um valor F (falso).

A noção fregeana de referência, portanto, foi formulada para atender à proposta formalista que se vale de ferramentas lógico-matemáticas para se estudar a língua como um sistema axiomatizado, coerente e livre de ambiguidades.

Para muitos estudiosos, no entanto, a ideia de referência é reducionista (no mau sentido), no que diz respeito à complexidade e alcance da língua natural. Veremos que geralmente às críticas não se dão ao conceito em si, que parece

intuitivo e bem delimitado, mas ao fato de que haveria muitos outros tipos de relação entre expressões linguísticas e objetos extralinguísticos que não seriam contemplados pelo conceito, e desta forma a sua delimitação, ou pelo menos sua aplicação, deveria ser revista. Vejamos algumas das críticas à aplicação do conceito com as quais nos deparamos em estudos linguísticos.

1.4.1 Críticas à aplicação do conceito fregeano de referência

(a) *A ontologia realista estrita*

A crítica neste âmbito se dá principalmente pela assunção de que somente objetos extensionais e perceptíveis como Pedro, refrigerador e o planeta Vênus seriam passíveis de referência, deixando de lado entidades como *o personagem Odisseu, o refrigerador com que sonhei ontem e o unicórnio do desenho animado* como possíveis referentes relacionados à expressões linguísticas.

Realmente, para Frege, a questão se o nome 'Odisseu' tem ou não referência no mundo é de menor importância, já que se trata de um personagem de uma obra de literatura, e "é a busca da verdade que nos impele a avançar do sentido para a referência" (FREGE, 1892, p. 216). O problema, alegam os críticos, é que a língua fala de objetos abstratos ou imperceptíveis o tempo todo, como fatos, eventos, estados de espírito, sentimentos, objetos idealizados etc.

Em resposta a essa opção teórica, apontada como limitada pelos críticos, muitos seguidores de Frege optam por seguir, basicamente, duas vias distintas: 1) desconsiderar o realismo semântico estrito, substituindo-o por outra ontologia que inclua objetos abstratos, eventos e outras entidades não-extensionais sob a mesma proposta de formalização lógica; ou 2) considerar o realismo um reducionismo vantajoso devido a questões metodológicas.

Um exemplo da primeira atitude é a já mencionada semântica de eventos formulada por Davidson (1967), que trata eventos com o mesmo status ontológico de objetos concretos, sem dispensar a formalização logicista. Nesta concepção, podemos tratar o evento "a explosão do vulcão" como um objeto do mundo, e

inclusive fazer uma referência anafórica a ele, usando, por exemplo, o pronome 'ela' da mesma maneira que nos referimos a um indivíduo como Maria, por exemplo.

Temos como exemplo da segunda concepção a empreitada proposta por Heim & Kratzer (1998): a aplicação da semântica fregeana a estruturas sintáticas (da forma como são descritas pela gramática gerativa). As autoras adotam explicitamente os conceitos nucleares de Frege como a aplicação de funções matemáticas às sentenças, a composicionalidade e as condições de verdade, em conjunto com as assunções do gerativismo, cujos estudos tratam a língua como um sistema de regras sintagmáticas hierarquizadas. Ambas as correntes teóricas ambicionam explicar a língua via formalização através de cálculo de predicados, variáveis e conjuntos, o que quase sempre é feito adotando-se referentes tomados como extensionais.

Heim & Kratzer consideram este tipo de delimitação um reducionismo no bom sentido (aquela que pode ser estendida posteriormente para englobar os aspectos inicialmente deixados de lado), pois em um dado momento concedem que à semântica extensional deveria ser acrescentada uma semântica intensional, capaz de lidar, por exemplo, com proposições modalizadas do tipo “Pedro acredita que hoje choveu”, cujas condições de verdade não poderiam ser do mesmo tipo que “Hoje choveu”. Muitas vezes, a opção por apresentar os tratamentos intensionais após os extensionais é didática, como é o caso de um manual de semântica como H&K.

Outra reconsideração que foi levada a cabo em muitos estudos semânticos de cunho formalista foi de substituir a ideia de mundo por *modelos*, ou ainda, *mundos possíveis*. Os modelos são *representações* de mundo, e esta é uma forma de abstrair as sutilezas das divergências causadas pelas diferentes percepções de verdade sobre as coisas reais, e ainda permitem uma formalização completa da língua (ou de um fragmento dela, como propõe Montague). Desta maneira, a sentença “A neve é branca” pode ser considerada verdadeira em todos os modelos (ou mundos possíveis) nos quais existe neve e ela possui a propriedade de ser invariavelmente branca.

- (b) *A assunção de que significado deve ser estudado como uma relação entre língua e mundo.*

A crítica a esta assunção está relacionada também ao realismo semântico proposto por Frege, com a diferença de que, além da questão da extensionalidade dos referentes, a semântica formalista descuidaria de aspectos do significado de cunho naturalista, aspectos estes que seriam próprios da cognição humana, relacionados ao estudo do significado.

Muitos autores modernos alegam que uma semântica deve levar em conta a maneira como a mente concebe o significado, o que é justamente a assunção que Frege queria evitar, por associar a mente com *subjetividade*. Há, no entanto, segundo autores como Jackendoff (1983), boas razões para se postular uma estrutura conceitual por trás da estrutura linguística, que se basearia na arquitetura da cognição humana (ou o que sabemos dela por enquanto), não necessariamente de caráter subjetivo.²

De acordo com esta visão, o mundo real tem apenas um papel indireto na linguagem: ele serve de subsistência para os processos organizacionais que constroem o mundo projetado. Se for este o caso, devemos questionar a centralidade das noções de verdade e referência, da maneira tradicionalmente concebida, na semântica das línguas naturais. (JACKENDOFF, 1983, p. 29)

O *mundo projetado*, proposto por Jackendoff, difere do mundo real por levar em conta a mediação através da percepção que inevitavelmente ocorre entre objetos reais e a maneira como eles são conceitualizados na mente humana. O autor ainda postula outro plano que contenha uma *concepção mental* dos objetos, que forneceria a estrutura interna dos objetos expressa formalmente no mundo

² Assumir que o indivíduo faz parte do modelo de cognição humana não necessariamente implica em subjetividade. Há possivelmente traços da cognição que podem ser considerados universais, e sua busca certamente é desejável em uma empreitada científica.

projetado, e seria entre este plano e as estruturas linguísticas que a referência ocorreria.

Desta forma, temos uma ontologia que não força a teoria referencial a “fazer ginástica” para considerar unicórnios, personagens e outras abstrações como referentes de expressões linguísticas. Estes objetos podem ser considerados referentes, pelo fato de que a estrutura conceitual os trata da mesma maneira que objetos claramente extensionais.

Mesmo por que, alega o autor, muito do que consideramos “real” pode ser ilusório, como, por exemplo, é o caso da *cor*. A física moderna nos diz que cores, apesar de fazerem parte do nosso repertório de coisas corriqueiramente consideradas reais, não existem no mundo físico: o que há são radiações eletromagnéticas de diferentes frequências, e que o sistema visual humano é que possui sensores capazes de divisar essas frequências e *construir* cores em nosso cérebro.

Além disso, a postulação de um mundo projetado e de uma estrutura conceitual permitiria que problemas associados a “erros” de referência sejam tratados como referências bem sucedidas, apesar da descrição indevida. Desta forma, a referência relaciona coisas estabelecidas em planos diferentes da concepção realista. Vejamos o exemplo:

(6) Veja aquele pato!

Imagine que esta sentença seja proferida ao mesmo tempo que o falante aponta para um ganso. De acordo com uma semântica de cunho conceitualista, esta sentença pode ter condições de verdade satisfeitas como se a referência fosse real, pois a ontologia considera como referente o objeto conceitualizado pelo falante, ao invés do objeto no mundo real. Ou seja, a referência agora se daria entre a expressão ‘aquele pato’, e o *conceito de pato* construído pela mente do falante, enquanto que o “erro” seria um problema de outra natureza que não linguística (JACKENDOFF, 2002, p. 329).

Se, pela concepção realista, há um problema de referência com a situação acima, pois a expressão ‘um pato’ não corresponde ao ganso apontado no mundo real, Jackendoff alega que desta maneira seria problemático também considerar que expressões ‘pôr-do-sol’ e ‘o quadrado formado por quatro pontos equidistantes’ tenham referentes no mundo real, apesar de parecer claramente que nos referimos a esses indivíduos da mesma maneira que a objetos concretos.

O autor assume, então, que o estudo do significado é mais frutífero quando tanto a *língua* quanto os *objetos* (todos os objetos concebíveis) dos quais ela fala são “psicologizados”, e portanto, a relação direta entre língua e mundo real tenha que ser revista.

(c) *A noção de que expressões linguísticas nomeiam coisas no mundo como “etiquetas”.*

Esta crítica geralmente vem de estudiosos do texto e do discurso. Em função de seu objetivo de interpretação das ideias expressas nos textos, e de determinar como os elementos textuais se relacionam coesivamente, estes autores preferem adotar uma relação diferente entre a língua e seus objetos extralinguísticos. Os objetos referidos pelas expressões linguísticas não são considerados preexistentes, mas sim *construídos* pelos proponentes do texto, de maneira que ‘a situação do jornalismo brasileiro’, por exemplo, possa ser considerado um **objeto do discurso**. Desta maneira, o “mundo construído” vai sendo povoado por novos objetos à medida em que eles são enunciados, e assim, qualquer coisa delimitada pelo discurso pode vir a se tornar referenciável.

Esta concepção pode ser melhor visualizada sob os argumentos de Mondada & Dubois (1995):

De acordo com esta [...] visão, as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcadas por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas

práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro das interações. (Resumo, p. 17 da edição brasileira)

Como se vê, a ideia de referência aqui sofre uma grande reconstrução (ou talvez uma substituição), o que motiva os autores adeptos desta visão a utilizar o termo **referenciação**, ao invés de referência. As divergências se estendem além da questão ontológica. Os estudiosos do texto procuram relacionar a evocação dos objetos do discurso com funções de caráter interpretativo, como por exemplo, determinar a opinião do autor através da maneira como os objetos são construídos e retomados.

É importante notar que os objetos assim definidos são construídos, e ainda têm a possibilidade de serem *reconstruídos* ao longo do texto. Esta “instabilidade constitutiva” representa, sob nosso ponto de vista, uma das maiores diferenças teóricas em relação aos objetos extensionais. Os objetos do discurso estão licenciados pela teoria a se modificarem ao longo do mesmo texto, o que torna a retomada de referentes uma tarefa um tanto interpretativa. Desta maneira, uma expressão como ‘a imprensa brasileira’ pode referir, em um dado momento do texto, aos jornalistas, e em outro, aos jornais. A pergunta que fica por ser respondida, no entanto, é: há correferência nestes casos?

Irrelevante, diriam esses autores. Não estamos mais tratando de referência, e sim de referenciação. Mas haveria relações anafóricas, pelo menos. Estas relações, devido à assunção ontológica mais “aberta” da teoria, podem ser um pouco mais complexas do que as anáforas de objetos que apresentam “estabilidade constitutiva”, como veremos no CAPÍTULO 3.

Antes disso, porém, vamos tentar relacionar estes “problemas” associados ao conceito de referência ao nosso propósito de identificar por que os estudiosos adotam diferentes concepções de anáfora (e dêixis).

1.4.2 Implicações da concepção de referência para se definir a anáfora e dêixis

A anáfora e a dêixis sempre pressupõem algum tipo de ligação entre uma *expressão linguística* e uma *outra coisa* - no caso da dêixis, essa referência

acontece entre um dêitico e esta *coisa*, enquanto que na anáfora, duas expressões linguísticas compartilham a ligação a ela.

É natural, portanto, que as teorias de cunho formalista adotem a ideia de que esta ligação esteja intrinsecamente conectada à *referência*. Ou seja, elas tratam dos casos de dêixis e anáfora que relacionam expressões a objetos do mundo real, pois a ênfase desses estudos é a questão *metodológica*, e não a *ontológica*. A escolha por objetos “reais”, portanto, é uma redução necessária para que a formalização dos conceitos se aplique de maneira mais consistente. O ideal de Frege continua vivo.

Divergências teóricas, no entanto, surgem logo de início quando precisamos definir a natureza dos objetos “referidos”: eles pertencem somente ao mundo real? Se pertencem, como ficam as coisas como abstrações e objetos idealizados? A dêixis e a anáfora não se aplicam a elas? Esta é a crítica principal às teorias de cunho estritamente realista, ou àquelas que adotam o conceito de referência ignorando os exemplos de possíveis objetos como “a situação dos comerciantes de Campinas”, por exemplo. Segundo alguns estudiosos, esta abstração poderia ser tratada como um objeto referenciável assim como os concretos.

Vamos analisar a oposição que duas vertentes de estudos linguísticos podem fazer à concepção realista estrita: uma, vinda de fora do formalismo (os estudos textuais), e outra, que assume um formalismo extremado (os estudos gerativos).

Uma das principais questões a ser considerada por estudos textuais é justamente a *interpretação* dos objetos, o que requer que todos eles (os concretos e os nem tanto) sejam tratados teoricamente. É muito comum que, num texto, a maioria dos objetos seja de natureza não-concreta: há menções em grande número a abstrações, objetos coletivos, estados de coisas etc. Observe o próprio texto que você está lendo. Os objetos referidos com alguma realidade física são a minoria. Ou seja, estudos que se propõem a analisar textos e suas interpretações *precisam* de outras ferramentas além da referência realista fregeana.

Além desta questão ontológica, as teorias textuais ainda consideram importantes questões de ordem subjetiva: a *opinião do autor*, por exemplo, é um dos elementos fundamentais em uma explicação interpretativa. Para tal, é necessário levar aspectos cognitivos e sociais em consideração, o que as teorias formalistas costumam evitar.

A outra vertente de estudos que pode apresentar incongruências teóricas em relação à concepção realista de referência é a dos estudos gerativistas. Estas teorias, de caráter fortemente formalista, adotam posições ontológicas *mentalistas*, ou seja, as estruturas descritivas da teoria seriam assumidamente uma *representação mental* da língua. O problema parece surgir quando muitos destes estudos também optam por utilizar o conceito fregeano de referência, que, por definição, *exclui a realidade psicológica* da relação entre língua e mundo.

Geralmente, esta incoerência teórica não se mostra problemática enquanto os estudos evitam torná-la explícita. No entanto, se colocamos algumas das regras sob escrutínio, como veremos nas seções 3.6 e 3.7, podemos chegar à conclusão que as teorias poderiam apresentar problemas caso elas se aplicassem a outros domínios. Isto não as torna necessariamente descartáveis, mas é da natureza do nosso trabalho procurar este tipo de chifre na cabeça dos diversos cavalos teóricos da Linguística.

Se uma teoria sobre sintaxe assume que, por exemplo, categorias vazias estão ligadas a antecedentes da mesma maneira que pronomes estariam, podemos afirmar que, em ambos os casos, que um traço *t* e seu antecedente *wh-* *correferem*? Alguns estudos de sintaxe gerativa afirmam que sim. Se supormos, então, que este antecedente é uma expressão como '*what*', isto quer dizer que elementos linguísticos do tipo *wh-* se comportam como *expressões referenciais*? O que os proponentes da semântica fregeana diriam sobre isto?

Parece existir, como vemos acima, uma tensão decorrente da metodologia adotada nestes estudos, e ela está associada diretamente a seus objetivos. É um julgamento assumido em nosso estudo que, quando as teorias tentam responder questões distintas, seja normal que elas dêem descrições distintas a um mesmo

fenômeno, e, às vezes, usem os mesmos termos para denominar conceitos diferentes.

Não julgamos que estes empréstimos terminológicos sejam ruins em si, desde que as diferenças entre os conceitos denotados estejam bem claras. No entanto, se alguns destes termos abrigam conceitos contraditórios, temos aí um problema teórico. Em nosso estudo, alguns dos problemas existentes nas teorias que tratam de anáfora, dêixis e correferência serão apontados.

Não é o propósito do nosso estudo, no entanto, resolver estes problemas. Vamos mostrar, ao longo dos próximos capítulos, uma maneira de mostrar que a diversificação destas noções de anáfora, dêixis e correferência ocorre em função dos princípios fundamentais que se assume *a priori* nas diferentes teorias.

O CAPÍTULO 2 traz os objetivos e a metodologia do nosso estudo, que é baseada na tentativa de falsear ou corroborar hipóteses iniciais através de observações empíricas (os tipos de anáfora, dêixis e correferência adotados). Também mostra uma lista dos estudos que serão analisados.

O CAPÍTULO 3 mostra como as definições de *referência* também podem variar de estudo para estudo, o que implica em definições diferentes de *correferência*. Alguns dos estudos serão testados quanto às hipóteses iniciais 1 e 2, trazendo nossos primeiros resultados comparativos.

No CAPÍTULO 4, comparações entre anáfora e dêixis serão feitas para testar as afirmações contidas na hipótese inicial 3. Novos estudos serão analisados, o que permite também que a lista relativa às hipóteses anteriores ainda ganhe mais itens.

Finalmente, no CAPÍTULO 5, os resultados são comparados para que possamos formular *generalizações* a respeito deles, que é o objetivo principal deste texto. Uma discussão conclusiva sobre a anáfora e as assunções teóricas dos estudos encerra nosso trabalho.

CAPÍTULO 2. OBJETIVOS, CORPUS E METODOLOGIA

A hipótese inicial deste estudo pode ser resumida da seguinte forma: os *conceitos de anáfora, dêixis e correferência adotados em estudos linguísticos variam em função de pressupostos teóricos*. Uma das motivações que nos levaram a assumir esta afirmação é o fato de que, como vimos no caso das definições de anáfora da antiguidade clássica apresentadas na introdução, a concepção de língua pode estar relacionada à maneira como conceitualizamos certos fenômenos observados nela. Intuitivamente, portanto, podemos admitir que em diferentes quadros teóricos da Linguística moderna encontraremos noções divergentes de anáfora.

Vamos tentar demonstrar, através de quadros comparativos, que estes conceitos podem ser classificados em **tipos**, e podem ser relacionados de maneira unívoca a **categorias de assunções teóricas**.

O objetivo principal deste trabalho é de, através de uma metodologia que visa classificar dados que corroborem ou falseiem a hipótese inicial, mostrar generalizações a respeito da conceituação de anáfora (e conseqüentemente, de dêixis e correferência) que podem ser inferidas a partir da análise dos estudos linguísticos escolhidos.

2.1 AS CATEGORIZAÇÕES

Escolheremos preferencialmente estudos que façam comparações entre os três conceitos (anáfora, dêixis e correferência), aproveitando a tendência humana de entender coisas através da oposição a outras.

Chegaremos, então, a duas classificações que opõem dois tipos opostos de anáfora cada uma:

- **Classificação AC**
 - **Tipo A→C:** Anáfora que pressupõe correferência
 - **Tipo A ↗ C:** Anáfora que não pressupõe correferência
- **Classificação AD**
 - **Tipo A∨D:** Anáfora cuja diferença de dêixis não é teoricamente relevante
 - **Tipo A≠D:** Anáfora cuja diferença de dêixis é teoricamente relevante

Na primeira classificação (AC), dizemos que a anáfora do tipo **A→C** implica que, se há relação anafórica, então sempre haverá correferência. Isto, evidentemente, dependerá de como o estudo em questão conceitua tanto anáfora como correferência.

Em oposição, quando uma relação anafórica não necessariamente incorrer em correferência, de acordo com os conceitos adotados no estudo, a anáfora será classificada sob o tipo **A ↗ C**, como no caso do exemplo abaixo:

- (7) **Produto** troca de prateleira e **vendas** crescem (ILARI, 2001, p. 99 grifo meu)

Segundo as concepções de Ilari, no exemplo acima 'vendas' é anafórico a 'produto', mas isto não quer dizer que os dois correferam, ou seja, que eles compartilhem a referência ao mesmo indivíduo no mundo.

Quanto à segunda classificação (AD), dizer que a distinção entre dois conceitos é teoricamente relevante significa afirmar que a formulação de outros conceitos dentro da mesma teoria depende desta distinção. Por exemplo, a distinção entre aves e mamíferos é relevante para a taxonomia dos seres vivos, pois o conceito de *gênero*, por exemplo, depende deste conceito de *classe*.

Pelo mesmo raciocínio, se temos uma teoria que procura definir o conceito de *sílaba*, a distinção entre substantivo concreto e abstrato, por exemplo, se mostra irrelevante. Isto não quer dizer que, no caso de nossos estudos que conceituam a

dêixis e a anáfora, as distinções não existam e possamos afirmar que os conceitos sejam iguais. O que ocorre é que alguns estudos tentam responder a questões a respeito das quais a distinção teórica entre eles não implica na definição de outros conceitos, ou ainda que estas questões podem ser tratadas por outros conceitos concorrentes.

Em resumo, a correferência e a dêixis serão usadas como base de comparação para se diferenciar como o conceito de anáfora é entendido em determinado estudo.

Por outro lado, teremos categorizações de assunções teóricas, que refletem o quadro teórico no qual determinados estudos se encontram. A forma que encontramos de separar convenientemente esses estudos foi estabelecer critérios objetivos, como mostrado abaixo:

Categorias de assunções teóricas:

- Quanto à natureza ontológica dos objetos referidos
 - **objetos E** - que não podem apresentar instabilidade constitutiva (por exemplo, objetos extensionais) vs.
 - **objetos I** - que podem apresentar instabilidade constitutiva (por exemplo, objetos do discurso)
- Quanto ao domínio onde a anáfora ocorre
 - **nível da sentença** vs.
 - **nível do texto**

A descrição das categorias acima será feita nas seções 2.2 e 2.3.

A estratégia de se definir conceitos de anáfora em função de conceitos de correferência e dêixis poderia ser acusada, com certa razão, de ser circular, pois parece ser uma dificuldade inerente à tarefa de conceituar coisas que, para definirmos termos, precisemos de outros termos, que precisam ser definidos em termos de mais termos, e assim seguimos *ad infinitum*. Mas esta circularidade é

inevitável, pois só temos as línguas para descrever a realidade (das línguas, inclusive).

Para atenuar esta dificuldade inerente ao trabalho, vamos procurar, ao separar as definições em categorias, adotar certas estratégias metodológicas, como basear conceitos complexos em conceitos elementares, evitar que categorias se sobreponham umas às outras, entre outros cuidados.

Delimitar conceitos implica, portanto, em estabelecer que alguns conceitos sejam sempre pressupostos sem questionamento. É por essa razão que as ciências ditas *formalistas* costumam postular axiomas e desenvolver teoremas com base neles, enquanto que outras ciências se valem de uma estratégia similar, que é de assumir *conceitos elementares*, e então descrever conceitos mais complexos em termos daqueles. Os conceitos elementares devem ser encarados como axiomáticos, ou seja, não são questionados dentro daquele quadro teórico.

Como o conceito de *referência* nos parece fundamental para definir os outros, escolheremos para servir de “conceito axiomático” a noção de referência proposta por Frege (1892). Esta escolha não quer dizer que a concepção fregeana seja a melhor disponível, nem que esteja mais “correta”. Simplesmente, temos que escolher *algum* conceito fundamental para nos basearmos, e a preferência se dará pelo mais tradicional. Desnecessário dizer que nem o autor do presente trabalho está imune ao peso da tradição.

Apesar de nosso estudo não pretender melhorar, mas sim classificar, a formulação dos conceitos já disponíveis, haverá momentos em que será necessário induzir o conceito utilizado, principalmente quando ele não for explicitado, ou o for apenas parcialmente. Muitos estudos simplesmente pressupõem, sem tornar explícito, determinado conceito do que seja anáfora, por exemplo. Diante desta situação, o importante é que se defina no estudo em questão se a distinção entre os conceitos de anáfora e correferência existe ou não, o mesmo valendo para a comparação entre anáfora e dêixis.

Na escolha destas categorias reside a “mágica heurística” de nosso trabalho. Classificar assunções teóricas presentes em estudos linguísticos requer uma visão global da concepção de língua, escolhas metodológicas, necessidades imediatas dos autores, os tipos de perguntas que o estudo pretende responder, entre outras noções de difícil tangibilidade, ao mesmo tempo em que as categorias precisam ser bem delimitadas, perceptíveis e de fácil definição.

Poderíamos, sob outra perspectiva, nos ater ao caráter metodológico, ou em outras palavras, à maneira como os autores supõem que se deva estudar a língua, e dividir os estudos entre formalistas e não-formalistas, por exemplo. Alguns dos estudos seriam de fácil classificação: estudos gerativistas facilmente se enquadrariam na gaveta formalista, enquanto que a maioria dos estudos textuais poderia ser encaixada na gaveta ao lado. Mas e quanto aos estudos de semântica ou pragmática que preferem se valer de *alguns* conceitos linguísticos formalizáveis, ao mesmo tempo em que descrevem outros conceitos discursivamente, sem a demonstração explícita de regras de como esses conceitos derivam uns dos outros típica da concepção formalista?

Ou ainda como englobar em categorias simples a concepção de língua dos autores? Poderíamos afirmar que alguns vêem a língua unicamente como ferramenta opinativa, ou retórica, e outros que a consideram prioritariamente como meio de comunicação? Que alguns consideram o texto escrito empiricamente mais importante que os dados da oralidade?

Na tentativa de conferir uma maior objetividade à classificação, portanto, adotamos critérios de visualização mais direta, como a ontologia dos referentes (objetos E vs. objetos I) e o domínio da anáfora (nível de sentença vs. nível de texto). Estas categorias, mais bem delimitadas, ainda funcionam como indícios da vertente a que os estudos pertencem: estudos formalistas geralmente adotam como referentes objetos E; entre estes, estudos de sintaxe se mantêm ao nível da sentença, enquanto que estudos semânticos geralmente a extrapolam; estudos textuais geralmente adotam objetos I e, evidentemente, mantêm sua análise ao nível do texto.

Ao final do nosso estudo, portanto, deveremos ter quadros nos quais as categorizações de assunções teóricas sejam comparadas aos conceitos de anáfora adotados em diferentes estudos. Os dados observados nos estudos (os tipos de anáfora), então, servirão para corroborar ou falsear a hipótese inicial, conforme veremos em 2.4. Antes disto, porém, falaremos sobre as nossas *categorias de assunções teóricas*, que funcionam por oposição de dois conceitos.

2.2 A DICOTOMIA *OBJETOS E VERSUS OBJETOS I*

O primeiro par de categorias complementares de assunções teóricas que estabelecemos é aquele que considera a ontologia dos objetos que a anáfora, dêixis ou correferência denotam. Alguns dos critérios que levam a esta classificação já foram discutidos anteriormente, na seção 1.4.1. Algumas vezes, vemos anáforas aplicadas apenas a objetos que possuam alguma extensão física, como João, barco, o planeta Vênus etc.

Em outros estudos, os objetos podem incluir eventos, fatos e situações, e, dependendo do caso, estes objetos podem possuir o mesmo status ontológico de objetos concretos.

Infelizmente, é um tanto incomum que a ontologia seja discutida no estudo em questão, mas geralmente há um indício revelador: *os exemplos*. Se há apenas exemplos de objetos como João e maçãs, consideramos que o estudo trata de objetos extensionais, como a maioria dos estudos formalistas fazem.

É importante notar, no entanto, que esta característica dos objetos é uma questão de *escolha teórica*.

A extensionalidade tanto pode ser entendida como a propriedade do objeto de possuir extensão física (como objetos concretos, por exemplo) quanto de ser tratado extensionalmente pela teoria. Como exemplo do último caso, podemos pensar em um indivíduo que pode ser representado por uma constante em alguma lógica de predicados de primeira ordem, por exemplo, e esta constante poder ser substituída pelo mesmo indivíduo a qualquer instante.

Este tratamento, porém, pode estar relacionado com a condição de extensão física do objeto ou não. A propriedade dos objetos de ser extensional não se dá *a priori* em relação ao tratamento teórico. Objetos concretos e abstratos, eventos, fatos e estados de coisas eventualmente podem ser tratados extensionalmente, assim como poderíamos imaginar uma teoria assumindo que um objeto como João não se mantém o mesmo indivíduo ao longo do tempo, e, portanto, não pode ser tratado como uma constante.

Muitos objetos que não possuem extensão física são tratados teoricamente como sendo *individuais* e *imutáveis*, e, desta maneira, apresentam características adequadas à formalização. O problema parece surgir quando os objetos podem ser *reconstruídos* pelo discurso, o que é pressuposto principalmente por teorias de cunho textual. Sob esta ótica, uma expressão como ‘o cinema brasileiro’ pode referir a diferentes conjuntos de indivíduos ao longo de um texto (aos filmes, em um momento, e aos cineastas, em outro), e isto, julgamos, representaria uma dificuldade significativa às propostas formalistas.

Precisamos, portanto, de uma categorização que reflita a distinção entre objetos tratados por teorias formalistas, de um lado, e por teorias não-formalistas, de outro. Por este motivo escolhemos como categorias opostas *objetos E* (que inclui objetos extensionais e/ou individuais que não podem ser *reconstruídos*) versus *objetos I* (que podem apresentar alguma instabilidade constitutiva, ou seja, podem ser *reconstruídos* pelo discurso). A terminologia associada ao conceito de *instabilidade constitutiva* foi emprestada daquela utilizada pelas teorias textuais, como Mondada & Dubois (1995) (ver seção 1.4.1).

As características de cada categoria de objeto seriam as seguintes:

Objetos E - preexistentes, individuais (ou agrupados), imutáveis, não podem apresentar instabilidade constitutiva. Exemplos: objetos extensionais, eventos davidsonianos, grupos de indivíduos.

Objetos I - construídos pelo discurso, mutáveis, podem apresentar instabilidade constitutiva. Exemplos: objetos do discurso.

Longe de ser uma proposta para uma ontologia a ser adotada pelos estudos linguísticos, as categorias acima tem apenas a função de separar os estudos que serão analisados ao longo deste trabalho. Esperamos que elas possam servir como um indício objetivo de que estamos tratando de metodologias distintas dentro da Linguística.

2.3 A DICOTOMIA *SENTENÇA* VERSUS *TEXTO*

A discussão apontada acima nos faz refletir sobre como podemos classificar os estudos linguísticos em relação a esta divergência quanto ao *domínio da anáfora*. Em muitos estudos, o conceito de anáfora é analisado dentro de *cadeias anafóricas*, constituídas de um antecedente (geralmente um NP) seguida de uma ou várias ocorrências de elementos anafóricos (tipicamente pronomes ou elipses).

Poderíamos, então, adotar a cadeia anafórica como limite de ocorrência da anáfora, supostamente. Desta maneira, poderíamos nos deparar com estudos (como Ilari, 2001a, por exemplo) que deveriam ser classificados em alguma categoria como “*dentro do domínio da cadeia anafórica*”. Outros, como Padučeva (1970), se encaixariam em alguma categoria como “*domínio do discurso*” (ver seção 3.3) e, posteriormente, teríamos que definir critérios para classificar o estudo de Lyons (1977), induzindo o que ele entende por “*contexto mais ou menos próximo*” (ver seção 4.1).

Esta possível classificação baseada na noção de cadeia anafórica, no entanto, poderia mostrar-se improdutiva pelos seguintes motivos. Há muitos conceitos distintos de cadeia anafórica, e, como podemos notar pela análise de Ilari no próximo capítulo, o seu domínio pode não ser fácil de definir.

Além disso, sabemos que a maioria dos estudos formalistas buscam explicar o funcionamento de mecanismos intra-sentenciais, enquanto que outros tipos de estudos utilizam o *texto* como ponto de partida. Esta distinção entre *sentença* e *texto* é aquela que nos parece mais característica das metodologias e das concepções de estudo de língua.

Estudos sobre sintaxe estão preocupados com mecanismos sentenciais. Estudos textuais se focam em analisar, bem, textos. Um descreve anáforas entre NPs, pronomes e categorias vazias. Outro, anáforas por sinonímia, metonímia e hiperonímia. Estes parecem ser os dois extremos que polarizam as diferenças entre as conceituações de anáfora.

A teoria gerativa, por exemplo, vê a língua como o resultado da aplicação de regras sintagmáticas (do tipo $S \rightarrow NP VP$, $VP \rightarrow V PP$ etc.), que também se combinam na forma de constituintes. Estes constituintes são capazes, de acordo com outras regras, de se mover e de se relacionar na estrutura. Bem, a sentença parece ser o limite estrutural no qual ainda podemos descrever formalmente estas relações de ordem prioritariamente sintática, pois raramente vemos estudos de sintaxe gerativa, ou que nela se baseiam, extrapolando este domínio.

Semanticistas que vêem o uso de pronomes basicamente de duas maneiras (referencial ou como variável ligada a um quantificador) geralmente afirmam que pronomes em uma sentença não deveriam ser consideradas variáveis ligadas a quantificadores em outras sentenças. Evans (1977), por exemplo, alega a respeito da sentença conjuntiva

- (8) **Poucos policiais** vieram à festa, mas **eles** se divertiram. (EVANS, 1977, p. 493 grifo meu)

que há dois bons motivos para dizer que o pronome 'eles' não deveria ser considerado uma variável ligada ao antecedente 'poucos policiais'.

Em primeiro lugar, porque se imaginássemos que isto fosse possível, a forma lógica de (8) deveria ser equivalente a algo como

- (9) Poucos policiais são tais que eles vieram à festa e se divertiram.

Segundo Evans, (8) acarreta que poucos policiais vieram à festa e também que todos eles se divertiram. No entanto, a forma lógica expressa em (9) teria condições de ser verdadeira mesmo que nem todos os policiais se divertissem. Ou

seja, o tratamento dado com pronomes ligados a quantificadores em uma sentença do outro lado da conjunção permitiria condições de verdade inadequadas.

Outro motivo pelo qual, segundo Evans, o pronome 'eles' em (8) não pode ser considerado uma variável ligada é que, quando analisamos a forma anômala

(10) * **Nenhum policial** veio à festa, mas **eles** se divertiram.(EVANS, 1977, p. 494 grifo meu)

vemos que ela tem a mesma estrutura de (8). Se a expressão 'poucos policiais' pudesse ser considerado um quantificador em (8), por que não poderia 'nenhum policial' ser também em (10)?

Se Evans considera que o tratamento de variáveis ligadas não se aplica a sentenças conjuntivas, concluímos que o mesmo vale para sentenças distintas. O argumento do autor é alvo de críticas, mas de modo geral os semanticistas formais consideram a sentença um bom limite para o escopo de quantificadores ligados à variáveis. Esta parece ser uma característica própria dos estudos formalistas em geral, e, como o domínio da sentença é mais fácil de visualizar, ele foi escolhido como uma das nossas categorias de assunções teóricas. Em oposição, quando o *nível da sentença* for extrapolado, consideraremos que o estudo se enquadra na categoria *nível de texto*.

2.4 TESTANDO AS HIPÓTESES

A metodologia adotada neste trabalho parte de um raciocínio científico simples. Estabeleceremos uma hipótese inicial testável, e a confrontaremos com dados dos estudos linguísticos que a corroboram ou falseiam. Dissemos no início deste capítulo que esta hipótese seria de que os conceitos de anáfora, dêixis e correferência adotados nestes estudos variam de acordo com os pressupostos teóricos assumidos neles. Com base em nossa categorização proposta na seção 2.1, vamos refinar nossa hipótese inicial de maneira que ela se torne mais forte e empiricamente testável. Elas serão, na verdade, divididas em três:

HIPÓTESE INICIAL 1 (QUANTO À NATUREZA DOS OBJETOS REFERIDOS): Os estudos linguísticos que se enquadram na categoria de assunção teórica *objetos E* adotam o *tipo de anáfora* $A \rightarrow C$, enquanto que os estudos linguísticos que se enquadram na categoria *objetos I* adotam o *tipo de anáfora* $A \nrightarrow C$.

HIPÓTESE INICIAL 2 (QUANTO AO DOMÍNIO DA ANÁFORA): Os estudos linguísticos que se enquadram na categoria de assunção teórica *nível da sentença* adotam o *tipo de anáfora* $A \rightarrow C$, enquanto que os estudos linguísticos que se enquadram na categoria *nível do texto* adotam o *tipo de anáfora* $A \nrightarrow C$.

HIPÓTESE INICIAL 3 (COMPARAÇÃO ENTRE DÊIXIS E ANÁFORA): Os estudos linguísticos que se enquadram na categoria de assunção teórica *nível da sentença* adotam o *tipo de anáfora* $A \vee D$, enquanto que os estudos linguísticos que se enquadram na categoria *nível do texto* adotam o *tipo de anáfora* $A \neq D$.

Os motivos que nos levaram a escolher estas associações entre tipos de anáfora e categorias de assunções teóricas são raciocínios indutivos baseados na experiência com estudos linguísticos de diferentes áreas.


A primeira hipótese pretende capturar a distinção ontológica entre estudos formalistas e estudos textuais, como já discutido na seção 1.4.2. A segunda, mais especificamente, pretende testar como estas escolhas teóricas são feitas pelos estudos de sintaxe, que quase sempre se restringem à descrição de mecanismos intrassentenciais. A terceira hipótese também quer mostrar como os estudos sintáticos estritamente formalistas diferem dos outros, e como suas escolhas metodológicas podem fazer com que o conceito de dêixis possa perder importância.

2.4.1 As tabelas comparativas

O quadro abaixo é um exemplo que mostra como os estudos podem ser divididos em distribuição complementar entre as *categorias de assunções teóricas*, como as que adotam *objetos E* versus aqueles que adotam *objetos I*. De acordo com nossa hipótese inicial, uma categoria de assunção teórica deve apresentar somente um tipo de anáfora. Basta que um tipo de anáfora ocorra em dois tipos de categorias opostas no quadro (ou seja, em duas colunas diferentes) para que a hipótese inicial seja falseada.

TABELA 1 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (EXEMPLO)

	Natureza dos objetos pressuposta pela teoria	
	<i>E</i>	<i>I</i>
Estudo 1	tipo $A \rightarrow C$	-
Estudo 2	tipo $A \rightarrow C$	-
Estudo 3	-	tipo $A \nrightarrow C$
Estudo 4	-	tipo $A \rightarrow C$


 dado falseador

Em outras palavras, pela tabela acima (tomada como exemplo), é de se esperar que, pela nossa *hipótese inicial 1*, num estudo de linguística no qual os objetos referidos são do *tipo I*, o conceito de anáfora adotado seja do tipo $A \nrightarrow C$ (anáfora que não pressupõe correferência). Mas se encontrarmos algum estudo (como o Estudo 4) que adote este tipo de ontologia, mas o conceito de anáfora usado for do tipo que não pressupõe correferência (tipo $A \rightarrow C$), temos aí um dado que falseia nossa hipótese.

É importante notar que nossa metodologia se baseia em um falseacionismo que se aplica estritamente ao nível empírico, ou seja, considera que uma única observação como um tipo de anáfora adotado em algum estudo refuta a afirmação contida na hipótese inicial.³

Isto não impede, porém, que *generalizações* possam ser feitas quando um grande número de dados corroborarem a afirmação genérica contida na hipótese. Por exemplo, no caso de uns poucos dados refutarem a *hipótese inicial 1*, mas a grande maioria a corroborar, a afirmação de que “o tipo de anáfora adotado em estudos que assumem objetos I geralmente é do tipo $A \rightarrow C$ ” ainda se mantém como uma generalização válida, indicando uma influência significativa deste tipo de assunção sobre a escolha do conceito de anáfora.

Esta aparente contradição lógica pode ser explicada pelo fato de que nosso falseacionismo se aplica sobre as ocorrências (*tokens*), e não sobre as generalizações (*types*). Vejamos os exemplos:

(11) Toda zebra tem listras.

(12) Zebra tem listras.

A afirmação (11) pode ser facilmente refutada por um dado empírico simples: a existência de uma zebra sem listras. Já (12) é uma generalização sobre a espécie zebra, o que não faz com que a afirmação seja necessariamente negada pela existência de uma exceção qualquer. O importante, para nós, é que as afirmações sejam de alguma forma *testáveis*, e (11) nos parece, pelo seu maior grau

³ Pode soar estranho afirmar que categorias de assunções teóricas e tipos de anáfora estabelecidos indutivamente possam ser chamados de observações *empíricas*, mas este é o espírito: estamos aplicando uma metodologia tipicamente observacional para responder questões de caráter metateórico, ou seja, nosso objeto teórico é constituído de outros objetos teóricos, e nossos dados são *conceitos*, e não fenômenos. Não esperamos, com isto, obter nenhuma explicação direta sobre o *fenômeno* anafórico, mas sim, sobre as maneiras como ele é tratado teoricamente.

de testabilidade, um tipo de afirmação que seria uma boa candidata a hipótese inicial de uma análise científica. No entanto, mesmo que (11) não se mostre verdadeira devido a uma ou outra observação empírica, alguma generalização válida como (12) ainda pode ser extraída da análise.

2.5 CORPUS

As definições serão coletadas de estudos linguísticos de diferentes propósitos e quadros teóricos. De início, a distinção entre esses quadros será feita *lato sensu* (faremos uma distinção por áreas, como *estudos formalistas*, *textuais etc.*), pois o interessante para nós será, posteriormente, utilizar as categorias mais palpáveis que foram propostas acima, e não a sua área. Estes são os estudos que compõem o nosso corpus:

- Estudos textuais: (HALLIDAY & HASAN, 1976); (MONDADA & DUBOIS, 1995); (ILARI, 2001a); (CAVALCANTE, 2005); (MILNER, 1982); (KOCH, 2004); (KLEIN-ANDREU, 1996).
- Estudos de sintaxe (gerativa): (CHOMSKY, 1980); (REINHART, 1983); (PADUČEVA, 1970).
- Estudos de semântica: (LYONS, 1977); (HEIM & KRATZER, 1998); (EVANS, 1980); (BASSO 2009); (KAMP & REYLE, 1993)

A escolha desses estudos reflete uma intuição de que eles apresentam definições diversificadas de anáfora devido tanto aos pressupostos teóricos quanto aos objetivos.

As classificações dadas acima (estudos textuais, de sintaxe, de semântica), reforçamos, não serão usadas como nossas categorias comparativas entre os conceitos. Mesmo entre estudos do mesmo grupo há pressupostos distintos. Por exemplo, o conceito de anáfora de (CHOMSKY, 1980) se restringe a itens lexicais como pronomes reflexivos e expressões recíprocas como *each other*, e também

categorias vazias. Em outros estudos formalistas, esta delimitação pode ser menos restritiva e dispensar critérios como este.

Os motivos para escolhermos critérios próprios para separar estes estudos já foram discutidos na seção 2.2 e 2.3.

CAPÍTULO 3. AS MUITAS DEFINIÇÕES DE REFERÊNCIA (E CORREFERÊNCIA)

Neste capítulo, vamos comparar algumas definições distintas de referência, mostrando como o termo pode ser usado para definir conceitos relativamente distantes entre si, ao mesmo tempo em que faremos algumas análises críticas. Como consequência, esperamos mostrar como essas noções de referência acabam afetando as noções de correferência, e também de anáfora e dêixis, adotadas em estudos linguísticos.

A crítica se dará considerando a estratégia já estabelecida de tomar o conceito de referência de Frege como um “conceito axiomático” de referência, e usá-lo para comparar com os outros.

Como consequência, podemos avaliar também as noções de correferência destes estudos, e já iniciarmos nossa comparação com os conceitos de anáfora neles adotados.

3.1 A NOÇÃO DE REFERÊNCIA DE HALLIDAY & HASAN (1976) (H&H)

Vamos analisar a noção de referência de um estudo clássico de coesão textual em inglês, Halliday & Hasan (1976). Sob o termo ‘referência’, os autores colocam diversas relações textuais que contribuem para a coesão, que seria a característica indispensável de um texto. Uma delas é a *referência anafórica*, mostrada a seguir :

Referência anafórica, como vimos, é meramente um caso especial de referência em geral, e o texto é meramente um caso especial de ambiente; a referência bem poderia ser exofórica, na qual o ambiente relevante é a situação. (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 89)

Ou seja, para os autores (que chamaremos de H&H daqui por diante), a referência pode ser tanto a relação entre dois elementos linguísticos (anafórica) quanto entre um elemento linguístico e um elemento do mundo (exofórica). O exemplo a seguir é de referência anafórica:

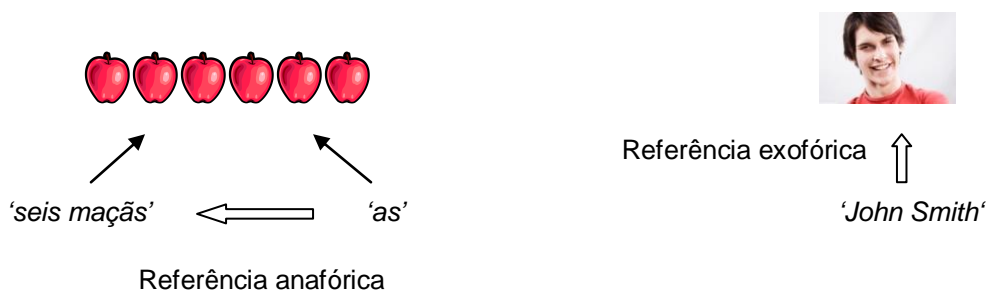
Vamos começar com um exemplo simples e trivial. Suponha que encontremos as seguintes instruções em um livro de receitas:

(13) Lave e descasque seis maçãs. Coloque-as em uma panela.

Está claro que **as** na segunda sentença se refere ao elemento anterior (é ANAFÓRICO a) **seis maçãs** na primeira sentença. Esta função ANAFÓRICA de **as** dá coesão às duas sentenças, e então interpretamos **as** como um todo; as duas sentenças juntas constituem um texto. (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 2)

Temos acima uma divergência com a noção fregeana de referência. A relação entre o sintagma 'seis maçãs' e o pronome 'as' não é a mesma que a relação entre o sintagma 'seis maçãs' e as seis maçãs no mundo de que a expressão fala. Vejamos o esquema a seguir.

FIGURA 1 - DEFINIÇÕES DE REFERÊNCIA POR H&H



Vejamos a relação entre o nome 'John Smith' e a pessoa John Smith no mundo, chamada de referência exofórica por H&H. Por ser uma relação entre uma expressão linguística e um elemento do mundo, ela tem as características próprias da referência fregeana. Já a chamada referência anafórica mostra uma relação textual entre dois elementos linguísticos, que deixa pressuposta outras relações entre os sintagmas e seus referentes, mas não as descreve.

Talvez seja todo este processo, que envolve as relações textuais e objetos do mundo, e não só a referência anafórica, que H&H chamariam de *anáfora*, mas isto não fica explícito ao longo do trabalho. De qualquer forma, vemos aqui um uso diferente do termo 'referência' em relação ao que estávamos expondo anteriormente, já que a *referência anafórica* ali descrita mostra uma relação entre dois elementos linguísticos, e não entre um elemento linguístico e um elemento do mundo.

A noção de *correferência* de H&H, por sua vez, nos diz que uma expressão como 'seis maçãs' e 'as' correferem, o que corresponde exatamente ao que os autores chamam de referência anafórica.

Qual é o significado da relação coesiva entre **as** e **seis maçãs** [em (13)]? O significado é que estes elementos se referem à mesma coisa. Os dois itens são idênticos em referência ou CORREFERENCIAIS. (HALLIDAY & HASAN, 1976, p. 3)

Notamos então, segundo nossas noções previamente estabelecidas sobre o que pertence ao plano da língua e o que pertence ao plano do mundo, que há uma contradição teórica aqui. A referência anafórica, como estipulada pelos autores, nos mostra que o pronome 'as' se refere à expressão 'seis maçãs', enquanto que a citação acima nos diz que ambas as expressões 'seis maçãs' e 'as' se referem "à mesma coisa". Obviamente, esta *mesma coisa* não pode ser a expressão 'seis maçãs', pois isto faria com que esta expressão referisse a si mesma. Bem, se esta *mesma coisa* estipulada por H&H for então as seis maçãs no mundo, então há um tipo de referência que ficou inexplicado, que é a relação entre as expressões e as maçãs do mundo (as setas pretas da Figura 1).

Mas este é um tipo de referência já definido por H&H, a referência exofórica. Isso quer dizer que a referência anafórica dos autores *envolveria necessariamente alguma referência exofórica*, o que não é dito por eles. Consideramos este tipo de omissão problemática, pois a concepção de H&H coloca no mesmo patamar ontológico expressões linguísticas e coisas do mundo, o que nos parece teoricamente ruim. Uma das ideias básicas de se definir significado (que é um problema bem maior do que a referência, mas pode ser baseado nela) é que a língua "significa" algo externo a ela, ou seja, ela é um *sistema simbólico*.

Este uso ambíguo do termo *referir* pode ter raízes antigas: Lyons (1977) mostra que o termo referência pode ser usado tanto no sentido da expressão latina ‘*referre*’, uma tradução do grego ‘*anapherein*’, que pode significar algo como “repetir” ou “trazer de volta”, quanto ser usado dentro do escopo do conceito filosófico de referência trazido por Frege (LYONS, 1977, p. 660).

Este tipo de problema terminológico (ou ontológico) pode ocorrer nos estudos analisados, e eles serão apontados. Não é o objetivo deste trabalho, no entanto, propor reformulações ou julgar quais definições são mais apropriadas. Vamos tentar, na verdade, nos ater ao objetivo principal que é de relacionar a escolha de determinados tipos de conceitos a uma concepção mais geral de língua e à metodologia dos estudos, implícitas em nossas *categorias de assunções teóricas* (seção 2.1).

3.2 A NOÇÃO DE REFERÊNCIA DE MILNER (1982)

Vamos agora analisar outra concepção de referência vinda de um estudo próprio da tradição francesa de estudos linguísticos textuais.

Uma sequência nominal possui [...] uma referência, a qual é o segmento da realidade que lhe é associado. Contrariamente ao que se crê muitas vezes, este segmento não é, necessariamente, espaço-temporal: um nome “abstrato” não é menos associável a um segmento da realidade que um nome “concreto”, simplesmente o segmento não é referido da mesma maneira. Isto posto, basta refletir um instante para observar que não é uma sequência nominal qualquer que está associada a um segmento qualquer; ou melhor, uma língua natural comporta um léxico, e uma das propriedades deste último é a de distinguir as unidades segundo o tipo de segmento que elas podem designar. [...] Para exprimir esta situação, pode-se recorrer aos termos seguintes: o segmento da realidade associado a uma sequência é sua **referência real**; o conjunto de condições que caracterizam uma unidade lexical é sua **referência virtual**. (MILNER, 1982, p. 86 da tradução brasileira)

O que o autor chama de *referência virtual* não é exatamente o apontamento a um segmento da realidade, mas sim uma delimitação de possibilidades dadas pelo item lexical. Esta delimitação é dada, por exemplo, pela palavra ‘leão’. Assim, várias possibilidades de *referência real* são levantadas por ‘leão’, o que excluiria, por

exemplo, girafas e rinocerontes. A referência real se daria então, quando uma expressão como ‘o leão’ ou ‘dez leões’ fosse empregada.

Em primeiro lugar, esta concepção levanta uma questão interessante sobre a natureza pragmática da referência. Afinal, a expressão ‘estrela da tarde’ invariavelmente se refere ao planeta Vênus, ou a referência se dá quando a expressão é usada pelos falantes? É bem possível que esta preocupação poderia soar estranha aos ouvidos de Frege, pois a divisão de trabalho entre semântica e pragmática, que prevê uma distinção em relação ao significado em uso, ainda estava por ser proposta. Mas podemos notar em *Über Sinn und Bedeutung* que as expressões, mesmo que dotadas de um conteúdo descritivo (o **sentido**), não necessariamente precisam referir.

A sentença “Odisseu estava ancorado em Ithaca enquanto dormia profundamente” obviamente tem um sentido. Mas já que é duvidoso que o nome “Odisseu”, ocorrendo nesta sentença, possua um referente, é também duvidoso que a sentença possua algum. (FREGE, 1892, p. 215)

Nesta passagem, Frege está, na verdade, argumentando que *sentenças* podem não possuir referência, mas esta concepção decorreria do fato de que nem toda expressão também deva possuir alguma. Nota-se, portanto, que o autor sugere que as expressões não precisam possuir referência *a priori*, e também que a referência pode depender da maneira como a expressão é usada. Esta talvez seja uma concepção que Milner tenta captar com sua distinção entre referência real e referência virtual.

Entretanto, Milner tenta operacionalizar esta distinção baseando-se também num conceito lexical: segundo ele, *grupos nominais* têm referência real; *nomes*, porém, não necessariamente – eles possuem referência virtual. Interpretamos aqui que a ideia de *grupos nominais* de Milner correspondem ao que chamamos *sintagma nominal*, ou NP. A formação de um grupo nominal, portanto, se daria quando nomes se associariam a determinantes, como ‘o’, ou ‘este’, por exemplo.

Seria possível concluir, portanto, que Milner considera que o *uso de expressões* só ocorre na forma de grupos nominais, como ‘dez leões’, por exemplo. Analisando-se os exemplos dados, no entanto, a ideia torna-se um tanto estranha.

(14) J’ai vu dix **lions**, et toi tu **en** as vu quinze

Eu vi dez leões, e tu viste quinze (leões)

(15) J’ai capturé dix **des lions**, et toi tu **en** as capturé quinze

*Eu capturei dez dos leões, e tu capturaste quinze (dos leões)*⁴

Milner afirma que em (14), o pronome ‘en’ retoma a palavra ‘lions’, e em (15), o pronome retoma o grupo nominal ‘des lions’. Assim, ‘en’ possuiria *correferência virtual* no primeiro caso, e *correferência real* no segundo. Logo, é com certa estranheza que percebemos que aquilo que realmente está em jogo para distinguir um tipo de referência da outra não é realmente o uso, mas sim a característica lexical da expressão. Afinal, a expressão ‘lions’ não está sendo usada em (14) da mesma maneira que ‘des lions’ em (15)?

De qualquer maneira, Milner alega que sua distinção esclarece alguns problemas de correferência. Quando ele mostra o exemplo a seguir, o autor afirma que temos um caso de como itens que possuem correferência virtual podem diferir em termos de correferência real:

(16) **O homem** é um lobo para **o homem**. (MILNER, 1982, p. 91 grifo meu)

Neste exemplo, no qual Milner admite que ‘o homem’ refere ao gênero humano, e não a um indivíduo, podemos ver que há correferência virtual, mas não correferência real. Se houvesse o último, isto violaria o princípio chomskyano de

⁴ O grifo é meu, e uma pequena correção também: o segundo parêntesis na tradução de (15) está no original como (leões) (MILNER, 1982, p. 87), mas acho que seria melhor traduzir por (dos leões) para fins de visualização da retomada do pronome ‘en’ em português.

disjunção referencial (*disjoint reference*), que estabelece que “dentro de um domínio, dois termos referenciais são referencialmente disjuntos”, princípio que Milner abraça. Para justificar a ausência de correferência real, Milner assume que uma expressão como ‘o homem’ pode ser entendida como um conjunto de possibilidades referenciais, concepção que o autor relaciona ao *percurso de valores* fregeano.

Assumiremos aqui que o que Milner entende por ‘percurso de valores’ quase certamente equivale ao que os semanticistas fregeanos chamam de *quantificação*, ou seja, a expressão ‘o homem’ em (16) equivale a um sintagma nominal quantificado como ‘todo homem’, e neste caso, não possuiria referência (pelo menos, não como uma expressão referencial típica).

Aos poucos, nota-se que o que Milner quer dizer com referência virtual é uma característica de *potencialidade de referência*. O autor afirma que a referência virtual não precisa necessariamente ser idêntica entre dois itens lexicais, mas podem todavia manter relações de *agrupamento e inclusão* (MILNER, 1982, p. 89 da trad. brasileira), o que explicaria casos de *anáfora nominal* em termos de referência virtual por inclusão, como no exemplo a seguir:

(17) **Um boi** pastava; **o quadrúpede**... (p. 104 grifo meu)

E a ideia também justificaria os casos de anáfora em que *não* ocorre correferência real:

(18) **Um casal** me visitou ontem; **o marido** era insuportável.(p. 107 grifo meu)

Assim, segundo o autor, “os dados confirmam então a análise proposta: a anáfora, em todos estes casos, repousa sobre a referência virtual” (MILNER, 1982, p. 106 da trad. brasileira).

Esta suposição, a de que a anáfora não necessariamente decorre da correferência, será uma das concepções fundamentais para diferenciar os tipos de anáfora que analisaremos neste trabalho. A categorização dos estudos se dará, então, conforme os critérios expostos na seção 2.1, ou seja, vamos separar os tipos

de anáfora entre os que pressupõe correferência (tipo A→C) daqueles nos quais isto não ocorre (A ↗ C).

Desta maneira, Halliday & Hasan (1976) se enquadraria no primeiro caso (A→C). A situação de Milner (1982), no entanto, é um pouco mais complexa: o autor adota dois conceitos distintos, a *correferência virtual* e a *correferência real*. O primeiro serve de suporte à anáfora, outro não. Como classificar o estudo então? Para este caso específico, vamos considerar os *dois conceitos*, separando-os em Milner (correferência virtual) e Milner (correferência real).

Na seção seguinte, mais estudos que comparam anáfora e correferência serão analisados, sendo que o foco será mais forte em relação à tipificação dos conceitos de anáfora, e menor em relação à referência.

3.3 OS ESTUDOS DE ILARI (2001A) E PADUČEVA (1970)

Vejamos dois exemplos de definições envolvendo anáfora e correferência, provenientes do trabalho de Rodolfo Ilari, *Alguns problemas no estudo da anáfora textual* (2001a):

Um exemplo de formulação grosseira é a Padučeva (1970, p. 226), para quem “A relação entre dois nomes de um dado texto que tem denotata idêntico deve ser chamada relação anafórica...”

No contexto original dessa citação, os “denotata”, são objetos efetivamente existentes no mundo, e os “nomes” se aplicam a esses “denotata” de maneira unívoca. Com isso somos levados sem escapatória à conclusão de que toda anáfora expressa correferência, mas essa é uma conclusão indesejável, que nos leva, por exemplo, a considerar que no romance Dom Casmurro, qualquer ocorrência do nome “Capitu” é anafórica de todas as outras ocorrências do mesmo nome, o que é contraintuitivo. (ILARI, 2001a, p. 196)

Nos exemplos acima, as definições de anáfora parecem divergir diametralmente. De um lado, os conceitos de anáfora e correferência por parte de Padučeva parecem ser equivalentes. Por outro, Ilari afirma que esta equivalência é indesejável. À primeira vista, pode-se julgar que as definições adotadas por um e

outro são simplesmente opostas, mas a coisa, sob nossa ótica, é um pouco mais complexa do que parece.

Vamos assumir que há pelo menos duas categorias nas quais poderíamos nos basear para indicar uma divergência entre as definições:

1. O domínio no qual a anáfora ocorre
2. A natureza dos objetos referidos pelas expressões anafóricas

Quanto ao primeiro caso, a ilustração dada por Ilari (sobre as ocorrências do nome Capitu em Dom Casmurro) mostra que a definição de Padučeva falharia por não prever que, em textos como um romance, as anáforas ocorrem dentro de cadeias anafóricas, ou seja, em sequências de elementos anafóricos encabeçados por um antecedente. Esta colocação de Ilari pode ser sustentada por sua afirmação “... os falantes sabem reconhecer que, em qualquer texto, funcionam determinadas ‘cadeias anafóricas’” (ILARI, 2001a, p. 211).

Ilari considera então, podemos concluir, que a anáfora ocorre dentro de um determinado domínio, que podemos considerar como sendo a cadeia anafórica. Neste mesmo estudo, ele mostra como textos apresentam anáforas encabeçadas por um único termo primitivo, como por exemplo, um texto jornalístico sobre um garoto surfista californiano que sobreviveu à queda de uma onda gigante. O texto apresenta cadeias anafóricas como:

(19) o garoto Jay → o californiano → ele → ele

É interessante notar que Ilari considera que o sintagma nominal ‘o californiano’ pode ser anafórico em relação ao NP ‘o garoto Jay’ neste texto, mas recusa a ideia que em Dom Casmurro, as ocorrências de ‘Capitu’, também NPs, pertençam à mesma cadeia anafórica, e portanto, a Capitu ao final do romance não possa ser anafórica em relação à do início.

Isto pode levantar a seguinte questão: o que caracteriza a cadeia anafórica para Ilari?

O autor mostra que ela se constitui de um termo primitivo, como um NP lexical, que deve encabeçar a cadeia, e a ocorrência de pronomes e outras expressões retomando aquilo que este antecedente denota. Um dos critérios importantes mostrados no estudo para essa delimitação seria a característica *genérico vs específico* dos NPs. Ao longo do texto, o autor alega que a anáfora deve ser sensível ao fato de que, por exemplo, a expressão ‘o californiano’ na cadeia anafórica acima não poderia ser lida em seu sentido genérico, ou seja, como “qualquer californiano”, mas sim como o próprio garoto Jay, e este seria um indicador de que ‘o californiano’ pertence à cadeia anafórica encabeçada pela expressão ‘o garoto Jay’.

Para nós, no entanto, seria interessante saber qual é o limite da cadeia anafórica, ou seja, a distância que os elementos podem ter do antecedente. Chegamos a considerar, na seção 2.3, a possibilidade de adotá-la como uma de nossas categorizações, mas ela parece não ser fácil de delimitar. Afinal, como podemos verificar, a cadeia anafórica mostrada em (19) ocupa praticamente todo o texto citado por Ilari (um artigo da Folha de São Paulo), o que a coloca em um domínio equivalente ao da anáfora nos termos de Padučeva.

Qualquer que sejam os critérios que Ilari considera delimitador para o domínio dos encadeamentos anafóricos, a noção de anáfora do autor difere daquele de Padučeva pelo fato de que ele defende que “nomes” que correferem não são necessariamente anafóricos. Assim, correferência poderia ser uma indicação de que há anáfora, mas esta não é uma condição necessária, nem suficiente. A autora russa, por sua vez, até adota a ideia de que deve haver um antecedente, que ela chama de *initial name*, mas parece não se preocupar em definir como as ocorrências anafóricas (*derived names*) se relacionam a este antecedente. Para que haja anáfora, portanto, basta que haja ocorra correferência. (PADUČEVA, 1970, p. 225).

A análise acima levou em conta a noção de domínio da anáfora, que é uma das nossas categorias propostas. Vejamos agora a questão da natureza dos objetos referidos.

Ilari também afirma que a anáfora pode se remeter a objetos que não necessariamente *existam* efetivamente, como, por exemplo, *o cinema brasileiro*, que pode ou não ter extensão no mundo. Este posicionamento mostra que Ilari defende alguns aspectos típicos da ideia de *referenciação*, conceito associado a uma vertente francesa de estudos textuais, já discutido na seção 1.4.1. A **referenciação** se diferencia da *referência*, que é tradicionalmente associada à visão fregeana clássica de denotação, por considerar que os objetos aos quais as expressões linguísticas se referem não são previamente dados por um mundo extensional, mas são construídos (e modificados) pelos sujeitos envolvidos na produção discursiva. Esses objetos são geralmente chamados de *objetos do discurso*.

Podemos atestar esta posição do autor em um outro artigo similar do autor:

Os textos que efetivamente usamos no dia-a-dia, mesmo quando falamos de realidades bastante familiares, dificilmente organizam essas realidades como ontologias compostas de objetos discretos entre os quais se estabelecem relações claramente sujeitas ao princípio do terceiro excluído. Imaginemos um texto de história contemporânea como os que apareceriam nos livros didáticos: é pouco provável hoje que ele tome a forma de uma narrativa cujos protagonistas são apenas pessoas. O normal é, ao contrário, que ele tenha como protagonistas instituições sociais (como o Estado Novo) ou entidades coletivas (como o operariado dos anos 30); é esperado também que um texto desses faça referência a produtos culturais (como a censura), a épocas, momentos, datas e situações. (ILARI, 2001b, p. 92)

Assim, considerando os dois tipos de divergência entre os autores concebidos por nossa metodologia, podemos visualizar as diferenças pela tabela abaixo:

TABELA 2 - ANÁFORA SEGUNDO ILARI E PADUČEVA

	Domínio	Natureza dos objetos
Padučeva	texto	extensionais
Ilari	cadeia anafórica	do discurso

Sob o primeiro critério, a divergência se baseia no fato de que a anáfora, para Ilari, não pode ocorrer livremente ao longo do discurso. Sua ocorrência deve ser restringida de alguma forma pelo antecedente. Sob o segundo critério, a crítica de Ilari se dá sobre a assunção da autora russa de que anáfora ocorra somente relacionando referentes extensionais.

Como vimos, de acordo com o primeiro critério, no entanto, a crítica parece mais complicada, pois o domínio da anáfora não fica explicitado por nenhum dos dois autores. Padučeva adota o *discurso* como domínio, mas seus exemplos não ultrapassam três sentenças concatenadas. Pode-se afirmar que Ilari, cuja preocupação maior reside sobre o texto e seus mecanismos de interpretação, também considera a anáfora discursiva mais relevante, mas não deixa explícito um conceito sistemático de cadeia anafórica.

Talvez o descompromisso se esclareça ao final do trabalho quando Ilari defende que o estudo da anáfora poderia ser mais frutífero por meio de uma abordagem cognitiva:

... penso que posso dizer que a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes, e nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com o mundo; ao contrário, tem muito a ver com o modo como o mundo é armazenado em algum “buffer cognitivo”. (p. 213)

Apesar de não sugerir como esta abordagem poderia ser feita, Ilari adotou uma estratégia programática: tentar definir anáfora dizendo o que ela *não é*. De qualquer maneira, podemos interpretar que, se as relações anafóricas dependem de limitações de memória, este “buffer cognitivo” poderia caracterizar o domínio da anáfora através de uma teoria de caráter cognitivista. É uma pena que esta discussão fique de fora do escopo do nosso trabalho.

Vamos, então, reformular a categorização feita acima para os estudos de Ilari e Padučeva para convertê-la às regras de nossa metodologia. As categorias de domínio da anáfora e natureza dos objetos, traduzidas para nossa classificação, ficam assim:

TABELA 3 - ANÁFORA SEGUNDO ILARI E PADUČEVA (REFORMULADO)

	Domínio	Natureza dos objetos
Padučeva	texto	E
Ilari	texto	I

Com este quadro, queremos apenas mostrar como os estudos destes dois autores se encaixariam em nossas categorias de assunções teóricas. Esta, porém, é apenas uma categorização preliminar, pois o nosso objetivo final será de cruzar os tipos de anáfora com estas categorias. Vimos que os autores discordam quanto à equivalência entre os conceitos de anáfora e correferência. Ilari adota o tipo de anáfora $A \nrightarrow C$ (anáfora que não pressupõe correferência), enquanto que Padučeva adota $A \rightarrow C$ (anáfora que pressupõe correferência).

Estes tipos de anáfora serão confrontados com as categorias de assunções teóricas em breve. Antes, porém, vamos realizar a análise de mais um estudo cujas pressupostos se assemelham ao de Ilari (2001a).

3.4 O ESTUDO DE KOCH (2004)

Felizmente, este estudo deixa explícito, logo de início, o quadro teórico no qual se insere, e ainda propõe as expressões anafóricas nominais em dois tipos, correferenciais e não-correferenciais.

Insiro-me no quadro teórico e epistemológico que parte do pressuposto de que a referenciação constitui uma atividade discursiva, pressuposto esse que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem.

[...]

São formas nominais referenciais anafóricas os grupos nominais com funções de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir de outros elementos nele presentes. Isto significa que a anáfora pode se dar com ou sem a retomada de referentes anteriormente expressos. (KOCH, 2004, p. 244)

A autora, com a preocupação de esclarecer o seu lugar entre as epistemologias linguísticas, nos permite classificar de antemão que este estudo se

enquadra tanto na categoria *objetos /* quanto em *nível de texto*, e os conceitos de anáfora se enquadram em dois tipos: a correferencial no tipo $A \rightarrow C$, e a não-correferencial, no tipo $A \nrightarrow C$. A escolha teórica de Koch se baseia diretamente na concepção epistemológica de Mondada & Dubois (1995), à qual já havíamos nos reportado em 1.4.1.

O estudo de Koch basicamente classifica as ocorrências anafóricas textuais nominais em diversos tipos de acordo com a natureza de sua retomada:

- Anáforas correferenciais sem recategorização
 - Por repetição total ou parcial
 - Por sinonímia ou parassinonímia
- Anáforas correferenciais recategorizadoras
 - Hiperonímia
 - Retomada por termo genérico
 - Retomada por descrições nominais
- Anáforas não-correferenciais
 - Anáforas indiretas (que possuem ainda o subtipo anáforas associativas)
 - Anáforas rotuladoras
 - Rotulações metadiscursivas

Estas classificações refletem a necessidade da autora de mostrar como os diversos tipos de retomadas de expressões linguísticas contribuem para o que ela chama de *construção do sentido*, ou seja, como os autores usam essas retomadas como estratégias argumentativas e os leitores podem interpretá-las.

A classificação que realmente nos interessa aqui é aquela entre *anáfora correferencial* e *anáfora não-correferencial*, então vamos apenas mostrar resumidamente como funciona a taxonomia da autora.

Quando o núcleo de uma expressão linguística é retomado, total ou parcialmente, como no caso de ‘fubá’ e ‘moinho de fubá’, por exemplo, a anáfora se caracteriza como *anáfora por repetição*. Se a expressão é retomada por um sinônimo ou quase-sinônimo, como ‘lar’ e ‘casa’, por exemplo, a anáfora ocorre *por sinonímia ou parassinonímia*.

Entre as *anáforas correferenciais recategorizadoras*, a *anáfora por hiperonímia* se dá quando o elemento anafórico e seu antecedente possuem uma relação do tipo indivíduo-espécie, espécie-gênero etc., como ‘liquidificador’ e ‘aparelho’, por exemplo. Se o elemento anafórico possuir um caráter ainda mais genérico, como os termos ‘coisa’ ou ‘criatura’, por exemplo, a anáfora é do tipo *retomada por tipo genérico*. E ainda se este elemento anafórico for uma expressão como ‘o pessoal de memória curta’, a anáfora se caracteriza como *retomada por descrições nominais*.

No caso das *anáforas não-correferenciais*, temos as *anáforas indiretas*, que possuem, de acordo com a autora, “uma relação com elementos presentes no contexto, ou no contexto sociocognitivo” (p. 253). Os exemplos dados são do subtipo *anáforas associativas*, que apresentam algum tipo de “relação meronímica”: ‘trem’ e ‘vagões’ seriam um caso deste tipo de relação anafórica.

As *anáforas rotuladoras* são casos de anáforas “complexas”, que nomeiam referentes textuais abstratos como ‘um desafio assim’, por exemplo. Estes “referentes textuais” encapsulariam toda uma situação ou circunstância formulada pelo discurso. Se estes referentes são de natureza metalinguística, como ‘a pergunta acima’, por exemplo, então a anáfora seria do tipo *rotulações metadiscursivas*.

Achamos que esta classificação da autora apresenta alguns problemas, que apesar de não afetarem a nossa análise, gostaríamos de apontar. Logo no primeiro exemplo, no caso da anáfora por repetição, a retomada de ‘fubá’ pela expressão ‘moinho de fubá’ é caracterizada como uma anáfora do tipo correferencial. Bem, não é o fubá que está sendo retomado, e sim outra coisa, o *moinho*. Portanto, a anáfora deveria ser classificada como não-correferencial. ‘Fubá’ também não é o núcleo da expressão ‘moinho de fubá’, como afirma a autora.

Julgamos também que a assunção de que nomes comuns referem é problemática. Há vários exemplos, como 'aeronave', 'liquidificador' que são tratadas como expressões referenciais. Na verdade, gostaríamos que fossem consideradas referenciais as expressões nominais completas, como 'a aeronave' ou 'a empresa suíça', por exemplo.

Além disto, as categorias parecem baseadas em critérios normativos não muito bem definidos, o que poderia incorrer em sobreposição. A distinção entre sinonímia e hiperonímia é um exemplo. A retomada de 'o marido' por 'o homem', por exemplo, pertenceria a qual das duas categorias?

De qualquer forma, nosso objetivo de classificar estas definições de anáfora em nossos tipos foi cumprido, e então passaremos às primeiras análises com os dados obtidos nos estudos analisados até agora.

3.5 PRIMEIRAS CATEGORIZAÇÕES

Vamos agora fazer nossas primeiras comparações baseadas nos estudos já analisados nos capítulos anteriores. Estas são, portanto, as tabelas (parciais) que mostram nosso intento:

TABELA 4 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (RESULTADOS PARCIAIS)

	Natureza dos objetos	
	E	I
PADUČEVA (1970)	$A \rightarrow C$	
ILARI (2001a)		$A \nrightarrow C$
KOCH (2004) (anáfora correferencial)		$A \rightarrow C$
KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		$A \nrightarrow C$
MONDADA & DUBOIS (1995)		$A \nrightarrow C$
HALLIDAY & HASAN (1976)	$A \rightarrow C$	
MILNER (1982) (correferência virtual)	$A \rightarrow C$	
MILNER (1982) (correferência real)	$A \nrightarrow C$	

A Tabela 4 mostra, de acordo com nossa hipótese inicial 1, como as definições de anáfora variam de acordo com a categorização *natureza dos objetos* assumida pelos autores. Os estudos de Koch (2004) e Milner (1982), ao fazer uso da noção de *anáfora correferencial* e *correferência real*, respectivamente, contrariam nossas expectativas de que estudos que assumem objetos I adotariam tipicamente a anáfora do tipo $A \nrightarrow C$, e falseiam nossa hipótese inicial quanto a essa categoria, como indicam as células coloridas da tabela.

Já a Tabela 5 abaixo mostra como nossa hipótese inicial 2 pode ser falseada por vários estudos, o que pode inclusive atestar que sua formulação pode ter sido precipitada, apesar de baseada na mesma intuição que permitiu associar as categorias da *Natureza dos objetos referidos* à características dos estudos linguísticos formalistas versus estudos textuais.

TABELA 5 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (RESULTADOS PARCIAIS)

	Domínio da anáfora	
	sentença	texto
PADUČEVA (1970)		A→C
ILARI (2001a)		A ↗ C
KOCH (2004) (anáfora correferencial)		A→C
KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		A ↗ C
MONDADA & DUBOIS (1995)		A ↗ C
HALLIDAY & HASAN (1976)		A→C
MILNER (1982) (correferência virtual)		A→C
MILNER (1982) (correferência real)		A ↗ C

As células coloridas mostram os estudos que contrariam nossas expectativas de que aqueles que assumem o *nível do texto* adotam o tipo de anáfora A ↗ C.

Pelo número preliminar de ocorrências de diferentes tipos de anáfora sob o mesmo domínio (texto), podemos suspeitar que não se deva nem afirmar generalizadamente que esta categoria de assunção possua uma relação com os conceitos de anáfora adotados. Mas por enquanto não houve a análise de nenhum estudo que permanecesse no domínio *da sentença*, e talvez os resultados alcançados a seguir mostrem algum tipo de correlação com a escolha de certos conceitos de anáfora.

3.6 O ESTUDO DE CHOMSKY (1980)

Os estudos linguísticos baseados na concepção chomskyana de linguagem adotam um conceito característico de anáfora. Em primeiro lugar, Chomsky se vale de dois termos distintos, '*anaphor*' e '*anaphora*'. O primeiro, mais bem definido,

denota os itens lexicais que possuem propriedades intrinsecamente anafóricas, como, no caso do inglês, os reflexivos (*myself, himself*) e os recíprocos (*each other*). Categorias vazias como *PRO* e *trace* também são consideradas *anaphors* em Chomsky (1980)⁵. O segundo termo se refere ao processo da ocorrência anafórica em si.

O termo *anaphor* será traduzido aqui por *elemento anafórico*, e o termo *anaphora* poderá ser mantido em inglês, para destacar um conceito diferenciado como *bound anaphora*, por exemplo, ou eventualmente ser traduzido por *anáfora*.

É interessante notar neste estudo de Chomsky a assunção de que a língua é governada por um conjunto de regras sintáticas, ou seja, o autor busca uma gramática que explique, em termos dessas regras, por que determinadas categorias seriam anafóricas por natureza.

Segundo o autor, uma gramática do inglês deve, no mínimo, dar uma explicação para o fato idiossincrático de *'each other'* sempre estar ligado a um antecedente. Chomsky estabelece, então, que a busca pelas condições de relações anafóricas deveria começar justamente por este fato isolado, e então a análise deveria ser estendida a outros casos mais regulares. Esta é uma estratégia teórica interessante: se as regras que se aplicam a *'each other'* podem ser estendidas a outros casos de anáfora, temos um modelo explicativo econômico e abrangente ao mesmo tempo.

O recíproco *'each other'* não ocorre sob certas condições sintáticas – por exemplo, dentro de sentenças encaixadas flexionadas (*tensed clauses*) ou dentro de um VP de um infinitivo como *'to visit'*, como em (20) abaixo. O estudo busca, então,

⁵ A partir da teoria GB dos anos 80, são considerados *anaphors* apenas reflexivos e recíprocos. *PRO* e um tipo de *trace* (que ocorre em posição A), no entanto, ainda seriam considerados necessariamente ligados.

definir como estas condições formais que se aplicam a ‘*each other*’ poderiam ser estendidas a outros tipos de **elementos anafóricos**. Nas palavras do próprio autor,

Retornaremos à noção de “elemento anafórico” abaixo. NPs lexicais não são elementos anafóricos; PRO, trace, e recíprocos são elementos anafóricos; a respeito de pronomes, veja apêndice. Dizemos que um elemento anafórico α é ligado em β se houver uma categoria que o c-comande, e esta categoria for coindexada a ele em β ; caso contrário, α é livre em β . (CHOMSKY, 1980, p. 10)

O parágrafo acima requer alguma interpretação de texto. **Recíprocos** (*each other*) e pronomes **reflexivos** (como *himself*, por exemplo, como é especificado no apêndice citado) são elementos anafóricos por definição. **PRO** e **trace** são categorias vazias também consideradas anafóricas porque teorias de controle e de movimento wh- postulam que elas são *ligadas a antecedentes*, como *t* é ligado a ‘*who*’ em (20), por exemplo.

(20) John asked Bill **who** PRO to visit **t**. (CHOMSKY, 1980, p. 7 grifo meu)

Muitas das noções apresentadas aqui, como, por exemplo, *PRO*, movimento wh- e c-comando⁶, são provenientes das teorias próprias da empreitada gerativista, mas há três conceitos que são especialmente interessantes para nós: *coindexação*, *bound anaphora* e *condição de opacidade*.

Coindexação: Trata-se de um mecanismo (ou, às vezes, uma regra) que pode ter funções distintas de acordo com o componente (base, transformacional ou interpretativo) no qual ele se aplica. Originalmente, a coindexação era postulada de forma que todos os NPs seriam gerados na base com índices referenciais, segundo condições específicas, principalmente c-comando.

⁶ C-comando é uma relação estrutural entre duas categorias sintáticas (ver Chomsky, 1980, p. 10 ou Reinhart, 1976)

A coindexação, no entanto, aparece em Chomsky (1980) também como uma regra que atribui índices a *traces*, quando eles surgem do movimento de NPs, e ainda como uma regra que se aplica também à forma lógica (LF), coindexando *antecedentes* e seus *anaphors*.

Na sentença abaixo, por exemplo, o mecanismo atribui índices ao antecedente 'John' e ao recíproco 'himself'⁷.

(21) **John**₁ hurt **himself**₁. (CHOMSKY, 1980, p. 39 grifo meu)

A coindexação acaba nos servindo como um indicador praticamente infalível de que temos um caso de anáfora neste estudo, desde que entendamos esta anáfora por uma ligação entre um antecedente e um elemento anafórico (*anaphor*), o que englobaria uma variedade de conceitos em Chomsky (1980):

- Ligação entre NP e pronomes
- Ligação entre um antecedente plural e um recíproco
- Ligação entre NP e *PRO* (controle)
- Ligação entre antecedente *wh-* e *trace*

Como vemos, a anáfora chomskyana se daria apenas no ambiente intrassentencial, e estaria associada apenas à questão da ligação obrigatória de certos elementos linguísticos a antecedentes. No entanto, o autor apresenta também

⁷ O mecanismo é chamado *coindexação* porque atribui índices a elementos supostamente correferentes. No caso de um pronome como *ele*, por exemplo, temos a possibilidade de uma interpretação livre (não-ligada ao antecedente). Quanto a isto, nos deparamos com diferentes propostas teóricas. Em alguns estudos gerativos, a indexação de elementos obrigatoriamente não-correferentes é chamada *contraindexação*, e o conflito entre os dois mecanismos pode gerar elementos livres (cuja correferência é opcional). Outros estudos consideram que somente a *contraindexação* deve ser explicitada sintaticamente.

neste estudo outro conceito - a chamada *bound anaphora* – que difere em alguns pontos da definição dada acima.

Bound anaphora: Chomsky define este conceito como a relação que ocorre na *forma lógica* (LF) das sentenças entre um elemento anafórico pronominal (considerada uma *variável ligada*) e seu antecedente (uma categoria que funciona como *operador*). O elemento anafórico (digamos, α) está ligado (*bound*) ao seu antecedente se este c-comanda α , e os dois estão coindexados. Este caso se aplica tipicamente aos NPs ligados a pronomes reflexivos (ou alguns casos de pronomes como *his*), e entre *antecedentes wh-* e *trace*, que também estão sujeitos a estas condições.

Vemos, então, que ao emprestar a noção de variáveis ligadas a antecedentes própria da semântica formal, Chomsky a modifica. Os semanticistas quase sempre aplicam este conceito a expressões quantificadas, enquanto que o autor, neste estudo em particular, desconsidera a quantificação, e estabelece que um antecedente como '*John*' ligado a um elemento anafórico pronominal é um caso de *bound anaphora*.

Vejamos a comparação do exemplo (21) acima, um caso de *bound anaphora*, com o exemplo abaixo:

(22) **No men** despise those who stand up to **them**. (EVANS, 1980, p. 340 g.m.)

Em (22), dizemos que '*no men*' é um quantificador, e que o pronome '*them*' é uma variável ligada a este quantificador. A diferença que salta aos olhos, portanto, entre este conceito e o chomskyano acima é o fato de que em (21) temos *uma expressão referencial (John)* como antecedente. Isto nos mostra que o conceito de

bound anaphora de Chomsky não pode ser confundido com a ***bound-variable anaphora***⁸ dos semanticistas.

Baseando-se na análise acima, já podemos começar a escolher a classificação da anáfora (ou anáforas) de Chomsky (1980) entre os tipos $A \rightarrow C$ ou $A \rightarrow C$. Para tanto, precisamos nos lançar ao desafio de decifrar o que o autor entende por *correferência*. Ela corresponde ao conceito fregeano ou possui um caráter próprio?

Esta tarefa é especialmente difícil porque, apesar de estar implícito em todo o trabalho, o conceito de correferência é raramente mencionado, e nunca definido. Antes de procurar inferir o que o autor entende por correferência, no entanto, veremos a seguir que ele empresta mais um termo da tradição semântica para definir o terceiro conceito que é interessante para nós:

Condição de opacidade: Frege já considerava que certos ambientes sintáticos (que modernamente chamamos de *contextos opacos*) não ofereciam condições à referência, como as orações adjungidas a verbos de atitude proposicional como *acreditar*, por exemplo. Chomsky usa o conceito de opacidade como analogia para formular uma de suas condições sintáticas que explicam certas ocorrências anafóricas.

O domínio de operadores modais ou verbos de atitude proposicional é opaco no sentido de que uma variável dentro de tal domínio não pode ser ligada fora dele (sob a interpretação opaca ou de dicto); generalizações existenciais não se aplicam quando o quantificador está fora do domínio, e nem substituições de idênticos tampouco; expressões dentro do domínio são não-referenciais, ou pelo menos, não

⁸ Vamos chamar a anáfora condicionada por antecedentes quantificados de *bound-variable anaphora* para diferenciá-la da *bound anaphora* chomskyana. Devemos admitir que os termos não se mostram muito mnemônicos (afinal, os dois casos tratam os elementos anafóricos como variáveis), mas como estamos copiando a terminologia de Chomsky, restou a alternativa de nos basearmos também na terminologia da tradição semântica para apelidar a anáfora quantificada.

possuem sua referência primária normal **no sentido fregeano**. Por exemplo, de (23) não podemos derivar (24):

(23) John acredita que o diabo o está perseguindo.

(24) Existe algo (viz. o diabo) que John acredita o estar perseguindo.

(CHOMSKY, 1980, p. 11 grifo meu)

Assim como certos NPs não poderiam referir em contextos opacos como o de (23), a *condição de opacidade* chomskyana estabelece, de forma análoga, que *flexão* e *sujeito* são dois “operadores” que criam ambientes sintáticos nos quais elementos anafóricos não podem ocorrer livremente, ou seja, precisam estar obrigatoriamente ligados.

Com isto, a conexão renunciada com o comportamento de ‘*each other*’ está feita, já que este recíproco está submetido a justamente estas condições. Como já mencionamos no início desta seção, ‘*each other*’ não pode ocorrer dentro de sentenças encaixadas flexionadas (*tensed clauses*) ou dentro de VPs de infinitivo. Agora, estas regras podem também ser aplicadas (com algumas restrições) a outros elementos anafóricos.

Estas condições são a base para aquilo que viria a se tornar, no quadro teórico de *Government and Binding* (GB), os famosos princípios A, B e C da Teoria de Ligação subsequente.⁹

A analogia com a noção semântica de opacidade mostrada acima sugere que a referência fregeana é de alguma forma relevante para Chomsky. Resta saber se, em algum momento, ele utiliza o termo *correferência* neste sentido. Na verdade,

⁹ Os princípios podem ser parafraseados da seguinte maneira (leia-se “livre” como “não ligado”):

Princípio A: Um elemento anafórico (reflexivos e recíprocos) deve estar ligado dentro da categoria regida por seu antecedente (mais ou menos a oração a que ele pertence). Exemplo: *John saw **Mary** hurt **herself**.*

Princípio B: Um pronome deve estar livre dentro da categoria regida por um antecedente. Exemplo: *John hurt **him**.*

Princípio C: Uma expressão referencial deve estar livre em qualquer lugar. Exemplo: *John saw **Mary**.*

há somente um momento neste estudo em que este termo é empregado juntamente com um exemplo:

(25) I told **them** [_S what **PRO** to give **each other** t] (CHOMSKY, 1980, p. 11 g.m.)

Na sentença acima, *PRO* é o antecedente ligado ao recíproco ‘*each other*’, e o pronome ‘*them*’, por sua vez, é o antecedente que controla *PRO*. Segundo o texto, o pronome ‘*them*’ é também *correferencial* a ‘*each other*’. Chomsky parece ter o cuidado de não afirmar, no entanto, que *PRO* e ‘*each other*’ correferem, apesar de estes elementos estarem também ligados. Supomos que esta cautela se deve provavelmente ao eventual problema teórico que poderia surgir ao afirmar que uma categoria vazia possa ser referencial, o que poderia ser considerado uma distorção do conceito fregeano de referência (afinal, qual seria o *sentido* de *PRO*?).

O exemplo acima ainda levanta outra questão de natureza teórica. Se um pronome como ‘*them*’ pode, como quer Chomsky, ter o papel de antecedente, e também apresentar *correferência* com ‘*each other*’, isto quer dizer que pronomes podem ser *expressões referenciais*, assim como os NPs?

O problema da anáfora não era uma questão para Frege, então não há menção ao papel dos pronomes em *Sinn und Bedeutung*¹⁰. No entanto, teóricos poderiam argumentar que pronomes não são capazes de carregar o *sentido* que uma descrição nominal possui (alguns estudiosos afirmam, ainda, que as descrições são o sentido); ou ainda, que Frege, como bom matemático, consideraria pronomes como *variáveis*, ou seja, não possuem natureza referencial. Este problema pode parecer banal do ponto de vista do estudo da anáfora em geral, mas, numa discussão como a nossa, ele mereceu ser abordado.

¹⁰ A questão da *correferência* sim, já que Frege se preocupava com a natureza da identidade $a=b$, que segundo ele, deveria expressar que símbolos diferentes referem ao mesmo indivíduo no mundo.

Felizmente, para nós, mesmo que o conceito de correferência de Chomsky não correspondesse totalmente ao conceito fregeano de referência, a anáfora deste estudo ainda deveria ser considerada do tipo $A \rightarrow C$, pelo seguinte motivo: é inegável que, neste estudo, o autor evite afirmar que vários dos seus casos de anáfora, como aqueles envolvendo *PRO* e *trace*, por exemplo, sejam também casos de correferência.

Além disto, Chomsky parece assumir que a correferência não se daria no plano gramatical, e sim no escopo da interpretação pragmática. O autor esclarece que a gramática deve deixar explícita a **referência pretendida**, e não a **referência real**, que estaria “fora do escopo da gramática” (CHOMSKY, 1980, p. 39).

Interpretaremos esta declaração da seguinte maneira. É possível que Chomsky pudesse considerar que seus casos de anáfora implicariam em correferência, mas isto nunca vem à tona em seu texto. Ele parece fazer questão de manter a ideia de referência fora do plano gramatical, e é por este motivo que manteremos a assunção de que ele respeita o conceito fregeano de referência, e conseqüentemente deixaremos a classificação de sua anáfora (tanto no caso dos *anaphors* quanto da *bound anaphora*) como $A \rightarrow C$.

Quanto às assunções teóricas, podemos facilmente encaixar este estudo, pelos exemplos dados, tanto na categoria *objetos E* como *nível da sentença*.

3.7 O ESTUDO DE REINHART (1983)

Durante a década de 1970, houve uma grande discussão entre os teóricos gerativistas a respeito da correferência. O debate envolvia as seguintes questões: como mecanismos sintáticos determinariam a correferência obrigatória, e quanto da influência desses mecanismos se manifestava no caso de correferência opcional. É sabido, segundo este quadro teórico, que pronomes como ‘ela’ podem ser ambíguos entre uma interpretação correferencial ou não-correferencial, mas quando o pronome é c-comandado por um NP, como em (26), ele deve ter uma interpretação não-correferencial.

(26) Zelda incomoda **ela**. (REINHART, 1983, p. 49 grifo meu)

Lasnik (1976) defende que as restrições sintáticas deveriam delimitar apenas a **não-correferência**, ou seja, as expressões deveriam ser somente contra-indexadas de modo a evitar a correferência explicitada em termos destas regras. Nos casos omitidos, a correferência poderia ocorrer ou não, de acordo com as condições contextuais.

Chomsky, especificamente no estudo de (1980), parece concordar, apesar de não mencionar muito a correferência. Muitas das regras explicitadas por ele dizem respeito a **disjoint reference**, um conceito que explicaria a não-correferência (ou melhor, a ocorrência livre do pronome) apontada em (26). Como dissemos há pouco, o autor deixa claro que a gramática deve deixar explícita a *referência pretendida*, e não a *referência real*. Ou seja, falantes ainda poderiam “escolher” pragmaticamente como pronomes referem através de elementos contextuais, enquanto que a gramática restringiria ou permitiria essas escolhas, o que caracterizaria a referência pretendida.

Por sua vez, Reinhart (1983) alega que, teoricamente, os mecanismos gramaticais não deveriam ter como ponto de partida definir correferência ou não-correferência, já que, segundo a autora, tanto a anáfora quanto outras questões, como opacidade referencial e movimento *wh-*, podem ser economicamente tratadas pelo conceito de *bound anaphora*.

Reinhart assume que mesmo pronomes que correferem com NPs podem eventualmente ser considerados ligados.

Não é verdade que a interpretação correferencial de pronomes ocorra exatamente como a interpretação correferencial de NPs lexicais: **um pronome correferindo com outro NP** pode, sob condições sintáticas apropriadas, **ser interpretado como uma variável ligada**, enquanto que um NP lexical que correferem com outro NP lexical não pode ser interpretado desta maneira (REINHART, 1983, p. 69 grifo meu)

Estes casos de correferência ocorrendo em pronomes tratados como variáveis ligadas podem ser visualizados na sentença:

(27) Zelda_i incomoda seus_i vizinhos (REINHART, 1983, p. 72)

Em (27), o NP 'Zelda' c-comanda e antecede o pronome 'seus', e também é coindexado a ele, condições clássicas para a *bound anaphora* chomskyana. Este, no entanto, é também um caso de correferência entre uma expressão referencial e um pronome. O que a autora chama de *bound anaphora*, portanto, é também mais extenso do que o conceito semântico de variáveis ligadas, indo além do caso de pronomes ligados a quantificadores.

Aquilo que anáfora devido a NPs quantificados e anáfora devido a wh-trace tem em comum (como observado em Chomsky, 1976) é que em ambos os casos o pronome anafórico é interpretado como uma variável ligada [...] Eu usarei aqui o termo *bound anaphora* para todos (e somente) os casos nos quais o pronome é interpretado como uma variável ligada. (REINHART, 1983, p. 58)

Notamos, pelas duas citações acima, que, para a autora, os casos de *bound anaphora* estende as instâncias de variáveis ligadas da semântica, pois, como ocorre na gramática de Chomsky (1980), *traces* podem estar ligados a antecedentes *wh-* e também expressões referenciais podem estar ligados a pronomes.

Não sentimos aqui que haja algum problema teórico quanto ao uso do termo *bound*. Como já alegamos anteriormente, não vemos impedimento no fato de teorias emprestem termos de outra, quando fica claro *como* os conceitos diferem. Parece-nos que a concepção de *bound anaphora*, para Reinhart, está bem delimitada: é uma relação utilizada para determinar se dois elementos estão *estruturalmente* ligados, o que permitiria que outras condições internas restrinjam as possibilidades de correferência pretendida, e outras condições externas determinem a correferência real (o que não seria papel de uma gramática descrever, e sim de uma pragmática).

Nossa empreitada de caça a distinções terminológicas, no entanto, nos leva à análise do conceito de *correferência* da autora. Queremos saber, em primeiro lugar, se ela ocorre ou não concomitantemente com a anáfora, para fins de nossa classificação. Além disto, queremos resolver um pequeno estranhamento causado pela visão de certos estudos gerativistas anteriores, citados pela autora, que parece nos dizer que coindexação "determina correferência" (REINHART, 1983, p. 48).

Esta noção de correferência não está exatamente em concordância com nossa clássica concepção baseada na visão fregeana, pelo seguinte motivo: elementos como antecedentes *wh-* e *traces* podem aparecer coindexados, mas seria difícil afirmar que itens lexicais como *where* possam ser referenciais. Não sabemos ao certo se os estudos criticados pela autora afirmam que elementos como estes possam correferir, mas mesmo assim, precisamos checar se a autora endossa este tipo de concepção sobre a correferência ou não.

Pela citação abaixo, vemos que elementos coindexados levam a uma interpretação correferencial, mas vemos também que elementos “livres” (ou seja, não ligados) também podem ocasionar correferência:

Este sistema [proposto por estudos anteriores] permite que um pronome seja interpretado como não-correferencial em dois casos: se for contra-indexado ou se for neutro ou “livre”. De maneira similar, ele pode ser interpretado como correferencial se for coindexado ou se for “livre”. (REINHART, 1983, p. 53)

Apesar de a autora estar tentando superar o modelo apontado¹¹, ela não discute o conceito de correferência em si (como faremos a seguir). Para nós, é importante notar que a postura da autora de que a correferência pode ocorrer com elementos não-ligados mostra que a *bound anaphora* realmente não determina correferência, da mesma forma que *disjoint reference* não determina referência real para Chomsky.

A anáfora de Reinhart (a *bound anaphora*), portanto, se encaixa no tipo $A \rightarrow C$, enquanto que as assunções teóricas do estudo devem ser categorizadas, pelos exemplos tratados, como *objetos E e nível da sentença*.

¹¹ A crítica dela se dá sobre o uso da contra-indexação, que parece trazer mais problemas do que soluções para a questão da relação entre anáfora e correferência

Quanto à concepção de correferência apontada pela autora em alguns momentos (dos modelos anteriores), podemos afirmar que ela, pela citação acima, e diversos outros momentos em que defende a separação da ocorrência de correferência dos mecanismos gramaticais, não adota esta noção ampla de correferência que estaria “determinada pela coindexação”.

É bem provável, embora isto não esteja explícito, que a autora encampe a noção estrita de correferência dada pelo quadro teórico da semântica fregeana, sob o qual pelo menos o antecedente deve se comportar como uma expressão referencial, ou ainda, ela evita se comprometer com uma noção mais elástica de correferência associada a estudos gerativistas anteriores. Trataremos mais desta questão na seção 3.9.

3.8 O ESTUDO DE EVANS (1980)

Este estudo é interessante para nós porque o autor questiona duas concepções muito difundidas entre os estudiosos de anáfora da época: 1) o funcionamento da anáfora cujos antecedentes são quantificadores, e 2) a análise da anáfora por parte dos gerativistas limitada aos mecanismos intrassentenciais.

Evans (1980), assim como o estudo formalista de Reinhart (1983) e muitos outros, admite que há uma distinção relevante entre pronomes que são tratados teoricamente como *referenciais*, por um lado, e como *variáveis ligadas*, por outro,. No entanto, Evans alega que em alguns casos, pronomes que são tradicionalmente caracterizados como variáveis ligadas não apresentam condições semânticas para tal. São os casos que o autor caracteriza como **e-type pronouns**, como o pronome ‘as’ na sentença abaixo:

- (28) John possui algumas ovelhas, e Harry **as** vacina na primavera.
(EVANS, 1980, p. 339 grifo meu)

Sob a análise tradicional, alega Evans, se o pronome ‘as’ fosse realmente ligado ao antecedente ‘as ovelhas’, a sentença poderia ser parafraseada por:

- (29) Algumas ovelhas são tais que John as possui e Harry as vacina.
(EVANS, 1980, p. 339)

O problema, então, se daria pelo fato de que, se ‘algumas ovelhas’ fosse considerado o antecedente que tem escopo sobre aquelas ovelhas que John possui e aquelas que Harry vacina, então (28) acarreta que Harry vacina todas as ovelhas de John, mas (29) não.¹²

Segundo Evans, esta discrepância em relação aos casos tradicionais de anáfora condicionada por variáveis ligadas está relacionada ao fato de que, em (28) o pronome não é c-comandado pelo seu antecedente, ou, em outras palavras, que o escopo do antecedente não deveria se estender a orações conjuntivas.

Sob esta análise, Evans refuta a ideia de que o pronome *e-type* possa ser considerado uma variável ligada, mas ao mesmo tempo considera que ele deve ter um antecedente plural, como ‘algumas ovelhas’ em (28). Como consequência, nem toda anáfora cujo antecedente é uma expressão quantificada teria que ser necessariamente tratada como anáfora condicionada por variáveis ligadas, ou uma *bound-variable anaphora*. Apenas aquelas em que o antecedente c-comanda o pronome se constituiriam de tais casos.

Quanto à segunda crítica aos estudos de anáfora, o autor mostra que, muitas vezes, é necessário ir além do nível da sentença para se explicar certas ocorrências. Vejamos a sentença abaixo:

- (30) **Ele** fica feliz quando **Oscar** está apaixonado. (EVANS, 1980, p. 354
grifo meu)

¹² Ver um caso similar no exemplo (8).

Os estudos chomskyanos geralmente assumiam que a correferência entre o pronome ‘ele’ e o NP ‘Oscar’ era impossibilitada por condições sintáticas. No entanto, em alguns contextos linguísticos, pode-se dizer que a correferência ocorre.

- (31) Todos finalmente perceberam que **Oscar** é incompetente. Até mesmo **ele** percebeu que **Oscar** é incompetente. (EVANS, 1980, p. 357 grifo meu)

Lasnik (1976), que trata apenas de mecanismos intrassentenciais, chamaria o fato de o primeiro NP e o pronome acima referirem ao mesmo indivíduo de *correferência accidental*. No entanto, Evans alega que esta é uma noção indesejável, pois a referência do pronome ‘ele’ pode ser capturada em uma sentença adjacente (no caso, a sentença anterior) através de uma *regra*.

A solução que o Evans propõe, então, é a noção de **referential dependence** (dependência referencial). Ela é verdadeiramente uma restrição de ordem sintática, expressa da seguinte maneira:

- (32) Um termo pode ser *referencialmente dependente* de um NP sse ele não precede e c-comanda aquele NP. (EVANS, 1980, p. 358)

No exemplo (31), o pronome ‘ele’ é referencialmente dependente do primeiro NP ‘Oscar’, mas não do segundo, segundo a regra (32). Assim, haveria duas maneiras de se estabelecer a referência de um pronome: uma intrassentencial, na qual poderíamos nos valer de condições sintáticas chomskyanas, e outra intersentencial, que é a *referential dependence*.

O interessante para nós nesta concepção é que Evans diz que os pronomes podem “pegar referência” (*pick up reference*) de *outra sentença*, ou seja, o conceito de *referential dependence* do autor extrapola o nível sentencial.

Este conceito, formulado especificamente neste estudo, difere de (e, segundo Evans, acarreta) o conceito de *referência pretendida* adotado por Chomsky (1980), Reinhart (1983) e outros, pelo fato de que a formulação destes últimos levam em conta apenas mecanismos intrassentenciais, enquanto que Evans não vê

problemas em estender a *correferência* também ao *nível do texto*, como vemos em (31).

Para efeito da nossa classificação, portanto, vamos separar os conceitos de correferência mencionados por Evans em dois: 1) a *correferência pretendida*, baseada na concepção de *referência pretendida* chomskyana, porém, estendida para além da sentença, e 2) a *referential dependence*, concebida por Evans, que, julgamos, implica em uma forma de correferência.

Resta saber se este conceito de *referential dependence* está associado ao que Evans entende por anáfora. Como esta relação não fica explícita, cabe a nós fazer uma pequena exegese no texto do autor. Sabemos que ele considera como *anáfora* ambos os casos de antecedentes que sejam tanto expressões referenciais como quantificadores.

Esta assunção posta, verificamos também, através da citação abaixo, que o autor considera *correferenciais* dois NPs em sentenças diferentes (na forma de *referência pretendida*).

Em nosso discurso (31), enquanto o pronome possui a correferência pretendida com a segunda ocorrência do nome Oscar (pois é referencialmente dependente da primeira ocorrência, que por sua vez possui correferência pretendida com a segunda), ele é referencialmente dependente do primeiro, mas não do segundo. (EVANS, 1980, p. 358)

Já que Evans chama de *correferência pretendida* uma relação entre dois NPs em diferentes sentenças, e também considera que a anáfora engloba tanto os casos de retomadas referenciais quanto de variáveis ligadas, vamos assumir aqui a inferência de que a noção de *referential dependence* do autor, como os outros casos de correferência, *envolve* anáfora, ou seja, a relação entre as ocorrências de 'Oscar' e do pronome 'ele' em (31) também seria anafórica.

Nossa melhor justificativa para esta escolha é de que o conceito de anáfora do autor é amplo, ou seja, ele engloba tanto casos que nitidamente envolvem correferência no sentido fregeano, quanto os de quantificadores ligados a variáveis, cuja ocorrência de correferência não está clara.

Portanto, os tipos de anáfora de Evans (1980) que são comparados a estes dois tipos de correferência (a *pretendida* e a *referential dependence*) podem ser consideradas do tipo $A \rightarrow C$, pois consideramos que todas as ocorrências de correferência coincidem com casos de anáfora. Ambos os tipos de anáfora comparados com essas duas noções de correferência também se encaixam na categoria *nível do texto*, por extrapolarem o nível da sentença.

Quanto à *bound-variable anaphora*, sabemos, de antemão, que Evans não considera os casos de pronomes ligados a antecedentes quantificados como sendo referenciais, pela afirmação de que “quando um pronome é ligado a uma expressão quantificada, não faz sentido perguntar ao que ele se refere” (EVANS, 1980, p. 340). Portanto, concluímos que o conceito de *bound-variable anaphora* de Evans não pressupõe correferência ($A \rightarrow C$).

Mas e quanto aos *e-type pronouns*? Por definição, eles não são variáveis ligadas. Mas Evans os considera referenciais? Pela explicação abaixo, concluímos que sim.

... apenas visualizando os exemplos que consideramos até agora, nos parece que os pronomes mostrados que não são ligados por seus quantificadores antecedentes são interpretados como referindo a algo. Se alguém perguntasse, a respeito de (29), “Harry as vacina? Quais ovelhas?”, a resposta natural (e, a meu ver, governada por regras) seria “As ovelhas que John possui, claro”. (EVANS, 1980, p. 340)

Gostaríamos de acrescentar os *e-type pronouns* à nossa análise para mostrar o tipo de crítica que Evans (1980) se propõe a fazer neste estudo em relação ao tratamento estritamente lógico da anáfora. Se os *e-type pronouns* referem, então podemos considerar o tipo de anáfora que ocorre com eles do tipo $A \rightarrow C$. Pelo fato de que eles só ocorrem com sentenças conjuntivas, ainda podemos considerar que eles ocorrem ao *nível da sentença*, o que torna este caso bem peculiar entre os outros, mas talvez esta profusão de conceitos distintos seja uma forma de argumento que o autor se utiliza para apontar, segundo ele, as incoerências nos estudos de anáfora e correferência em geral.

Os parágrafos acima, então, serão a nossa justificativa para, finalmente, classificar os conceitos de anáfora de Evans em:

TABELA 6 - OS TIPOS DE ANÁFORA DE EVANS (1980)

Definições de anáfora de Evans (1980)	Domínio	Tipo de anáfora
<i>bound-variable anaphora</i>	sentença	$A \Rightarrow C$
comparada à referência pretendida	texto	$A \rightarrow C$
comparada à <i>referential dependence</i>	texto	$A \rightarrow C$
<i>e-type pronouns</i>	sentença (conjuntivas)	$A \rightarrow C$

Estas quatro formas de anáfora identificadas em Evans (1980) serão mostradas separadamente em nossas tabelas comparativas adiante.

3.9 O ESTUDO DE HEIM & KRATZER (1998) (H&K)

Este estudo rigorosamente formalista combina a semântica de tradição fregeana com a gramática gerativista, ou seja, descreve como condições de verdade de uma sentença se relacionam com suas estruturas sintáticas. Desta forma, as relações anafóricas são analisadas ao *nível da sentença*, e o estudo supõe objetos estritamente extensionais, ou seja, faz parte da nossa classificação de *objetos E*.

Quanto à classificação comparativa da anáfora com a correferência, temos neste estudo uma declaração que elucida uma possível incoerência que foi apontada nos estudos gerativistas que analisamos acima. Segundo Reinhart (1983), alguns estudos de tradição chomskyana adotavam, pelo menos até aquele momento, a noção de que a coindexação era um mecanismo “que determina correferência” (REINHART, 1983, p. 48). Ora, se uma das condições para que um elemento anafórico seja considerado uma variável ligada é justamente ser coindexado com um antecedente, então, neste caso, ser ligado implicaria em correferência.

Vimos que estas assunções podem implicar em uma concepção diferente da ideia clássica de referência: desta maneira, antecedentes do tipo *wh-* e até os pronomes que controlam *PRO* em Chomsky (1980) poderiam referir e, portanto, correferir, embora o próprio Chomsky não se comprometa com esta noção naquele estudo. Em estudos semânticos como Evans (1980) e o próprio H&K, no entanto, diz-se que variáveis ligadas por quantificadores *não* correferem. A questão está posta: afinal, os gerativistas acham que antecedentes ligados a suas variáveis correferem ou não?

Heim & Kratzer esclarecem:

Temos usado o termo 'correferência' em oposição a 'variáveis ligadas' aqui, e queremos chamar a atenção para nossa política terminológica neste sentido. Muito da literatura sintaticista usa 'correferência' em uma acepção informal que cobre bound-variable anaphora juntamente com outras relações semânticas. 'Correferência' nestes casos é usado de maneira muito parecida com 'anáfora'. Um termo descritivo amplo como este pode ser útil para se ter rótulos curtos para diferentes leituras de uma dada sentença e para indicar de qual delas estamos falando. Nós usaremos o termo 'anáfora' (e também 'antecedente') neste sentido. Mas quando dissermos 'correferência', nós sempre queremos dizer **em seu sentido literal estrito**: duas expressões (ou ocorrências de expressões) correferem se elas se referem ao mesmo indivíduo. (HEIM & KRATZER, 1998, p. 242 grifo meu)

Em outras palavras, nos parece que a ideia de correferência de alguns gerativistas geralmente é uma noção mais ampla do que a de correferência tradicional da semântica fregeana. Vimos, nas seções anteriores, que possivelmente este não é o caso de Chomsky (1980) e Reinhart (1983), que procuram colocar a correferência como uma ocorrência separada dos mecanismos gramaticais (ou pelo menos, evitam afirmar o contrário), mas Reinhart aponta que muitos outros estudos adotam esta concepção ampla apontada acima.

Já que estamos fazendo um levantamento de diferentes concepções de correferência, gostaríamos, graças às citações de Reinhart (1983) e H&K, de acrescentar esta *noção ampla de correferência* à nossa lista de estudos, mesmo que nenhum estudo deste tipo tenha sido analisado. Ela será denominada, para facilitar,

correferência ampla, em oposição à idéia de *correferência estrita* mostrada na citação acima.

Com isto podemos classificar este tipo de anáfora comparada à correferência no sentido amplo sob o tipo $A \rightarrow C$, que se opõe ao conceito de correferência no sentido estrito de Reinhart, que é do tipo $A \rightarrow C$.

No caso de H&K, no entanto, a classificação da anáfora é realmente $A \rightarrow C$, pois para elas “correferência implica em referência” (p. 242) no sentido fregeano do termo, e anáfora é aquilo que tem antecedente, o que inclui os quantificadores.

3.10 O ESTUDO DE KAMP & REYLE (1993) (K&R)

Nas décadas de 1970 e 1980, os tratamentos logicistas dados à anáfora floresciam entre os estudiosos formalistas, principalmente devido à possibilidade de se testar toda a parafernália teórica de semanticistas e sintaticistas, com seus cálculos lambda e regras sintagmáticas, em modelos computacionais. A ideia de se tratar pronomes anafóricos como variáveis ligadas a operadores, nos mesmos moldes das expressões de quantificação existencial e universal da lógica de primeira ordem, mostrou-se um empreendimento muito frutífero dentro dos estudos linguísticos.

No entanto, alguns problemas teóricos se mostravam insistentemente difíceis - as anáforas presentes nas chamadas *donkey sentences* e as flexões verbais de passado de algumas línguas como o francês constituíam um desafio a este tratamento da língua.

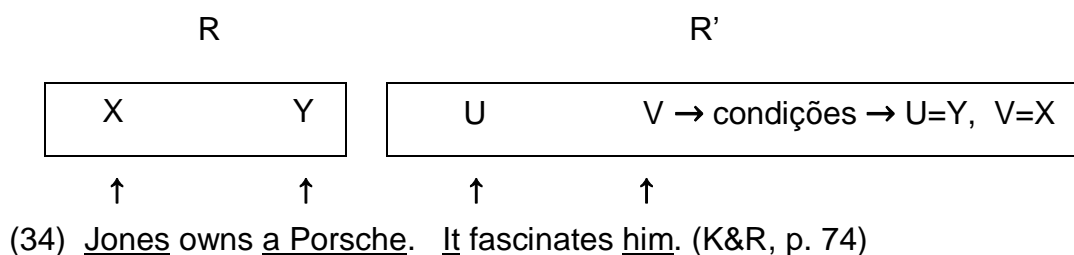
O principal problema semântico das *donkey sentences*, como

(33) If Pedro owns **a donkey**, he beats **it**. (KAMP & REYLE, 1993, p. 1 grifo meu)

é que, aparentemente, o tratamento clássico que considera a expressão indefinida ‘a *donkey*’ um quantificador existencial não permite a derivação de uma forma lógica adequada à sentença.

Como resultado do intenso debate em torno deste problema, nasceram propostas teóricas inovadoras, que hoje podem ser categorizadas sob o termo genérico *semânticas dinâmicas*. Estas eram mais sensíveis à *interpretação de elementos do contexto*, como, por exemplo, os referentes introduzidos no discurso pelas expressões nominais e pronomes.

Uma dessas propostas será analisada agora em nosso trabalho. Trata-se da DRT, ou Discourse Representation Theory (KAMP & REYLE 1993), um quadro teórico desenvolvido de maneira que NPs e pronomes em uma sentença introduzam *referentes discursivos* (X, Y, Z etc.) numa representação estrutural *R* de uma dada sentença, e *regras de construção* estabelecem condições para que eles possam ser comparados com os referentes nas representações *R'* das próximas sentenças, de acordo com o esquema abaixo (cuja diagramação não corresponde exatamente às representações do estudo)



No exemplo acima, tanto os NPs como '*Jones*' e '*a Porsche*' quanto os pronomes '*it*' e '*him*' introduzem os referentes X, Y, U e V nas representações das sentenças. Verifica-se, posteriormente, que alguns referentes são os mesmos, ou seja, temos relações anafóricas.

Observe que a expressão indefinida '*a Porsche*' também introduz um referente novo no discurso, o que representa uma novidade em relação ao tratamento clássico das *donkey sentences*, que tratava este tipo de expressão como quantificadores existenciais. Note também que esta concepção dá um tratamento, em certo sentido, *equivalente* entre as relações referenciais de NPs e pronomes (embora as regras de

construção sejam diferentes). De acordo com esta noção, ambas as expressões linguísticas explicitamente *referem* a algo no universo de discurso.

Feita a apresentação (de caráter introdutório) da teoria proposta por K&R, vamos tentar definir como os tipos de anáfora, correferência, dêixis se encaixam em nossos tipos, assim como as assunções teóricas.

O domínio da anáfora claramente se situa ao *nível do texto*, já que estamos tratando de uma teoria que tem ‘discurso’ no nome. Já a categorização ontológica dos referentes deve considerar que os referentes são em sua grande maioria concretos, como os dos exemplos (33) e (34), mas eles podem também ser eventos (ou estados de coisas) tratados extensionalmente, como no exemplo abaixo:

(35) John loves Mary. (KAMP & REYLE, 1993, p. 265)

O verbo ‘love’ acima introduz, de acordo com os autores, um argumento referencial *s* que representa um estado de coisas. A representação desta informação descritiva se dá da seguinte maneira:

$s: x \text{ loves } y$

, sendo que *x* e *y* representam *John* e *Mary*

Os tipos de objetos referidos pela teoria (concretos, eventos, estados de coisas tratados extensionalmente) colocam, portanto, o estudo na categoria de assunção teórica *objetos E*.

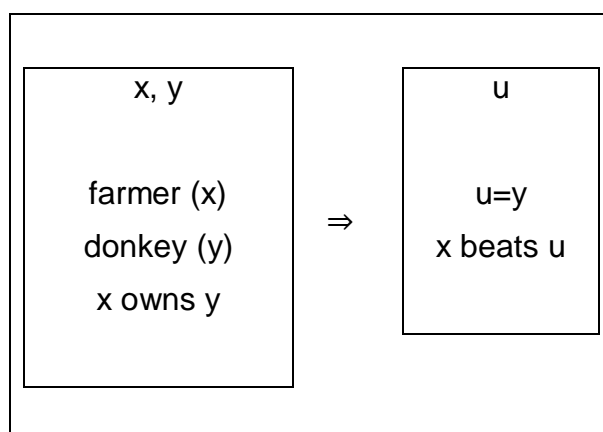
Vamos agora à conceituação de anáfora adotada no estudo, mostrando como os autores a entendem neste quadro teórico:

Vamos analisar a anáfora não como uma relação entre pronomes e NPs, mas como uma relação entre pronomes e referentes discursivos que já estão presentes na representação semântica em construção. Assim, por exemplo, o problema de interpretação dos pronomes *it* e *him* em (34) nós tratamos como uma questão de encontrar para cada um deles o referente discursivo no universo [... representado pelas “caixas” de (34)] que representa o indivíduo ao qual o pronome deve se referir. (KAMP & REYLE, 1993, p. 67)

A descrição acima pode acabar nos fazendo suspeitar que a anáfora deste estudo, apesar de ser operacionalizada de maneira particular, pode estar diretamente associada às ocorrências de correferência. Esta impressão se reforça ao percebermos que os autores propõem que a anáfora cujos antecedentes são quantificadores também introduzam referentes discursivos, assim como as expressões referenciais.

(36) Every farmer who owns a donkey beats it. (KAMP & REYLE, 1993, p. 167)

A representação semântica da sentença acima é constituída de um conjunto de referentes discursivos (x, y) e um conjunto de condições, como representado abaixo:



Como podemos ver na representação acima, o fato do NP *'every farmer'* ser quantificado não impede que ele introduza um referente x no conjunto de objetos da representação semântica. Este tipo de relação anafórica representa uma inovação, tanto para a semântica em geral quanto para nossa classificação, já que poderia implicar em uma forma de correferência.

Com uma análise mais cuidadosa, no entanto, vemos que classificar o estudo de K&R sob $A \rightarrow C$ não é o caso. Em primeiro lugar, porque o termo 'correferência', no que tange a esses casos de antecedentes quantificados, é

evitado, o que não ocorre com os exemplos com termos singulares. Seria possível argumentar que, apesar da omissão do termo, poderíamos nos valer de um raciocínio indutivo para determinar nossa classificação, como já fizemos anteriormente. Afinal, se há referentes, então deve haver referência, e, portanto, correferência. No entanto, há mais fatores a serem considerados.

Os autores também possuem uma visão particular (em comparação com a maioria dos estudos de semântica formal) quanto à relação entre anáfora e correferência, como vemos pelo exemplo abaixo:

(37) **Meu carro** não está rodando. **O carburador** quebrou. (KAMP & REYLE, 1993, p. 253 g.m.)

Segundo os autores, há uma relação anafórica entre as expressões ‘meu carro’ e ‘o carburador’ nestas sentenças. Mesmo que não haja correferência, a expressão ‘o carburador’ ainda “refere a algo funcionalmente relacionado” ao antecedente, o que permite dizer que “seu uso, em certo sentido, é anafórico” (p. 253).

O exemplo acima é dado em um capítulo do livro chamado “*Loose Ends*” (Pontas Soltas), como um exemplo de anáfora que implicaria em alguma modificação na teoria apresentada até o momento, mas que não seria discutido a fundo. No entanto, os autores explicitamente designam este exemplo como um caso de relação anafórica, e é baseado nisto que vamos categorizar a anáfora deste estudo. Curiosamente, acabamos encontrando em um estudo formalista de semântica um conceito típico de estudos textuais: um caso que alguns proponentes da referenciação rotulam de *anáfora indireta* (como Koch, 2004).

Já temos embasamento suficiente, portanto, para classificar a anáfora de K&R sob o tipo $A \rightarrow C$, como fica explícito pelo exemplo (37).

Com a coleção razoável de estudos (e conceitos distintos dentro do mesmo estudo) que acumulamos até agora, podemos passar à visualização de mais resultados parciais.

3.11 CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS TIPOS DE ANÁFORA COMPARADA À CORREFERÊNCIA.

Na tabela abaixo, no qual avaliamos a *hipótese inicial 1*, estão adicionados os estudos de Chomsky, Reinhart, Evans, H&K e K&R, cujas teorias se enquadram na categoria *objetos E*.

Observe que estes dados mais recentes também não se comportam exatamente como nossa hipótese previa, pelo número significativo de ocorrências de anáforas do tipo $A \rightarrow C$.

TABELA 7 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (MAIS RESULTADOS PARCIAIS)

	Natureza dos objetos	
	E	I
PADUČEVA (1970)	$A \rightarrow C$	
ILARI (2001a)		$A \rightarrow C$
KOCH (2004) (anáfora correferencial)		$A \rightarrow C$
KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		$A \rightarrow C$
MONDADA & DUBOIS (1995)		$A \rightarrow C$
HALLIDAY & HASAN (1976)	$A \rightarrow C$	
MILNER (1982) (correferência virtual)	$A \rightarrow C$	
MILNER (1982) (correferência real)	$A \rightarrow C$	
CHOMSKY (1980) (<i>anaphors/bound</i>)	$A \rightarrow C$	
REINHART (1983) (<i>bound anaphora</i>)	$A \rightarrow C$	
EVANS (1980) (<i>bound-variable anaphora</i>)	$A \rightarrow C$	
EVANS (1980) (referência pretendida)	$A \rightarrow C$	
EVANS (1980) (<i>referential dependence</i>)	$A \rightarrow C$	
EVANS (1980) (<i>e-type pronouns</i>)	$A \rightarrow C$	
HEIM & KRATZER (1998)	$A \rightarrow C$	
Correferência ampla (citada por H&K)	$A \rightarrow C$	
KAMP & REYLE (1993)	$A \rightarrow C$	

Os resultados obtidos até agora para testarmos a nossa *hipótese inicial 1* tem contrariado as expectativas iniciais de que estudos de anáfora que tratam de *objetos E* adotam o tipo de anáfora que pressupõe correferência ($A \rightarrow C$). No entanto, percebemos que os estudos que sistematicamente quebram a nossa expectativa são os que adotam o conceito de *bound anaphora* (nos estudos gerativistas) ou *bound-variable anaphora* (nos estudos de semântica formal). Em alguns deles, como Chomsky (1980) e Reinhart (1983), os autores consideram que o fenômeno anafórico como um todo deve ser tratado como uma relação entre antecedentes e variáveis ligadas.

Estes resultados nos mostram que, de alguma forma, ainda é possível pensar em alguma generalização para o caso da nossa *hipótese inicial 1*. Excluindo-se alguns casos de anáforas *bound*, apenas um conceito de anáfora (aquele que se baseia na noção de *correferência real* de Milner, 1982) contraria nossas expectativas, o que nos permite afirmar o seguinte:

GENERALIZAÇÃO 1: Os estudos de anáfora que assumem a referência a *objetos E* tendem a adotar o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, exceto nos casos de anáfora do tipo *bound*. Os estudos que assumem a referenciação a *objetos I* tendem a adotar o tipo de anáfora $A \rightarrow C$.

Já os dados da Tabela 8 abaixo mostram que nossa *hipótese inicial 2* tornou-se inviável, pois mesmo que desconsiderássemos o caso de anáfora *bound*, os tipos de anáfora referenciais ainda contrariam as nossas expectativas em outros níveis.

TABELA 8 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (MAIS RESULTADOS PARCIAIS)

	Domínio da anáfora	
	Sentença	Texto
PADUČEVA (1970)		A→C
ILARI (2001a)		A ↗ C
KOCH (2004) (anáfora correferencial)		A→C
KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		A ↗ C
MONDADA & DUBOIS (1995)		A ↗ C
HALLIDAY & HASAN (1976)		A→C
MILNER (1982) (correferência virtual)		A→C
MILNER (1982) (correferência real)		A ↗ C
CHOMSKY (1980) (<i>anaphors/bound</i>)	A ↗ C	
REINHART (1983) (<i>bound anaphora</i>)	A ↗ C	
EVANS (1980) (<i>bound-variable anaphora</i>)	A ↗ C	
EVANS (1980) (referência pretendida)		A→C
EVANS (1980) (<i>referential dependence</i>)		A→C
EVANS (1980) (<i>e-type pronouns</i>)	A→C	
HEIM & KRATZER (1998)	A ↗ C	
Correferência ampla (citada por H&K)	A→C	
KAMP & REYLE (1993)		A ↗ C

Na verdade, a maioria dos dados acima *contradizem* nossa *hipótese inicial* 2. Os casos mais salientes, além das anáforas *bound*, são alguns estudos que tratam de *textos*, como Halliday & Hasan (1976), Padučeva (1970) e Milner (1982), assim como o estudo semântico de Evans (1980), que extrapola o *nível da sentença*, apresentando anáforas do tipo A→C.

Apesar de toda esta quebra de expectativa, mais adiante, na seção 5.2, ainda tentaremos extrair algumas generalizações possíveis destes resultados,

mesmo que elas não representem uma conclusão mais robusta semelhante à análise da *hipótese inicial 1*.

Antes disto, no entanto, daremos início à apreciação de nossa *hipótese inicial 3*, que inclui em nosso trabalho o conceito que havíamos deixado para trás, a dêixis.

CAPÍTULO 4. COMPARAÇÕES ENTRE DÊIXIS E ANÁFORA

Neste capítulo, vamos incluir a análise de outro conceito parente da anáfora, a *dêixis*. Mais estudos linguísticos serão acrescentados ao rol dos estudos anteriores, dos quais já foram extraídos os conceitos de anáfora comparados com a correferência, e dos quais ainda podemos encontrar distinções envolvendo dêixis. Vamos continuar adotando a mesma estratégia comparativa, mas desta vez entre anáfora e dêixis.

As classificações que desejamos fazer aqui dividirão os tipos de anáfora entre $A \vee D$ e $A \neq D$, ou seja, entre as anáforas cuja distinção de dêixis não tem relevância teórica e aquelas cuja distinção de dêixis é relevante teoricamente. Assim, testaremos a *hipótese inicial 3*. Mas vamos aproveitar também estes novos estudos para realizar mais análises quanto à correferência, e adicionar mais dados que testam nossas *hipóteses iniciais 1 e 2*.

Em alguns estudos, como Klein-Andreu (1996), a distinção entre dêixis e anáfora é explícita, a ponto de a autora se basear fundamentalmente nela para argumentar que o demonstrativo *ille*, do latim, evoluiu de maneiras diferentes para os clíticos do espanhol.

4.1 OS ESTUDOS DE KLEIN-ANDREU (1996) E LYONS (1977).

Em *Anaphora, Deixis, and the Evolution of Latin Ille*, um estudo sobre os clíticos do espanhol que combina etimologia com variação linguística, a autora Klein-Andreu mostra como os usos de características mais dêíticas ou mais anafóricas do demonstrativo latino *ille* foram responsáveis pela variação com que falantes de diversas regiões da Espanha usam as partículas *lo*, *la* e *le*.

Para delimitar os conceitos de dêixis e anáfora em seu trabalho, a autora retoma as noções de Lyons (1977):

Por dêixis se entende a localização ou identificação de pessoas, objetos, eventos, processos e atividades de que se fala, ou são referidos, em relação ao contexto espaço-temporal criado e sustentado pela enunciação e a participação neles, tipicamente, de um falante e pelo menos um interlocutor (Lyons 1977: 637) (KLEIN-ANDREU, 1996, p. 306)

[...]

Quanto à anáfora, Lyons aceita a ideia de que se trata basicamente de correferência, que aponta para um referente previamente mencionado (ou a ser mencionado) em um contexto mais ou menos próximo (Lyons 1977:660). Esta é também a visão adotada aqui. (KLEIN-ANDREU, 1996, p. 306)

A autora admite que, do ponto de vista do falante (o emissor), as expressões dêiticas e as anafóricas parecem possuir a “mesma função referencial”, mas do ponto de vista do ouvinte (o interlocutor), os usos diferem entre si.

... do (muito menos estudado) ponto de vista do ouvinte, usos anafóricos e dêiticos não são obviamente os mesmos. Especificamente, o uso anafórico implica que algum tipo de redundância pode existir entre duas menções ao mesmo referente, enquanto que o uso dêítico não. (KLEIN-ANDREU, 1996, p. 307)

Para a autora, o fato de falantes de algumas regiões preferirem o clítico neutro *le* ou o clítico marcado para o feminino *la* está relacionado com o uso dêítico de pessoa, nos critérios de Lyons, sendo que o clítico serve de indicação para a definição do gênero do indivíduo referido.

Sem discutir o mérito da questão metodológica, vemos que, de acordo com as necessidades da autora, há duas distinções relevantes para ela: aquela entre dêixis e anáfora, e aquela entre o ponto de vista do falante e do ouvinte, enquanto que a distinção entre anáfora e correferência se faz irrelevante.

Este é um caso fácil de classificação para nós. A anáfora de Klein-Andreu (1996) se encaixa explicitamente nos tipos $A \rightarrow C$ e $A \neq D$, pelas declarações contidas nas citações de Lyons e o tratamento dado aos clíticos. Para nos confrontarmos com as expectativas das hipóteses iniciais 2 e 3, devemos estabelecer se o estudo se

enquadra nas categorias de *nível da sentença* ou *nível do texto*. O fato de o estudo se valer de exemplos retirados de corpus falado discursivo o coloca sob a categoria *nível de texto*.

Quanto ao teste da *hipótese inicial 1*, temos que verificar os tipos de objetos referidos que a autora usa em seus exemplos. Há um único exemplo de corpus mostrado no estudo, que contém diversas expressões nominais aos quais os clíticos se referem, e eles são todos extensionais (*chorizo*, alho, massa, carne etc.). Em outros exemplos, os clíticos correferem com expressões como cama e pessoas. Portanto, vamos considerar que o estudo se enquadra também na categoria *objetos E*.

Quanto ao estudo de Lyons (1977) no qual a autora se baseia, também já podemos classificar de antemão, pela declaração abaixo, que a anáfora é do tipo $A \rightarrow C$, e também $A \neq D$.

Podemos ilustrar o ponto que foi colocado [anteriormente] considerando brevemente umas poucas sentenças do inglês. A primeira é:

(38) My friend looked up when he came in.

(na qual a forma *he* não carrega um foco contrastivo ou enfático). A que a expressão 'he' [...] refere? Se *he* não é enfático (i.e. tem entonação normal), a expressão [...] será provavelmente anafórica, ao invés de dêitica: será correferencial com (i.e. terá o mesmo referente que) alguma expressão referencial antecedente. (LYONS, 1977, p. 660)

Há, no entanto, dois conceitos interessantes apresentados pelo autor que merecem nossa atenção. O primeiro é a ideia de como anáfora e dêixis se relacionam com um **universo do discurso**:

Anáfora pressupõe que um referente já possui seu lugar no universo do discurso. Dêixis, por sua vez, não; de fato, dêixis é um dos principais meios disponíveis de se colocar entidades no universo de discurso de maneira que possamos nos referir a eles subsequentemente... (LYONS, 1977, p. 673)

O autor, então, é adepto da noção de que expressões dêiticas possuem uma função referencial ampla, a ponto de afirmar que a anáfora, e mesmo as descrições

definidas, que “sempre contém um elemento dêitico”, dependem essencialmente da dêixis (p. 657).

Isto torna a dêixis uma forma básica e fundamental de referência.

Seria possível pensar que este tipo de concepção ontológica poderia nos fazer classificar o estudo de Lyons sob a categoria *objetos I*, devido à adoção da ideia de universo do discurso, uma noção associada aos estudos textuais. No entanto, decidimos que, pelos exemplos adotados no capítulo destinado ao assunto, que sempre apresentam referentes individuais, o estudo do autor se enquadra na categoria *objetos E*.

O segundo conceito, que decorre desta produtiva visão de dêixis, é uma noção que poderia, à primeira vista, contradizer a ideia de que retomadas anafóricas impliquem em correferência. Lyons mostra como expressões podem referir a *outras expressões*:

(39) (X says) That's a rhinoceros.

(and Y responds) A what? Spell **it** for me. (LYONS, 1977, p. 667 g.m.)

Vemos que o pronome ‘*it*’ refere à palavra ‘*rhinoceros*’, sugerindo que no momento em que expressões linguísticas são usadas, elas também podem se tornar objetos passíveis de referência. Este é o conceito que Lyons chama de **dêixis textual**. Provavelmente, o autor nomeia este conceito como *dêixis* com a intenção de evitar que, teoricamente, uma relação deste tipo possa ser chamada de anafórica, ou ainda, correferencial.

A função de ‘*it*’ [em (39)] não é anafórica, apesar de à primeira vista parecer sê-lo. Ela não é correferencial com nenhum antecedente; ela refere, mas não correferencia, com uma forma linguística. Dêixis textual é frequentemente confundido com anáfora, devido à tradicional formulação da noção de referência pronominal (de acordo com a qual um pronome deve referir a seu antecedente) e a comum incapacidade de se distinguir entidades linguísticas e não-linguísticas. (LYONS, 1977, p. 667)

O autor critica a confusão recorrente que ocorre no momento de se distinguir elementos linguísticos de não-linguísticos (o que deve explicar a contradição

apontada em nossa análise de H&H na seção 3.1), mas nos parece que, no caso da dêixis textual, Lyons também se contradiz.

Vamos partir do princípio, pela afirmação abaixo,

Esta formulação alternativa [*um pronome anafórico refere àquilo que o seu antecedente refere*], que é baseada em senso bem distinto do termo 'referir' [*no sentido de fazer referência a elementos textuais*], tem a vantagem de trazer a referência anafórica ao escopo do conceito filosófico de referência... (LYONS, 1977, p. 660)

que o autor é favorável à noção de referência fregeana como paradigma. Vemos, portanto, que para sustentar a afirmação de que um pronome refere a outra expressão linguística no caso da dêixis textual, Lyons deveria postular que expressões linguísticas tornam-se *objetos do mundo* quando são proferidas, mas isto não fica explícito. Se isto fosse feito, porém, a relação entre elementos linguísticos e outros elementos linguísticos “transformados” em objetos do mundo seria *anafórica*, segundo os próprios termos do autor, e esta concepção entraria em contradição com a tipologia adotada de *dêixis textual*.

Decidimos que este mal-entendido, no entanto, não afeta nossa classificação que nos diz que os conceitos de anáfora de Lyons tanto pressupõe correferência quanto diferem relevantemente de dêixis, pelo fato de que o caso da dêixis textual de Lyons envolve investigar se proferimentos de expressões linguísticas podem ser tratadas ou não como objetos do mundo, um desafio filosófico que foge do escopo (e da capacidade do autor) do presente trabalho.

4.2 O ESTUDO DE CAVALCANTE (2005)

A autora inicia este trabalho declarando que adota uma concepção argumentativa de estudos de língua, e que, portanto, é importante para ela descrever como os referentes emergem da “intra-relação entre língua e práticas sociais” (p. 125). A noção de *referente* adotada, conseqüentemente, é a do nosso tipo *objeto I*. Devemos nos focar também no fato de que os exemplos são todos de textos literários, o que portanto caracteriza o estudo como *nível do texto*.

De início, também, a autora traça uma distinção entre referência e anáfora, colocando o segundo como um tipo do primeiro, afirmando que tanto *introduções referenciais* (por NPs lexicais, por exemplo) como *anáforas* são formas de referência. Quanto à relação entre anáfora e correferência, a autora adota a tipologia de Koch (2004), que subdivide as anáforas em correferenciais e não-correferenciais. Em nossa classificação, portanto, estes tipos se enquadram, respectivamente, em $A \rightarrow C$ e $A \nrightarrow C$.

Entre as anáforas não-correferenciais, destacamos um conceito proposto pela autora em um estudo anterior (CAVALCANTE, 2003). A autora afirma que sequências textuais podem ser anafóricas a expressões sob a forma de *anáforas encapsuladoras*, ou seja, elas não remetem a referentes pontuais, como as que ocorrem no texto abaixo.

(40) Um dos pontos de discussão no governo do PT diz respeito à extensão da jornada de trabalho. Por sugestão da CUT, estuda-se a hipótese de apresentar um projeto de lei reduzindo a carga semanal de trabalho das atuais 44 horas para 40. **A ideia** é inspirada no modelo europeu, principalmente o francês, e tem **um objetivo principal**: se as pessoas trabalharem menos, mais gente pode ser contratada. Um estudo sobre **o assunto** realizado pelo sociólogo José Pastore mostra que **a estratégia** pode não funcionar. (reportagem - Veja, 15/01/03).

Todas as anáforas encapsuladoras sublinhadas resumem uma porção textual e rotulam-na, indicando ao co-enunciador como se espera que o conteúdo resumido seja interpretado (CAVALCANTE, 2003, p. 115)

Quando a expressão em questão é um demonstrativo como 'isso' (que a autora chama de *dêitico discursivo*), a anáfora é chamada de *encapsuladora com dêitico*. Estes tipos de anáfora são mais um exemplo que podem ser categorizados por $A \nrightarrow C$, e são tipicamente atribuídas à tradição de estudos textuais brasileiros.

Do estudo mencionado acima, vemos que Cavalcante classifica dêiticos em *pessoais* (eu, você), *temporais* (ontem, no mês passado), *espaciais* (aqui, este lugar) e *memoriais* (aquele papo de ...). O interessante é notar que, em Cavalcante (2005), ao conceito de dêixis é atribuída uma função literária:

A dêixis é o fenômeno subjetivo por excelência. Mostraremos como a fusão dos dêiticos com as introduções referenciais e com as anáforas

podem surtir efeitos surpreendentes, ainda pouco explorados no discurso literário. (CAVALCANTE, 2005, p. 141)

Por “a fusão dos dêiticos com as introduções referenciais e as anáforas” podemos entender expressões como “*esse alheamento do que na vida é porosidade e comunicação*”¹³, que constituem uma anáfora fundida a um dêitico (‘esse’). Vemos, portanto, que a dêixis de Cavalcante (2005) difere da anáfora por ser baseada em um critério lexical, o que torna a distinção teórica entre os dois conceitos relevante, e categoriza o tipo de anáfora adotado em A≠D.

4.3 A DÊIXIS DE HEIM & KRATZER (1998) E REINHART (1983)

Já vimos que o estudo de Heim & Kratzer (H&K) trata de mecanismos semânticos e sintáticos em nível sentencial. Em dado momento, as autoras mencionam o fato de que relações de correferência podem se dar no nível intersentencial, inclusive com um exemplo envolvendo duas sentenças:

- (41) Eu não acho que alguém aqui esteja interessado no trabalho de **Smith**.
Ele não deveria ser convidado. (HEIM & KRATZER, 1998, p. 240 grifo meu)

Este exemplo isolado, no entanto, é usado como argumentação para mostrar que “as ocorrências anafóricas e dêiticas parecem ser casos especiais do mesmo fenômeno: o pronome refere a um indivíduo que, por uma razão qualquer, está altamente saliente no momento em que o pronome é processado” (p. 240). Ou seja, as autoras compartilham da concepção de que relações anafóricas são melhor descritas em termos de dois conceitos distintos, *variable binding* e correferência, e que, conseqüentemente, as noções de dêixis e anáfora, apesar de diferirem na

¹³ Trecho de um poema de Carlos Drummond de Andrade analisado pela autora (p. 140).

forma como são usadas, não representam uma distinção teórica relevante para uma teoria gramatical.

Em resumo, a categoria descritiva de usos “anafóricos” de pronomes parece se encaixar em dois grupos semanticamente distintos: usos do tipo bound-variable e do tipo (co)referencial. A tradicional taxonomia “anafórico” versus “dêítico” desconsidera esta importante distinção semântica. Ao contrário, ela foca na subdivisão da classe de usos referenciais, que parece ser mais relevante a uma teoria de uso da linguagem (processamento) do que uma teoria de gramática (semântica e sintaxe). (HEIM & KRATZER, 1998, p. 242)

Ou seja, a distinção entre dêixis e anáfora, para as autoras, seria relevante para a forma como a referência ocorre, o que seria melhor tratado por uma teoria de uso da linguagem, e não de gramática. Esta afirmação já pode estabelecer que o tipo de anáfora no estudo de H&K é $A \vee D$.

Já Chomsky (1980) simplesmente não menciona o termo dêixis (ou dêítico) em seu estudo, embora possamos inferir que este conceito poderia decorrer daquilo que ele entende por elementos *disjoint in reference*. Este fato só confirma a nossa intuição sobre a concepção chomskyana de linguagem, sob a qual conceitos de caráter pragmático como a dêixis não cabem em uma teoria gramatical. Certamente, se quiséssemos, poderíamos encaixar a anáfora desse estudo em $A \vee D$, mas como estamos utilizando o critério que considera o uso do termo como ponto de partida de nossas análises, Chomsky (1980) não será incluído na tabela de comparação de anáfora com dêixis.

Não é o que ocorre com Reinhart (1983). A autora usa o termo ‘dêítico’ para diferenciar o uso de pronomes não-R (que não são reflexivos, nem recíprocos), enquanto que, inversamente, chama os pronomes-R de *não-dêíticos*. Este fato poderia ser usado para decidir a nossa classificação, encaixando o tipo de anáfora em $A \neq D$. No entanto, nos parece que o termo é usado apenas como rótulo, ou seja, para fins didáticos. A distinção que realmente importa para a autora é aquela entre pronomes-R e pronomes não-R. Ela até afirma que a distinção entre pronomes não-R e NPs referenciais é irrelevante.

Já que pronomes não-R podem ser usados deiticamente, ou referencialmente, na língua natural, eles não são diferentes de qualquer outro NP referencial neste sentido. (REINHART, 1983, p. 73)

Desta maneira, temos que decidir como vamos classificar a relação entre dêixis e anáfora da autora baseado em sua concepção geral de linguagem. Vamos considerar que ela segue o mesmo espírito de H&K e Chomsky, que consideram a dêixis um fenômeno pragmático, e para os quais a distinção teórica entre dêixis e anáfora não tem implicações para a estrutura de uma teoria gramatical essencialmente sintática, e vamos assumir que a anáfora de Reinhart (1983) é do tipo $A \vee D$.

4.4 O ESTUDO DE BASSO (2009)

Este estudo trata da anáfora de eventos. O já mencionado artigo de Davidson (1967), *The logical form of action sentences*, apresenta a concepção de que algumas sentenças podem ter sua forma lógica dada por um quantificador existencial com escopo sobre uma expressão linguística que denota uma ação. A sentença 'Pedro chutou João', por exemplo, teria como forma lógica:

(42) $(\exists x)$ (Chutou (Pedro, João, x))

Como consequência desta escolha ontológica, um evento também possuiria o status de entidade "que existe", assim como objetos ordinários. Davidson mostra, no início de seu texto, que pronomes como 'it' podem recuperar eventos, como nas sentenças 'John did **it** slowly. He **buttered a piece of toast**'. Partindo-se do princípio que 'it' também retoma objetos, então seria possível argumentar que esta capacidade do pronome de retomar tanto eventos como objetos daria suporte à

proposta davidsoniana de se introduzir eventos no plano ontológico de entidades passíveis de referência.¹⁴

Basso (2009) contesta o argumento de que pronomes retomam eventos e objetos da mesma maneira, mostrando que, no português, elementos anafóricos como 'isso', por exemplo, não retomam objetos da mesma forma que eventos. Há, segundo ele, uma distinção fundamental entre o uso dêitico e anafórico de 'isso'.

Para o autor, o uso dêitico permite, sem grandes problemas, tanto a retomada de eventos como de objetos.

(43) Pegue **isso** pra mim! (acompanhado de um gesto de ostensão apropriado)

(44) (João entra correndo em casa, bate a porta com força, fazendo um estrondo, e sobe as escadas em direção ao seu quarto. Sua mãe olha para seu pai, aponta a porta e diz:)

Detesto quando ele faz **isso**!

(BASSO, 2009, p. 79 grifo meu)

No entanto, 'isso' apresenta problemas para retomar objetos (mas não eventos) quanto ao seu uso *anafórico*.

(45) ? João dormiu numa [cama velha]₁, e [isso]₁ machucou suas costas.

(BASSO, 2009, p. 80)

O autor mostra que a retomada de 'cama velha' por 'isso' resultaria numa sentença estranha. É bem mais provável que 'isso' esteja retomando, numa

¹⁴ O estudo de Davidson, por suas assunções ontológicas sobre a natureza dos eventos, seria um ótimo caso para ser incluído em nosso corpus quanto à análise de correferência, mas o autor menciona o termo 'correferir' apenas uma vez, tratando de objetos físicos, e simplesmente não menciona o termo 'anáfora' em seu texto.

sentença mais aceitável, todo o evento denotado por 'João dormiu numa cama velha'. Este é um caso que exemplifica o argumento de Basso sobre as retomadas anafóricas: os mecanismos linguísticos não seriam exatamente os mesmos no caso de referência a eventos e a objetos.

Pela distinção teórica apresentada em relação aos usos de 'isso', a anáfora de de Basso (2009) se encaixa no tipo $A \neq D$. Quanto à assunção teórica em relação ao domínio da anáfora, vemos pelos exemplos com duas ou mais sentenças concatenadas (que não foram mostrados aqui), que o estudo se categoriza como *nível do texto*.

4.5 A DÊIXIS DE KAMP & REYLE (1993)

Vimos na seção 3.10 que estes autores possuem visões particulares do que seja a anáfora em relação à correferência. Eles contrariaram nossa expectativa em relação à nossa *hipótese 1* pelo fato de que, mesmo adotando *objetos do tipo E*, assumem que a anáfora não pressupõe correferência ($A \nrightarrow C$).

Quanto à dêixis, os autores reconhecem que pronomes podem ser usados deitica ou anaforicamente, mas alegam que o uso dêitico não é relevante para seu estudo. Nas próprias palavras dos autores,

Um pronome é usado deiticamente quando o proferimento é acompanhado de um ato dêitico, i.e., apontando-se o dedo, inclinando-se a cabeça ou através de outro gesto demonstrativo na direção do objeto a que o falante pretende se referir. Um pronome é anafórico quando refere a algum item mencionado em alguma parte do discurso no qual o pronome ocorre. Como estamos preocupados com a interpretação da língua escrita, para a qual gestos demonstrativos são irrelevantes, pronomes dêiticos ficariam de fora do escopo da nossa teoria. Assim, podemos nos voltar apenas aos usos anafóricos de pronomes. (KAMP & REYLE, 1993, p. 66)

Relegando o conceito de dêixis a um segundo plano, os autores mostram que, apesar deste conceito possuir características próprias que o diferenciem da anáfora, a dêixis não é teoricamente relevante para o estudo em questão, e portanto, a anáfora se encaixa no tipo $A \surd D$.

Algo na justificativa apresentada para a exclusão da dêixis, no entanto, nos incomoda. K&R alegam que, para a língua escrita, “gestos demonstrativos são irrelevantes”. Eles podem ter razão se estiverem se referindo exclusivamente aos casos de textos pensados para serem lidos e interpretados sem a ajuda do contexto da leitura, como um texto acadêmico, por exemplo.

Muitos textos são concebidos para que nada precise ser apontado ostensivamente no momento da interpretação, de maneira que o leitor possa interpretar o sentido dos argumentos baseado unicamente em seu conhecimento de mundo e capacidade de inferência (além de possuir competência de leitura, que inclui interpretar relações anafóricas, por exemplo).

Muitos textos podem, no entanto, servir ao propósito de representar a linguagem oral *per se*, que se vale de apontamentos (e, portanto, o uso de dêiticos como ‘aqui’, ‘agora’, ‘ele’) o tempo todo, como é o caso de um roteiro de uma peça de teatro, por exemplo. Ou podemos ter textos cuja interpretação requer elementos do contexto, como exemplo, livros de auto-ajuda que falam diretamente com o leitor.

Ou ainda, pode haver textos com interpretações dêiticas como a representada pelo texto abaixo, que bem poderia ser o início de uma história.

(46) João caminhou ao lado de sua amiga por alguns minutos, até que ela lhe confessou, ressentida: “Não gosto **deste** lugar”.

O demonstrativo ‘deste’ acima, apesar de não requerer gesto nenhum durante a leitura, poderia ser facilmente considerado um dêitico, ou pelo menos um elemento linguístico que requer um esforço interpretativo distinto do que é feito no caso de ‘ela’, por exemplo.

Fica claro, portanto, que K&R associam o conceito de dêixis somente ao uso de “gestos demonstrativos”, e deve ser por este motivo que o uso dêitico deveria ser, segundo eles, desconsiderado de sua análise. Talvez o que os autores queiram realmente exprimir é que a teoria deles quer explicar somente a *anáfora*, e não pronomes com interpretação ambígua. Achamos que este argumento poderia ter sido melhor explicado.

Da maneira apresentada, fica a impressão de que, caso a teoria fosse estendida a casos como (46), que também é um exemplo de língua escrita, ela teria que conceber outros mecanismos formais que poderiam comprometer sua elegância.

A crítica feita acima, no entanto, não afeta nosso objetivo principal, que é de classificar o tipo de dêixis do estudo, o que já foi realizado sem maiores problemas.

Ademais, já possuímos todos os dados de dêixis, anáfora e correferência provenientes dos estudos escolhidos, mencionados na nossa proposta de corpus (seção 2.5). Chegou o momento, portanto, de analisar de maneira definitiva os resultados.

CAPÍTULO 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já podemos agora visualizar o teste de nossas hipóteses iniciais com todos os estudos analisados, e fazer uma discussão conclusiva a respeito. As tabelas a seguir mostram, como prevê nossa metodologia, os dados que procuram testar as hipóteses iniciais estabelecidas na seção 2.4.

Com os dados assim agrupados, é possível visualizar possíveis relações sistemáticas entre os estudos, o que deve contribuir para a formulação de generalizações a respeito dos tipos de anáfora em relação às assunções teóricas.

5.1 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 1

A *hipótese inicial 1* (que agora chamaremos simplesmente de *hipótese 1*) prevê que estudos que assumem *objetos E* adotariam o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, enquanto que os estudos nos quais a referência é feita a *objetos I*, o tipo adotado seria $A \nrightarrow C$.

Temos já dados suficientes para tirar conclusões razoáveis sobre esta afirmação, dispostos na tabela abaixo:

TABELA 9 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 1 (RESULTADOS FINAIS)

		Natureza dos objetos	
		E	I
1	PADUČEVA (1970)	A→C	
2	ILARI (2001a)		A ↗ C
3	KOCH (2004) (anáfora correferencial)		A→C
4	KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		A ↗ C
5	MONDADA & DUBOIS (1995)		A ↗ C
6	HALLIDAY & HASAN (1976)	A→C	
7	MILNER (1982) (correferência virtual)	A→C	
8	MILNER (1982) (correferência real)	A ↗ C	
9	CHOMSKY (1980) (<i>anaphors/bound</i>)	A ↗ C	
10	REINHART (1983) (<i>bound anaphora</i>)	A ↗ C	
11	EVANS (1980) (<i>bound-variable anaphora</i>)	A ↗ C	
12	EVANS (1980) (referência pretendida)	A→C	
13	EVANS (1980) (<i>referential dependence</i>)	A→C	
14	EVANS (1980) (<i>e-type pronouns</i>)	A→C	
15	HEIM & KRATZER (1998)	A ↗ C	
16	Correferência ampla (citada por H&K)	A→C	
17	KAMP & REYLE (1993)	A ↗ C	
18	KLEIN-ANDREU (1996)	A→C	
19	LYONS (1977)	A→C	
20	CAVALCANTE (2005) (anáfora correferencial)		A→C
21	CAVALCANTE (2005) (anáfora não-corref.)		A ↗ C

Os resultados acima apresentam alguns dados que falseiam nossa hipótese 1 (as células coloridas), tanto pelo fato de que alguns estudos adotando *objetos E* apresentam tipos de anáfora $A \nrightarrow C$, quanto por casos de estudos que assumem *objetos I* que apresentam anáforas do tipo $A \rightarrow C$.

No entanto, como já havíamos discutido a respeito dos resultados parciais na seção 3.11, ainda é possível tirar alguma generalização proveitosa destes dados. A primeira delas, que já havíamos formulado naquele momento, nos dizia que os estudos de anáfora que assumem a referência a *objetos E* tendem a adotar o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, exceto nos casos de anáfora do tipo *bound*.

Esses casos de anáfora que chamamos de *bound*, que incluem tanto os casos de *bound anaphora* chomskyana quanto a *bound-variable anaphora* dos semanticistas, vêm dos estudos formalistas Chomsky (1980), Reinhart (1983), Evans (1980) e H&K.

Tanto Chomsky quanto Reinhart defendem que os casos de correferencialidade em geral devem ser tratados por variáveis ligadas a antecedentes, e isto incluiria até os casos de correferência estrita, como no caso de

(27) *Zelda_i incomoda seus_i vizinhos.*

De fato, podemos notar que a *correferência*, para estes autores gerativistas, constitui, assim como a *déixis*, um fato mais pragmático do que gramatical, enquanto que a anáfora seria a relação importante a ser descrita por uma teoria linguística.

Por fim, H&K e Evans (1980), quando tratam de *bound-variable anaphora*, consideram que, no caso de antecedentes quantificados ligados a variáveis, não existe correferência. Os autores adotam explicitamente uma versão estrita do conceito de correferir (ver 3.9).

No caso dos dois estudos da categoria *objetos I* que apresentam tipos $A \rightarrow C$ de anáfora (Cavalcante, 2005 e Koch, 2004), vemos que isto, na verdade, não contraria nossa expectativa de que eles deveriam apresentar tipos $A \rightarrow C$. De fato, o uso dos tipos de anáfora $A \rightarrow C$ acarreta o uso de $A \rightarrow C$ nestes estudos, já que os objetos do tipo *I* englobam os objetos do tipo *E*.

Isto geralmente é omitido por que os autores de estudos textuais, ao contrário dos dois casos acima, geralmente preferem não usar o termo *anáfora correferencial*, embora eles saibam que a anáfora associada à correferência também possa ocorrer em qualquer texto. Como partimos do princípio de que o uso do termo

dentro do estudo determina quais conceitos serão analisados, fomos obrigados a distinguir os dois tipos de anáfora (correferenciais e não-correferenciais) em Cavalcante (2005) e Koch (2004).

Outro estudo que contadiz diretamente nossas expectativas em relação à *hipótese 1* é o de Milner (1982), quando o autor faz uso do conceito de *correferência real*, que se distingue da peculiar noção de *correferência virtual* proposta por ele. Este estudo consiste, portanto, da exceção mais visível à nossa regra. Embora, como já tenhamos explicado na seção 3.2, esta noção particular cause alguma estranheza por julgar que a distinção entre correferência real e virtual repouse sobre as características lexicais das expressões linguísticas, Milner parece captar uma propriedade importante da referência: o fato de que ela deveria ser estabelecida no *USO*.

A generalização que formulamos anteriormente, no entanto, não precisa ser abalada por estes casos pontuais. Vamos apenas parafraseá-la para que a oposição entre as categorias fique mais visível, e as exceções, mais bem detalhadas:

GENERALIZAÇÃO 1 (PARAFRASEADA):

- i) Os estudos que assumem a referência a *objetos E* tendem a adotar o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, exceto por aqueles que adotam as anáforas do tipo *bound*, como aquelas em que o antecedente é quantificado ou é ligado ao elemento anafórico por alguma condição sintática.
- ii) Os estudos de anáfora que assumem a referência a *objetos I* tendem a adotar o tipo de anáfora $A \nrightarrow C$.

Julgamos que esta generalização é suficientemente sustentada pelos resultados da Tabela 9. Para nossa surpresa, os estudos formalistas sistematicamente não consideram que a anáfora pressuponha correferência, o que

mostra que, para esses autores, há mais em jogo do que apenas a noção ontológica de que expressões compartilham a referência a um indivíduo no mundo.

Uma dessas propriedades da anáfora que não havia sido considerada inicialmente, mas se mostra importante, é a relação que envolve quantificação. Se a língua só apresentasse termos singulares, ou todas as expressões nominais denotassem um único indivíduo, é provável que toda esta discussão envolvendo correferência fosse bem menos complexa.

Evans (1980) discute esta questão quando afirma

... é difícil de acreditar que a capacidade do falante de entender as sentenças 'John ama sua mãe', 'Harry ama a si mesmo', 'Susan admira aqueles que são bons com ela' etc. não está conectada de maneira nenhuma com seu entendimento das sentenças 'Nenhum homem ama sua mãe', 'Todo homem ama a si mesmo', 'Apenas uma garota admira aqueles que são bons com ela' etc. Com isto em perspectiva, somos confrontados com o seguinte problema: devemos estabelecer um tratamento adequado para lidar com estes pronomes em ambas as categorias... (EVANS, 1980, p. 345)

Com este raciocínio, o autor confirma que o funcionamento da *bound-variable anaphora* deve seguir *alguns* dos princípios que regem a anáfora com expressões referenciais, pois a substituição de um termo quantificado por um termo singular nas sentenças acima resulta em correferencialidade, e em ambos os casos a noção de c-comando se aplica.

No entanto, o próprio Evans e H&K afirmam categoricamente que anáforas com antecedentes quantificados não implicam em correferência, usando argumentos como o fato de que expressões quantificadas como 'nenhum homem' não podem referir. Estes autores endossam, completa ou parcialmente, a ideia de que tratar estes casos anafóricos como variáveis ligadas traz bons frutos à análise semântica.

Há, portanto, duas noções fundamentais apontadas em nosso trabalho que influenciam o fato de que a anáfora nem sempre pressupõe correferência: a *ligação de variáveis* e as *relações do tipo meronímicas ou associativas* que denotam relações entre parte e todo, espécie e indivíduo etc..

Temos exemplos do primeiro caso em Reinhart (1983), Evans (1980) e H&K. Já Kamp & Reyle tratam a quantificação de forma um pouco distinta, pois expressões como ‘*every farmer*’, para eles, podem introduzir referentes discursivos. Podemos ainda citar Chomsky (1980) como um caso particular, quando ele assume a noção de que categorias vazias também são responsáveis por anáforas deste tipo.

Quanto aos casos de anáforas que apresentam relações associativas, temos Ilari (2001a), Koch (2004), Mondada & Dubois (1995), Milner (1982) e Cavalcante (2005).

Estes últimos eram os casos que eram previstos pela *hipótese 1*, ou melhor, que inspiraram sua própria formulação. Após obtermos os resultados, no entanto, observamos que o tipo de anáfora $A \rightarrow C$ ocorria com muito mais frequência, como nos casos de expressões quantificadas, categorias vazias e outras expressões que dificilmente são consideradas *referenciais*.

A observação feita acima pode ser corroborada pelo fato de que os estudos que tratam, dentre os objetos E, somente de expressões tipicamente referenciais adotam o tipo de anáfora $A \rightarrow C$.

5.2 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 2

Podemos passar aos resultados finais dos testes da *hipótese inicial 2* (*hipótese 2*), ou seja, aquela que compara a anáfora e a correferência em relação às categorias *nível da sentença* versus *nível do texto*. Vejamos os resultados na tabela abaixo:

TABELA 10 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 2 (RESULTADOS FINAIS)

		Domínio da anáfora	
		Sentença	Texto
1	PADUČEVA (1970)		A→C
2	ILARI (2001a)		A ↗ C
3	KOCH (2004) (anáfora correferencial)		A→C
4	KOCH (2004) (anáfora não-correferencial)		A ↗ C
5	MONDADA & DUBOIS (1995)		A ↗ C
6	HALLIDAY & HASAN (1976)		A→C
7	MILNER (1982) (correferência virtual)		A→C
8	MILNER (1982) (correferência real)		A ↗ C
9	CHOMSKY (1980) (<i>anaphors/bound</i>)	A ↗ C	
10	REINHART (1983) (<i>bound anaphora</i>)	A ↗ C	
11	EVANS (1980) (<i>bound-variable anaphora</i>)	A ↗ C	
12	EVANS (1980) (referência pretendida)		A→C
13	EVANS (1980) (<i>referential dependence</i>)		A→C
14	EVANS (1980) (<i>e-type pronouns</i>)	A→C	
16	HEIM & KRATZER (1998)	A ↗ C	
17	Correferência ampla (citada por H&K)	A→C	
17	KAMP & REYLE (1993)		A ↗ C
18	KLEIN-ANDREU (1996)		A→C
19	LYONS (1977)		A→C
20	CAVALCANTE (2005) (anáfora correferencial)		A→C
21	CAVALCANTE (2005) (anáfora não-corref.)		A ↗ C

A tabela acima, de início, parece colorida demais para que possamos fazer qualquer generalização útil a respeito dos estudos em questão. Ficou evidente, após estes resultados, que a *hipótese 2*, apesar de formulada nos mesmos moldes da

hipótese 1 e parecer consistente a princípio, não resistiu à observação dos dados e, portanto, pode ser descartada.

No entanto, com uma análise mais detalhada, podemos ainda notar que pequenos grupos de estudos se comportam com alguma sistematicidade. Vamos, então, tentar salvar alguns fragmentos da demolição.

Os estudos da categoria *nível da sentença*, ou seja, de orientação sintática, que acabaram apresentando sistematicamente o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, são justamente os casos que constituem as exceções da categoria *objetos E* sob a *hipótese 1*. Isto nos faz crer que a mesma influência teórica (a anáfora *bound*) se aplica nas exceções daqui.

Os estudos que estão associados à uma tradição de linguística textual de origem francesa (Ilari, Koch, Mondada & Dubois, Milner e Cavalcante) tem uma tendência a adotar a anáfora $A \rightarrow C$, exceto pelos casos em que eles desejam explicitar que a anáfora correferencial também ocorre.

Os estudos de semântica de vertente fregeana (Evans, H&K e Lyons) tendem a adotar o tipo de anáfora $A \rightarrow C$ quando esta está associada a *expressões referenciais*, ou seja, quando não está tratando de casos de anáfora condicionada por quantificadores ligados a variáveis (*bound-variable*), que, teoricamente, não permitem a ocorrência de correferência.

Restam, como exceções às nossas expectativas, os estudos de Padučeva (1970), Halliday & Hasan (1976) e Klein-Andreu (1996), que lidam com anáforas em nível de texto, mas parecem adotar referentes extensionais por questão de escolha metodológica.

Com esses agrupamentos, podemos nos arriscar a traçar mais algumas pequenas generalizações:

GENERALIZAÇÃO 2A:

Os estudos linguísticos de orientação gerativistas mantêm sua análise ao *nível da sentença*, e geralmente adotam a anáfora do tipo $A \rightarrow C$ por considerarem o conceito de *ligação (binding)* mais importante que o de correferência.

GENERALIZAÇÃO 2B:

Os estudos linguísticos associados a uma tradição de linguística textual francesa geralmente adotam o tipo de anáfora $A \rightarrow C$, exceto quando querem explicitar que anáforas correferenciais ($A \rightarrow C$) são um tipo de anáfora.

GENERALIZAÇÃO 2C:

Os estudos de semântica de vertente fregeana geralmente consideram que a anáfora de *expressões referenciais* é do tipo $A \rightarrow C$, enquanto que os casos de anáfora condicionada por *expressões quantificadas* são do tipo $A \rightarrow C$.

As generalizações feitas aqui não tem o mesmo poder daquela resultante da *hipótese 1*. Elas refletem uma ideia geral de que os estudos de anáfora variam de acordo com a tradição teórica da qual elas procedem, um sinal expressivo de que a *hipótese 2*, apesar de refletir um raciocínio indutivo similar àquele que nos levou à associar a polarização entre os estudos de sintaxe e de texto à natureza dos objetos, acabou resultando em um resultado trivial. Este resultado apenas refletiu a

intuição inicial sobre como as diferentes vertentes da Linguística tratam a anáfora, que tinha nos levado à formulação das hipóteses iniciais.

No entanto, as pequenas generalizações tiradas desta segunda empreitada ainda seguem o espírito de associar os tipos de anáfora adotadas aos pressupostos teóricos dos autores, como gostaríamos. A hipótese genérica proposta no início do nosso trabalho, que afirmava que a concepção de anáfora em um estudo depende do quadro teórico assumido, permanece de pé.

E assim concluímos nosso exame de dados do ponto de vista da comparação entre anáfora e correferência.

5.3 RESULTADOS SOBRE A HIPÓTESE INICIAL 3

Esta hipótese previa que os estudos da categoria *nível da sentença* adotam o tipo de anáfora $A \vee D$ (anáfora cuja distinção teórica de dêixis não é relevante), enquanto que os da categoria *nível de texto* adotam o tipo de anáfora $A \neq D$ (anáfora cuja distinção de dêixis é relevante). Vejamos os resultados, lembrando apenas que o estudo de Chomsky (1980) foi analisado em 4.3, mas não será incluído por não haver mencionado o termo 'dêixis' no trabalho.

TABELA 11 - TESTE DA HIPÓTESE INICIAL 3 (RESULTADOS FINAIS)

		Domínio da anáfora	
		Sentença	Texto
1	KLEIN-ANDREU (1996)		$A \neq D$
2	LYONS (1977)		$A \neq D$
3	CAVALCANTE (2005)		$A \neq D$
4	HEIM & KRATZER (1998)	$A \vee D$	
5	REINHART (1983)	$A \vee D$	
6	BASSO (2009)		$A \neq D$
7	KAMP & REYLE (1993)		$A \vee D$

Neste caso, nosso pequeno corpus mostrou uma tendência que, se não corrobora totalmente a *hipótese 3*, permite uma (ou talvez mais de uma) generalização sobre a anáfora em relação à dêixis.

Uma forma de olhar para os resultados acima seria a seguinte: os estudos que se mantém ao nível da sentença adotam a anáfora do tipo $A \vee D$, enquanto que os que passam ao *nível do texto* adotam a anáfora $A \neq D$, exceto pelo estudo de Kamp & Reyle.

Obviamente, para que a generalização acima adquirisse mais consistência, seria necessário que este corpus crescesse. Não é comum, entretanto, encontrar estudos (mencionando a dêixis) assumirem que a distinção entre dêixis e anáfora não é relevante.

A nossa maneira de lidar com os resultados tem sido, em termos gerais, partir da hipótese inicial, observar as exceções, e tentar reconstruir a afirmação original de forma que generalizações relevantes sejam encontradas. No caso da hipótese 3, no entanto, é possível que a relação que escolhemos entre o nível de *sentença* e *texto* e os tipos de anáfora adotados pode não estar relacionada tão diretamente com as escolhas do quadro teórico como imaginávamos.

Notemos que os estudos que adotam $A \vee D$ (H&K, Reinhart e K&R) estão focados em *descrições estruturais* da língua passíveis de *formalização estrita* (ou seja, todas as regras, condições e objetos teóricos devem estar totalmente explicitados, de preferência sob a forma de uma língua lógica), e estão menos preocupados com a relação entre a língua e o algo externo a ela, ou seja questões de *uso*.

Realmente, a dêixis parece ser uma questão intimamente ligada ao uso da linguagem, e os estudos que preferem adotar um formalismo rigoroso em geral não procuram descrever este tipo de conceito. Para muitos estudos linguísticos, no entanto, esta questão é importante. Lyons (1977) está constantemente lidando com questões de contexto, Cavalcante (2005) quer mostrar qual o efeito que a dêixis tem

sobre o texto literário e Basso (2009) levanta questões ontológicas relevantes em seu trabalho.

Ou seja, a influência teórica na decisão pela anáfora do tipo $A \vee D$ deve ocorrer de fato devido à escolha da *metodologia formalista estrita*. O fato de que K&R constitui uma exceção ocorre, então, pelo fato de que este estudo é um dos poucos que, navegando o barco do formalismo estrito, cruza os mares das sentenças em direção às terras do discurso. Este é um esforço interessante para o estudo da anáfora, já que ela definitivamente não se limita aos domínios da sentença, se considerarmos também princípios de funcionamento além dos sintáticos.

A generalização que podemos fazer, portanto, sobre a anáfora comparada à dêixis, pode ser baseada não na distinção inicialmente proposta entre sentença e texto, mas em questões metodológicas, que acabam influenciando o escopo das explicações sobre a língua, como as relações anafóricas.

GENERALIZAÇÃO 3:

- i) Os estudos linguísticos que consideram o *uso* da linguagem teoricamente importante tendem a adotar o tipo de anáfora $A \neq D$.
- ii) Os estudos que utilizam uma metodologia formalista estrita tendem a adotar o tipo de anáfora $A \vee D$.

As afirmações acima, longe de terem a pretensão de descrever todo o universo de concepções metodológicas dos estudos sobre anáfora, reflete a tensão de que falávamos na seção 1.4.2, entre as escolhas metodológicas e as questões ontológicas das teorias analisadas aqui.

É discutindo sobre esta tensão, e outras considerações finais, que vamos encerrar nosso trabalho na próxima seção.

5.4 DISCUSSÃO

A anáfora é um conceito muito importante para os estudos da língua, tanto pelo fato de que ela ocorre a todo instante em qualquer texto ou situação comunicativa, quanto pelo fato de que ela mostra como há tratamentos teóricos bem diferentes sobre um suposto mesmo fenômeno.

Este último fato não deveria surpreender, já que teorias são por definição incompletas, e os estudiosos precisam escolher sobre quais aspectos da realidade eles se debruçarão. Mencionamos no início deste trabalho o exemplo histórico da noção de *fonema*, que, embora pudesse parecer teoricamente simples de início, teve implicações epistemológicas que a tornaram muito disputada entre os pesquisadores, e curiosamente, o conceito de fonema pode simplesmente ser demolido e substituído por outro, como realmente aconteceu quando Noam Chomsky e Morris Halle propuseram a ideia de *conjuntos de traços*.

Como vimos, alguns estudos simplesmente desconsideram (ou colocam em segundo plano) a dêixis e a correferência de seus construtos teóricos, mesmo que eles estejam aparentemente falando sobre a “mesma coisa” que os autores que consideram esses conceitos importantes.

Possivelmente, quando o pesquisador está abrangendo o assunto de retomada e apontamento de objetos através da língua, ele pode se fazer perguntas como:

- Vou tratar da anáfora sentencial ou da intersentencial?
- Quero explicar os usos da língua em diferentes contextos ou me deter em relações estruturais, como a sintaxe e a semântica?
- Quero demonstrar como funciona a coesão na linguagem escrita, e como os textos podem ser melhor interpretados (e formulados), ou quero explicar a linguagem em um nível mais comunicativo e natural, sob as gramáticas da língua oral?

Estas perguntas apresentam dicotomias que tentamos capturar em nosso trabalho com nossas categorias de assunções teóricas, e, por fim, acabamos mostrando que elas influenciam de alguma forma a conceituação de anáfora e outros mecanismos. Podemos afirmar, portanto, que estas concepções também estão ligadas diretamente ao tipo de pergunta que o pesquisador tem em mente.

Mas talvez tão importante quanto as perguntas sejam as escolhas metodológicas. Vimos no capítulo 4, que os estudos que relegam a dêixis a um status teórico menos importante eram aqueles que adotavam um formalismo estrito.

Chomsky (1980), por exemplo, trata do uso ambíguo de pronomes, mas não menciona a dêixis. Os estudos de sintaxe gerativa como este procuram explicar apenas os mecanismos internos à sentença, como a anáfora que ocorre restringida por c-comando, por exemplo. Neste caso, as referências que são trazidas de fora da sentença, como no exemplo (31), realmente não importam mais, e então o fato de um pronome estar ligado ou livre é uma noção bem mais importante do que o fato deste pronome pegar a referência de forma dêitica ou anafórica de um domínio fora da sentença.

Kamp & Reyle, que não lidam com pronomes “livres” (de interpretação ambígua), em seu trabalho, podem prescindir do conceito de *usos dêiticos*.

É desta maneira que o conceito de dêixis se esvazia para estes autores.

Os estudos formalistas, com sua metodologia criteriosa, têm a vantagem de evitar as “pontas soltas” causadas pela delimitação parcial de conceitos e regras, ou, pelo menos, procuram deixar essas pontas mais bem especificadas, como faz K&R (seção 3.10).

O formalismo estrito, no entanto, parece ter um custo. Ele exige um reducionismo que pode não ser viável no caso do escopo do estudo abranger questões mais amplas, como a interpretação de textos, por exemplo.

Tomemos o caso da referência fregeana. Ela é um conceito bem delimitado, e foi formulada com um propósito definido (a axiomatização matemática de sentenças da língua natural), mas também é um conceito de escopo muito reduzido.

Mesmo se desconsiderarmos a questão problemática do realismo ontológico proposto por Frege, vemos que ainda assim ela trata de casos restritos. Em conjunto com as condições de verdade, ela se aplica bem a descrições definidas e sentenças afirmativas. No entanto, se precisamos estender sua aplicação a outros domínios da língua, como nas sentenças abaixo

- (47) Pegue esse copo de água para mim.
- (48) Onde está minha carteira?
- (49) Eu prometo acabar esta dissertação logo.

o conceito de referência aplicado a proposições (por condições de verdade) precisaria ser discutido e muito possivelmente reformulado.

Além disto, a concepção ontológica de que a referência só trata de objetos individuais, e “que existem” de alguma forma, também limita em muito os casos de correferência, mesmo quando a teoria trata de objetos que chamamos do *tipo E*. Não fosse essa limitação, talvez o termo ‘correferencial’ pudesse ser usado em um sentido mais amplo, estendido ao caso das anáforas quantificadas e até das categorias vazias. Não é um esforço de imaginação tão difícil afirmar que um *trace* possa *correferir* com seu antecedente, já que, considerando algo no mundo a que estes dois elementos *possivelmente* referissem, eles compartilhariam esta referência.

Provavelmente, temendo algum tipo de discussão terminológica, muitos estudos formalistas explicitamente evitam usar o termo ‘correferência’, ou o consideram um conceito de caráter mais pragmático do que gramatical. Chomsky habilmente distingue a *referência pretendida* da referência real, afirmando que uma teoria gramatical deve se ocupar somente da primeira, mas ele também está se esquivando. Quando postula sua *disjoint reference*, por exemplo, que ele afirma estar relacionada à referência pretendida, o autor quer mostrar como um pronome dentro de certo domínio precisa ser não-ligado, como no exemplo abaixo.

- (50) She likes **her**.

Bem, não haveria problemas em dizer que esses elementos são *não-correferenciais*, não fosse o fato de que isto implicaria em que outros casos de ligação, como os de antecedentes *wh-* e *traces*, também pudessem ser chamados de correferenciais. Deve ser por este motivo que os autores gerativistas que mencionamos aqui preferem o termo ‘ligados’, e descartam o termo ‘correferência’ para a pragmática.

Julgamos, também, que há uma certa insensatez quando os estudiosos do texto reclamam que o conceito de referência não é suficiente para se interpretar textos. Obviamente que não é! O quadro teórico fregeano é limitado a algumas questões sobre proposições e expressões nominais. Frege sequer tratou de pronomes ou anáfora. Além disto, se precisássemos formalizar os exemplos (47) a (49) acima com as ferramentas sugeridas pelo filósofo alemão, teríamos grandes questões teóricas a resolver.

Talvez os estudiosos do texto nem precisassem mencionar a referência fregeana, ou mesmo ter criado um termo concorrente como ‘referenciação’, como se estivessem justificando um possível mau uso do termo ‘referência’.

Após toda a nossa discussão sobre terminologia, julgamos que o empréstimo do termo ‘referência’ poderia ter sido feito, desde que fosse esclarecido como os conceitos diferem. Afinal, apenas dentro dos estudos semânticos que analisamos em nosso trabalho, contamos umas cinco ou seis noções distintas sob o termo ‘referência’ (CAPÍTULO 3).

O caso do termo ‘anáfora’ é ainda mais emblemático. As concepções coletadas somam-se às dezenas, podendo fazer com que a discussão terminológica se estenda interminavelmente. Não sabemos qual a solução para tal impasse. Um exemplo saudável foi dado pelo estudo de Koch (2004), que pelo menos deixou explícito o próprio quadro teórico na qual o estudo se inseria logo de início.

Entretanto, se propuséssemos que cada estudo de anáfora iniciasse com uma dissertação sobre todas as suas possíveis definições e relações com os quadros teóricos concorrentes, é possível que os artigos de Linguística dobrassem

de tamanho sem ainda elucidar a questão ou ajudar o pobre leitor não-especializado.

Procurando remediar a pequena demonstração de ceticismo acima, vamos concluir fazendo uma arriscada tentativa de delimitar algumas características do que poderia ser considerado algum “conceito universal” de anáfora, ou seja, algo que descrevesse um possível “fenômeno anafórico” ocorrendo na língua e que seria captado mesmo por teorias divergentes. Obviamente, esta tentativa é enviesada pelo que as pessoas e suas teorias chamam de anáfora, como passamos todo este trabalho tentando provar.

Vimos, inclusive, que uma teoria pode prescindir de certos conceitos, o que poderia perfeitamente ser o caso da anáfora. Mas acreditamos que, mesmo apesar de nosso relativo sucesso em mostrar como a conceituação de alguma manifestação da realidade varia em função de alguns pressupostos teóricos, *deve haver* algum fenômeno na língua que mereça ser chamado de anáfora, o qual as diferentes teorias tentam capturar pelo menos parcialmente. Do contrário, não estaríamos remoendo o mesmo assunto há pelo menos dois mil anos.

A tentativa que será feita a seguir tem contornos utópicos. Queremos fisgar algumas afirmações genéricas que, se não representam evidências de um acúmulo de conhecimento indiscutível sobre um possível fenômeno anafórico, pelo menos, parecem difíceis de se refutar. Vamos lá:

A anáfora é ...

... caracterizada pela ideia de retomada, provavelmente pelo fato de que a língua é externalizada de forma linear, o que gera a necessidade de se expressar coisas repetidamente.

... constituída por pelo menos um antecedente e um elemento anafórico.

... influenciada por fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos.

... restringida de alguma forma por relações sintáticas como a noção de comando (ou de *estrutura argumental*)

... um conceito de características mais estritamente linguísticas do que a correferência e a dêixis, que estão mais associados à relação entre a língua e algo externo a ela.

... sensível às diferenças entre língua oral e língua escrita.

... complexa.

Estas afirmações, é claro, refletem o ponto de vista de quem perpassou por teorias de apenas algumas das vertentes da Linguística, e estão abertas a críticas, como toda afirmação de caráter científico (ou talvez filosófico).

Elas também acabam sendo demasiadamente genéricas para que pudessem se constituir de um conceito bem delimitado dentro da Linguística. Mas pelo menos, representam algum avanço real considerando que fazem alguma distinção com aquilo que *não* é anáfora.

Talvez algumas destas afirmações pudessem ser utilizadas como hipóteses para trabalhos futuros, desde que elas fossem reformuladas de maneira que expressassem afirmações mais testáveis.

Para finalizar, vamos incluir uma citação do filósofo Daniel Dennett, que mostra como os caminhos do conhecimento podem ser tortuosos, mas podem acabar produzindo resultados objetivos:

“Problemas na ciência, às vezes, tornam-se mais fáceis adicionando-se algumas complicações”.¹⁵

¹⁵ Do livro *Darwin's dangerous idea: Evolution and the meaning of life*, 1996, Ed. Simon & Schuster

REFERÊNCIAS

- BASSO, R. M. (2009). *A semântica das relações anafóricas em eventos*. Tese de Doutorado, Unicamp - Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas.
- CAVALCANTE, M. M. (2005). Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: I. KOCH, E. MORATO, & A. C. BENTES, *Referenciação e Discurso* (pp. 125-150). São Paulo: Contexto.
- CAVALCANTE, M. M. (2003). Expressões referenciais - Uma proposta classificatória. *Caderno de Estudos Linguísticos 44*, Jan/Jul, pp. 105-118.
- CHAPANSKI, G. (2003). Uma tradução da *Tékhne Grammatike* de Dionísio Trácio para o português (Dissertação de Mestrado). Curitiba: UFPR.
- CHOMSKY, N. (1980). On binding. *Linguistic Inquiry vol. 11*, winter, pp. 1-46.
- DAVIDSON, D. (1967). The Logical Form of Action Sentences. In: N. (. RECHNER, *The Logic of Decision and Action* (pp. 105-121). Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- EVANS, G. (September de 1977). Pronouns, Quantifiers and Relative Clauses. *Canadian Journal of Philosophy Vol VII, N. 3*, pp. 467-536.
- EVANS, G. (1980). Pronouns. *Linguistic Inquiry 11*, pp. 337-362.
- FREGE, G. (1892). Über Sinn und Bedeutung (On Sense and Reference). *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, pp. 25-50.
- HALLIDAY, M. K., & HASAN, R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.
- HEIM, I., & KRATZER, A. (1998). *Semantics in generative grammar*. Oxford: Blackwell Publishers.
- ILARI, R. (2001a). Alguns problemas no estudo da anáfora textual. *Revista Letras 56*, julho a dezembro.
- ILARI, R. (2001b). Anáfora e Correferência: Por que as duas noções não se identificam? *Caderno de Estudos Linguísticos 41*, Dezembro, pp. 91-109.

- JACKENDOFF, R. (2002). *Foundations of Language: Brain, Meaning, Grammar, Evolution*. Oxford University Press.
- JACKENDOFF, R. (1983). *Semantics and cognition*. (Current studies in linguistics series, 8). Cambridge: MIT Press.
- KAMP, H. & REYLE, U. *From Discourse to Logic*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- KLEIN-ANDREU, F. (1996). Anaphora, deixis and the evolution of latin Ille. In: B. FOX (ed.), *Studies in anaphora* (pp. 305-332). Amsterdam: John Benjamins.
- KOCH, I. (2004). Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: L. NEGRI, M. J. FOLTRAN, & R. P. OLIVEIRA (org.), *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*, p. 244-262. São Paulo: Contexto.
- LAKOFF, G., & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LASNIK, H. (1976). Remarks on Coreference. *Linguistic Analysis* 2 , pp. 1-22.
- LYONS, J. (1977). *Semantics vol. 2*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MILNER, J.-C. (1982). *Ordres et raisons de la langue*. Paris: Seuil. Tradução brasileira: Reflexões sobre a referência e a correferência. In: M. CAVALCANTE, B. RODRIGUES, & A. CIULA (org.), *Referenciação*, 2005, p. 85-130. São Paulo: Contexto.
- MONDADA, L., & DUBOIS, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de linguistique)*, 23 , pp. 273-302. Tradução brasileira: Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: M. CAVALCANTE, B. RODRIGUES, & A. CIULA (org.), *Referenciação*, 2005, p. 17-52. São Paulo: Contexto.
- PADUCEVA, E. V. (1970). Anaphoric relations and their representation in the deep structure of a text. In: M. BIERWISCH, & K. E. HEIDOLPH, *Progress in Linguistics* (pp. 224-232). Haia: Mouton.

- POPPER, K. (1978). Three Worlds - The Tanner Lecture on Human Values. Delivered by Karl Popper at the University of Michigan on April 7, 1978.
- REINHART, T. (1976). *The syntactic domain of anaphora*. Doctoral dissertation. MIT, Cambridge, Massachusetts.
- REINHART, T. (1983). Coreference and bound anaphora: a restatement of the anaphora questions. *Linguistics and philosophy* 6 , pp. 47-88.
- TWADELL, W. F. (1935). On defining the phoneme. *Language* , 11 n.1, pp. 5-62.